



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02| fevereiro 2011



**Gabinete de Estratégia e Estudos**  
Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

**GPEAR I**  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** fevereiro de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de fevereiro.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Índice

<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<b>Destaques</b>	<b>33</b>
Evolução das Exportações Portuguesas de Produtos “Energéticos”	35
<b>Artigos</b>	<b>41</b>
<b>Em Análise</b>	<b>43</b>
Evolução das Exportações Portuguesas em 2010. Principais Produtos Transacionados e Mercados de Destino	43
A Evolução da Abertura ao Exterior da Economia Portuguesa	49
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>61</b>
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>67</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* A produção industrial mundial e as trocas comerciais registaram um abrandamento durante o 4.º trimestre de 2010. Mas, enquanto a desaceleração da produção foi mais intensa nas economias avançadas, o menor crescimento do comércio internacional foi mais acentuado nas economias emergentes. A incerteza quanto à perspectiva da economia mundial permanece elevada devido à persistência de perturbações nos mercados financeiros internacionais associadas aos riscos da dívida soberana em alguns países da área do euro e à recente aceleração dos preços das matérias-primas, especialmente do petróleo e dos produtos agrícolas e alimentares.
- \* Nos EUA, o PIB registou um aumento de 2,8% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2010 (3,2% no 3.º trimestre), em resultado do abrandamento das exportações. Pelo contrário, assistiu-se a um reforço da procura interna, tendo sido mais intenso ao nível do investimento privado não residencial. Em janeiro de 2011, a generalidade dos indicadores de confiança evoluiu favoravelmente; enquanto os indicadores quantitativos (produção industrial e vendas a retalho) desaceleraram, embora tenham mantido um crescimento forte. Neste mês, a taxa de desemprego diminuiu para 9% e a taxa de inflação homóloga aumentou ligeiramente para 1,6% (1,5% em dezembro).
- \* No 4.º trimestre de 2010, o PIB da União Europeia (UE) desacelerou ligeiramente para 2,1% em termos homólogos reais (2,2% no 3.º trimestre); enquanto o da área do euro (AE) melhorou para 2% (1,9% no 3.º trimestre). Neste período, a produção industrial e as exportações apresentaram um crescimento robusto, contrariamente às vendas a retalho, as quais mantiveram um fraco dinamismo. Em janeiro de 2011, o indicador de sentimento económico na UE e na AE desceu, interrompendo a tendência de subida registada nos meses precedentes, devido sobretudo à deterioração dos indicadores de confiança dos consumidores e do comércio a retalho. Em dezembro de 2010, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, para se situar em 10% e em 9,6%, respetivamente. Em janeiro de 2011 e em termos preliminares, a taxa de inflação homóloga da AE, subiu para 2,4% (2,2% em dezembro).
- \* As taxas de juro a 3 meses subiram ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA em fevereiro de 2011 até ao dia 22. Em janeiro, as taxas de juro de longo prazo aumentaram tanto nos EUA como na UE, refletindo, em parte, a divulgação de indicadores económicos favoráveis.
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* apresentou uma forte subida em fevereiro de 2011, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22, registado o valor de 102 USD/bbl (75€/bbl), impulsionado, em parte, pelos receios de propagação da crise político-social instalada em alguns países da região do Magreb e Médio Oriente.

### Conjuntura Nacional

- \* De acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, no 4.º trimestre, o PIB registou um crescimento de 1,2%, em termos homólogos reais. Em 2010, o PIB aumentou 1,4%, em termos reais.
- \* A taxa de desemprego no 4.º trimestre atingiu os 11,1%, 0,2 p.p. superior à do 3.º trimestre, fazendo com que a taxa média anual de 2010 se situasse nos 10,8%, 1,3 p.p. acima da de 2009.
- \* O indicador de clima económico, manteve a tendência de diminuição apresentando uma ligeira quebra em janeiro. Verificou-se uma estabilização no Comércio e uma ligeira melhoria na

Indústria Transformadora e Serviços, mas não o suficiente para contrabalançar a quebra na Construção e Obras Públicas.

- \* O indicador de atividade económica estabilizou em dezembro, já no consumo privado e na FBCF assistiu-se a uma melhoria dos indicadores.
- \* Em janeiro o Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou uma taxa de variação homóloga de 3,6%, 1,1 p.p. superior à da do mês anterior. Considerando a variação média dos últimos 12 meses atingiu-se os 1,7%.
- \* No primeiro mês de 2011, o défice provisório da Administração Central foi de 281,7 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 400 milhões de euros face ao mesmo mês de 2010. O valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 787 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 360 milhões de euros face ao período homólogo. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente na execução orçamental de 505,3 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 39 milhões de euros face ao ano anterior. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 310,5 milhões de euros, representando uma diminuição de 67,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.
- \* Em janeiro, a execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi de 43,4 milhões de euros, que compara com um défice de 3,9 milhões de euros face ao período homólogo.
- \* E, em 2010, a Administração Local, e considerando o universo comparável, registou um saldo provisório da execução orçamental de 81 milhões de euros, que compara com um défice de 651 milhões de euros relativamente ao mesmo período de 2009. A Administração Regional apresentou um défice orçamental de 131,5 milhões de euros, isto é, uma melhoria de 15,6 milhões de euros face ao período homólogo.

## Comércio Internacional

- \* Após uma acentuada descida das saídas de mercadorias em 2009 (-18,4%), o ano de 2010 assistiu a uma considerável recuperação. Os **resultados preliminares do comércio internacional** para o mês de dezembro de 2010 confirmam um crescimento homólogo das saídas de mercadorias em 2010, o qual atingiu os 15,7%.
- \* Os **resultados preliminares do comércio internacional** para 2010 apontam, no entanto, para um agravamento em 2,1% do saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) face a 2009. Não obstante o facto das entradas de mercadorias terem crescido a um ritmo inferior ao das saídas (+10,5), a taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias (*fob/cif*) foi superior à do período homólogo anterior em 3 p.p., atingindo os 64,8%. O mesmo se pode dizer relativamente a este indicador *excluindo os produtos energéticos*.
- \* Em 2010, e *excluindo os produtos energéticos*, as saídas e as entradas de mercadorias registaram variações homólogas positivas (13,6% e 7,9%, respetivamente), registando-se um desagravamento de 3,7% do défice da balança comercial (*fob/cif*) e uma taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias superior à do período homólogo anterior em 3,6 p.p., passando as exportações a representar 70,8% das importações.
- \* No ano de 2010, todos os grupos de produtos apresentaram taxas de variação homóloga positivas e, conseqüentemente, contributos positivos para o crescimento total das saídas. Destacam-se as saídas dos “Produtos Energéticos” e “Material de Transporte”, na medida em que foram aqueles que mais contribuíram para o crescimento das saídas de mercadorias, com contributos de +2,8 p.p. e +2,6 p.p., respetivamente.

- \* As expedições para o *mercado comunitário* representaram 75% do total das expedições em 2010 e cresceram, em termos homólogos, 15%. As expedições para os países do Alargamento cresceram a um ritmo superior ao das expedições para os países da UE-15, registando taxas de variação anuais de 25,3% e 14,6%, respetivamente. A Espanha manteve a sua posição de destaque como principal mercado de destino das saídas de mercadorias (26,6% do total das saídas). Salienta-se igualmente o comportamento positivo das saídas de mercadorias para este país no crescimento do total das saídas (+3,6 p.p.), assim como para a Alemanha (+2,1 p.p.). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 10,7% para o Reino Unido e 9,9% para a França.
- \* As *exportações para os Países Terceiros* cresceram 18% em 2010. Destaca-se a boa performance das exportações para o México (+99,2%), Brasil (+49,7%), Marrocos (+41,6%) e Turquia (+32,2). As exportações de mercadorias para os EUA cresceram de forma significativa (31,7%). Angola destacou-se como sendo o único país cujo contributo no crescimento das saídas permaneceu negativo (-14,8%).
- \* Em 2010, o défice da balança comercial Intra-UE registou uma melhoria de 6,3%. Em sentido oposto, o saldo negativo da balança comercial com os países terceiros agravou-se em 45,1%.
- \* Segundo os resultados preliminares do comércio internacional para 2010, as saídas de produtos de média-alta tecnologia passaram a representar 30,6% do total das saídas de produtos industriais transformados, por oposição à redução do peso dos produtos de baixa intensidade tecnológica (37,4% e 39,1% em 2010 e 2009, respetivamente). Os produtos de média-alta intensidade tecnológica foram os que mais contribuíram para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados em 2010 (+5,8 p.p.).

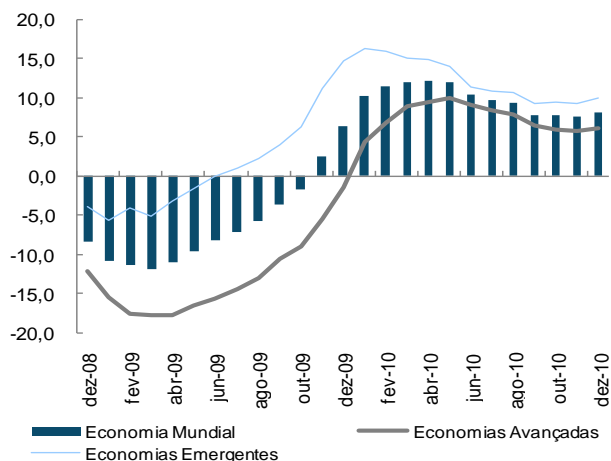


## 1. Enquadramento Internacional

### Atividade Económica Mundial

A produção industrial mundial abrandou no 4.º trimestre de 2010 para 7,8% em termos homólogos (8,9% no 3.º trimestre), tendo a desaceleração sido mais acentuada para as economias avançadas. No entanto, no último mês do ano de 2010, assistiu-se a um maior dinamismo da produção mundial, mais significativo para as economias emergentes, especialmente para a Ásia.

**Figura 1.1. Produção Industrial**  
(VH, em %)



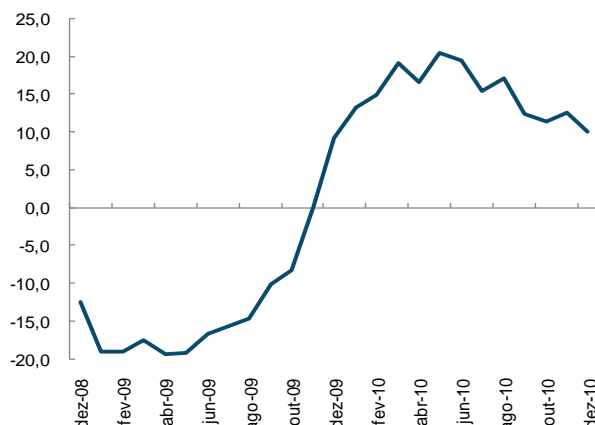
Fonte: CPB.

No 4.º trimestre de 2010, o comércio mundial de mercadorias registou um abrandamento, tendência que se estendeu tanto ao nível das importações como das exportações mundiais, embora continuasse a apresentar um forte crescimento.

De facto, neste período e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou 11,3% (14,9% no 3.º trimestre);
- as importações e as exportações mundiais desaceleraram para 10,2% (14% no 3.º trimestre) e para 12,4% (15,8% no 3.º trimestre), respetivamente.

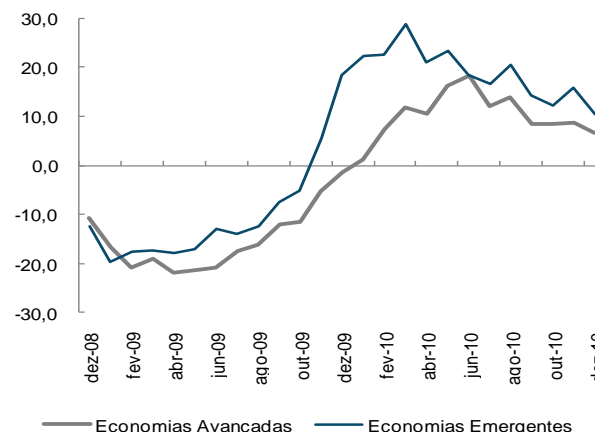
**Figura 1.2. Comércio Mundial de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Este abrandamento das trocas comerciais abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, mas foi mais intenso para este último caso.

**Figura 1.3. Importações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

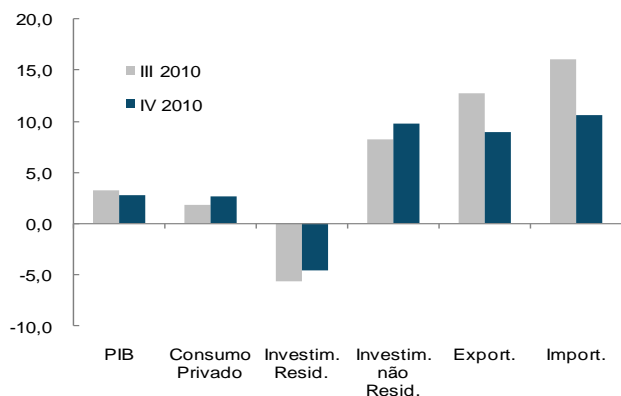
**Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010				2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	2,3	11,2	11,5	8,9	7,8	7,8	7,7	7,6	8,2
Economias Avançadas	VH	CPB	7,4	-5,3	6,6	9,5	7,5	5,9	6,4	5,9	5,8	6,1
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	10,6	15,8	13,4	10,2	9,6	9,2	9,4	9,3	10,0
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15,1	0,0	15,7	18,8	14,9	11,3	12,4	11,3	12,6	10,0
Importações Mundiais	VH	CPB	14,0	-1,0	14,6	17,7	14,0	10,2	11,2	10,2	11,9	8,4
Economias Avançadas	VH	CPB	10,2	-6,2	6,7	15,0	11,5	7,9	8,6	8,5	8,7	6,7
Economias Emergentes	VH	CPB	18,6	5,7	24,5	20,9	17,1	12,7	14,3	12,1	15,7	10,3
Exportações Mundiais	VH	CPB	16,1	1,0	16,9	19,9	15,8	12,4	13,7	12,5	13,2	11,5
Economias Avançadas	VH	CPB	13,2	-3,8	12,7	16,6	13,3	10,4	11,2	11,0	10,2	9,9
Economias Emergentes	VH	CPB	19,2	6,2	21,2	23,3	18,4	14,4	16,2	14,1	16,2	12,9

### Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB desacelerou para 2,8% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2010, em resultado do abrandamento das exportações. Pelo contrário, a procura interna reforçou-se devido à melhoria do consumo das famílias e do investimento privado, o qual foi mais acentuado na componente não residencial.

**Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)**



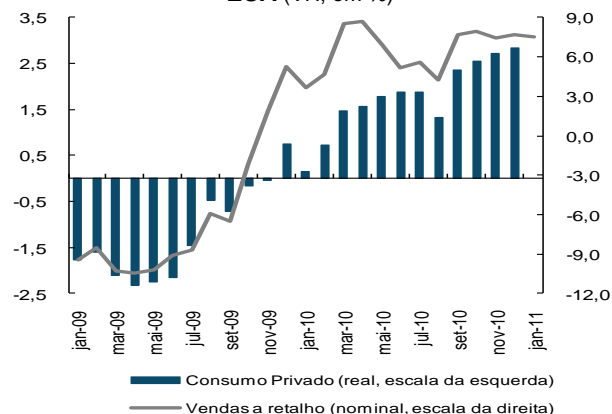
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em janeiro de 2011, os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores apresentaram uma evolução positiva; enquanto os indicadores quantitativos abrandaram, embora tenham registado um crescimento forte. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 7,5% em termos nominais (7,7% em dezembro de 2010);
- a produção industrial desacelerou para 5,2% (6,3% em dezembro).

Também em janeiro, a taxa de desemprego diminuiu para 9% (9,4% em dezembro), o valor mais baixo desde maio de 2009 e a taxa de inflação homóloga aumentou ligeiramente para 1,6% (1,5% em dezembro).

**Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**

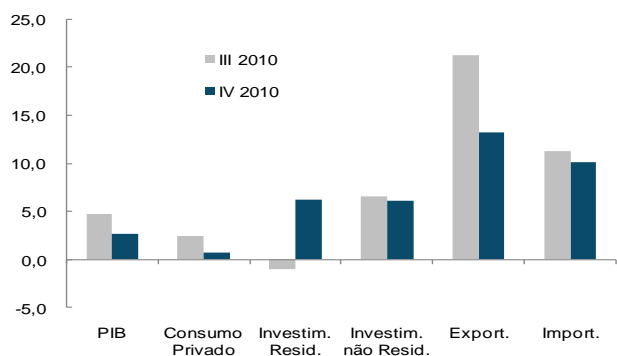


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre de 2010, a atividade económica do **Japão** abrandou, associado, em parte, à retirada progressiva das medidas de relançamento da procura interna. Com efeito, o PIB aumentou 2,6% em termos homólogos reais (4,7% no 3.º trimestre), com destaque para a desaceleração de todas as componentes, com exceção do investimento residencial, o qual teve um crescimento expressivo.

Relativamente à **China**, é de assinalar que a taxa de inflação homóloga tornou a subir em janeiro, tendo aumentado 4,9% (4,6% em dezembro) para a qual contribuiu, a aceleração dos preços dos produtos alimentares, contribuindo para uma nova subida da taxa de juro de referência, no dia 8 de fevereiro, para 6,06% (5,81% anteriormente).

**Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

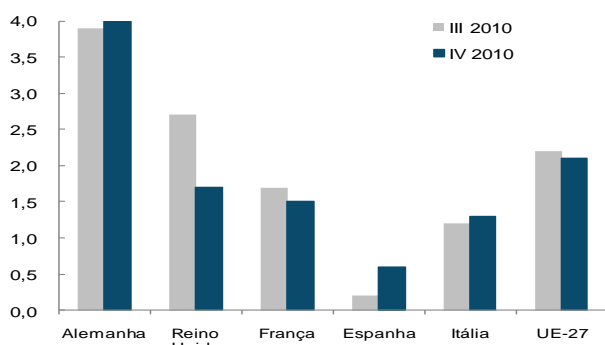
**Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010					2010			2011
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
EUA – PIB real	VH	BEA	2,9	0,2	2,4	3,0	3,2	2,8	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	5,7	-3,8	2,7	7,4	6,9	5,9	5,9	5,6	6,3	5,2	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	55,6	58,6	57,6	55,2	57,9	56,9	58,2	58,5	60,8	
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,4	53,2	55,2	58,7	55,5	60,3	58,5	59,4	62,9	64,6	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	70,2	73,9	73,9	68,3	71,3	67,7	71,6	74,5	74,2	
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	10,0	9,7	9,6	9,6	9,6	9,7	9,8	9,4	9,0	
China – PIB real	VH	NBSC	10,3	10,7	11,9	10,3	9,6	9,8	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	31,3	0,9	30,3	41,0	32,5	25,2	22,9	34,9	17,9	:	
Japão – PIB real	VH	COGJ	3,9	-1,8	5,4	3,3	4,7	2,6	-	-	-	-	

## Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2010, o PIB da União Europeia (UE) desacelerou ligeiramente para 2,1% em termos homólogos reais; enquanto o da área do euro (AE) melhorou para 2% (1,9% no trimestre precedente). De entre as principais economias, destaca-se a melhoria registada na Alemanha (mantendo um forte crescimento), Espanha e Itália; enquanto se assistiu a um abrandamento pronunciado no Reino Unido, relacionado com as condições meteorológicas adversas.

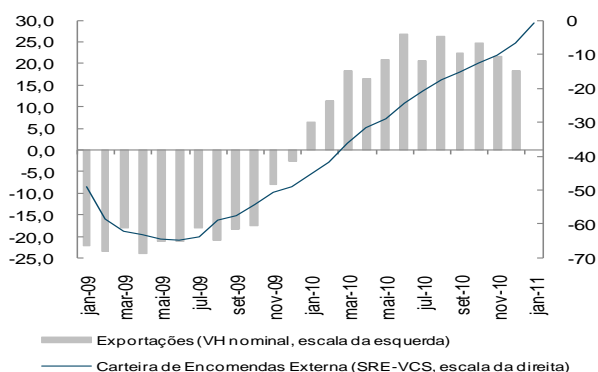
**Figura 1.7. PIB da União Europeia (VH real, em %)**



Fonte: Eurostat.

De facto, no decurso do 4.º trimestre para a área do euro, a produção industrial acelerou e as exportações mantiveram um crescimento robusto (21,5% em termos homólogos nominais); enquanto as vendas a retalho desaceleraram.

**Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

**Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010					2010			2011
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,7	-2,2	0,6	2,0	2,2	2,1	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,6	92,2	98,2	100,6	102,7	105,0	103,8	105,0	106,1	105,8	
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,7	-2,0	0,8	2,0	1,9	2,0	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,8	91,9	96,6	99,2	102,1	105,3	103,9	105,3	106,6	106,5	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,1	-7,3	4,6	9,0	7,1	7,8	7,3	7,7	8,2	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,7	-1,2	0,5	0,6	1,3	0,3	0,9	0,9	-0,9	:	
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	9,9	10,0	10,0	10,1	10,0	10,1	10,0	10,0	:	
IHPC	VH	"	1,6	0,4	1,1	1,5	1,7	2,0	1,9	1,9	2,2	2,4*	

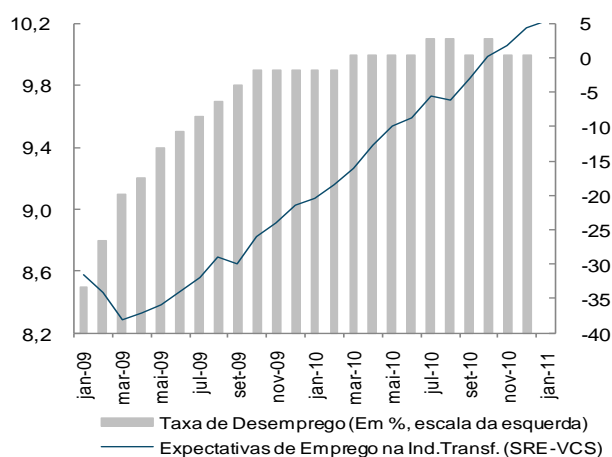
\* Estimativa preliminar.

Em janeiro de 2011, o indicador de sentimento económico na UE e na AE desceu ligeiramente, interrompendo a tendência de subida registada nos meses precedentes, em resultado, sobretudo da deterioração dos indicadores de confiança dos consumidores e do comércio a retalho.

Em dezembro de 2010, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, mantendo-se em 10% e em 9,6%, respetivamente. No conjunto do ano de 2010, aquela taxa situou-se em 10% para a área do euro (9,5% em 2009).

Em janeiro de 2011, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, serviços e construção; enquanto se deterioraram para o comércio a retalho.

**Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro**



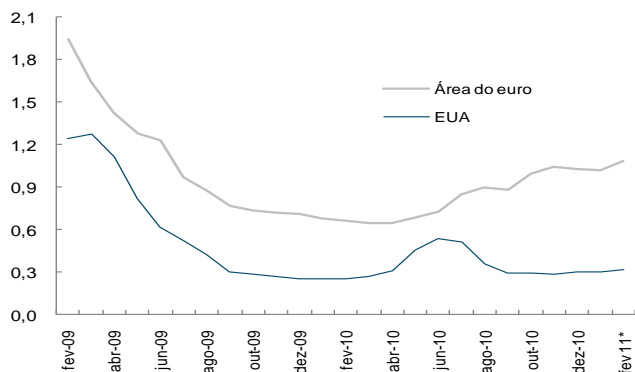
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2011 e em termos preliminares, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 2,4% (2,2% em dezembro de 2010) e para 1,7% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,6% em dezembro).

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em fevereiro de 2011, em média até ao dia 22, em 1,08% e em 0,31%, respetivamente (1,01% e 0,30%, em média, em janeiro, respetivamente).

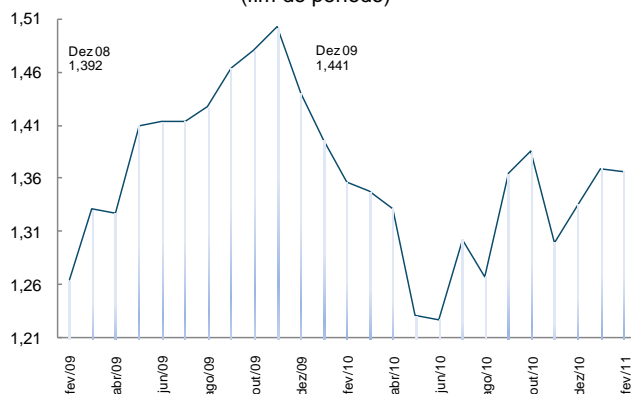
**Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado monetário (Média mensal, em %)**



Fonte: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 22.

Em janeiro de 2011, as taxas de juro de longo prazo aumentaram tanto nos EUA como na União Europeia, refletindo, em parte, a divulgação de indicadores económicos favoráveis e a diminuição de algumas tensões na generalidade dos mercados de dívida soberana.

**Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**

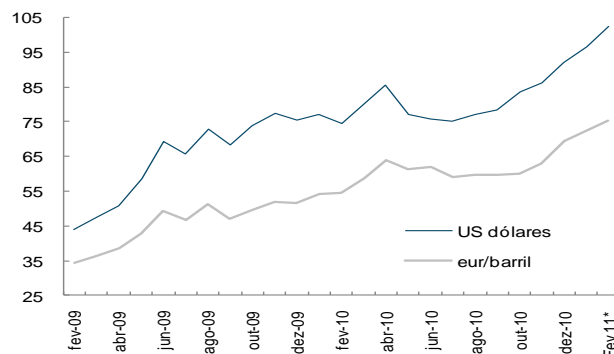


Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 22.

Em fevereiro de 2011, globalmente o euro tem vindo a apreciar-se face ao dólar, situação para a qual tem, em parte, contribuído a expectativa de um acordo no seio da UE no sentido de resolver o risco de dívida soberana existente em alguns países da área do euro. De facto, em média até ao dia 22, o euro situou-se em 1,36 face ao dólar, acima dos últimos 2 meses, correspondendo a uma apreciação de 1,9% face ao mês de janeiro.

Em janeiro de 2011, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 71,5 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em fevereiro, e até dia 22, o preço do petróleo *Brent* apresentou uma forte subida para se situar, em média, em 102 USD/bbl (75 €/bbl) associada, em parte, à perspetiva de um crescimento robusto da procura mundial em 2011 e aos receios de propagação da recente situação de forte instabilidade político-social ocorrida em alguns países das regiões do Magreb e do Médio Oriente (Tunísia, Líbia e Egito).

**Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)**



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 22.

Em janeiro de 2011, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 40% em termos homólogos (28% em dezembro de 2010), devido sobretudo à forte aceleração dos preços dos produtos alimentares e agrícolas, especialmente acentuada para o milho, trigo e açúcar. Para esta evolução contribuiu a conjugação de uma procura sustentada aliada à insuficiente oferta destes produtos, causada por condições meteorológicas adversas.

## Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009					2010			2011
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,70	0,63	0,77	0,89	1,01	1,05	1,03	1,01	1,05
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,22	3,45	3,72	3,49	2,79	2,86	2,54	2,76	3,29	3,39
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,64	3,68	3,71	3,61	3,45	3,76	3,37	3,76	4,16	:
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,441	1,348	1,227	1,365	1,336	1,386	1,300	1,336	1,369
Dow Jones*	VC	Yahoo	11,0	7,4	4,1	-10,0	10,4	7,3	3,1	-1,0	5,2	2,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	3,2	-1,1	-12,2	6,8	1,6	3,5	-6,8	5,4	5,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	80,21	75,51	77,22	79,53	76,87	87,23	83,59	86,20	91,90	96,67
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	28,4	37,5	68,9	33,5	11,4	15,5	13,3	11,3	22,0	25,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	34,9	22,4	59,0	43,1	23,4	25,8	20,8	21,5	34,9	33,9
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	60,0	53,1	56,1	61,3	60,5	62,0	59,0	60,5	66,5	71,5

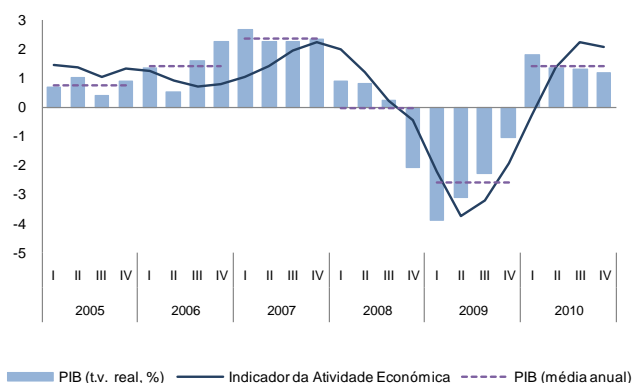
\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

No 4.º trimestre de 2010, e de acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB terá registado um crescimento homólogo de 1,2% em volume, o que representa uma desaceleração de 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi agora revisto em baixa. Em termos anuais o PIB terá crescido em 2010 1,4% em volume depois de em 2009 ter apresentado uma quebra de 2,5%. Em janeiro o indicador de clima económico continuou a agravar-se pelo 4º mês consecutivo, depois de ter apresentado sinais de recuperação até setembro de 2010.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica



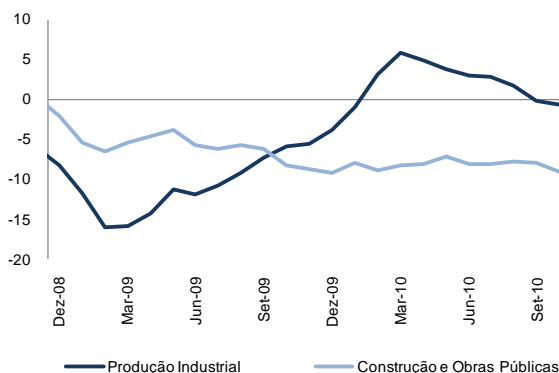
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis para o 4.º trimestre de 2010, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios melhoraram face ao 3.º trimestre, apresentando crescimentos de 0,3% e 8,4%, respectivamente (-0,2% e 7,9% no trimestre anterior).
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 9,8% o que se traduz num agravamento de 1,9 p.p. em relação ao 3.º trimestre;

- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou um crescimento de 2,1% o que constitui uma aceleração de 0,9 p.p. em relação ao 3.º trimestre, enquanto o índice comércio a retalho caiu 1,1% quando no 3.º trimestre tinha apresentado um crescimento de 0,2%.

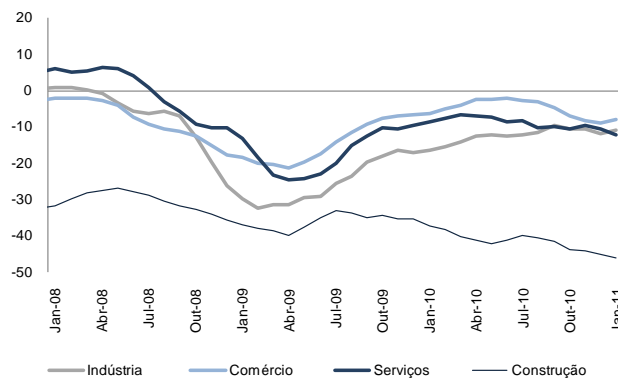
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em janeiro de 2011 os indicadores de confiança apresentaram um comportamento diferenciado face ao 4.º trimestre de 2010, tendo-se verificado um agravamento na construção e serviços e melhorias na indústria transformadora e comércio. De salientar que a construção apresenta quebras há 6 meses consecutivos para valores mínimos.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

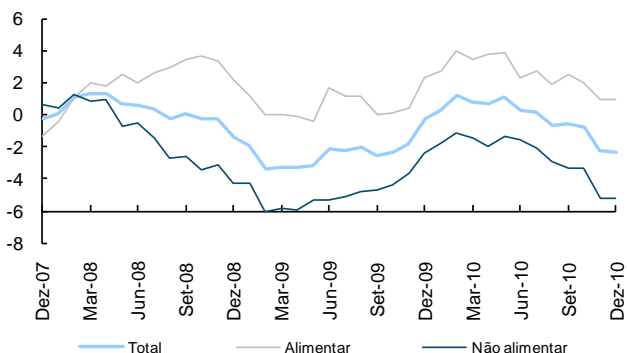
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2009				2010			2011
					4T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
PIB – CN Trimestrais	VHReal	INE	-2,5	14	-10	14	13	12	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-15	-0,4	-0,4	0,1	0,0	-10	-0,2	-0,5	-10	-12
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-12,1	-17,1	-12,7	-9,6	-12,0	-12,9	-11,4	-11,9	-9,9
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-5,0	-6,7	-2,1	-4,8	-9,0	-10,0	-8,0	-9,1	-6,5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-8,9	-9,5	-8,7	-9,8	-10,5	-8,2	-12,4	-10,9	-13,4
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-42,1	-35,4	-41,4	-41,6	-45,3	-45,6	-45,1	-45,1	-48,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	2,2	-3,9	3,0	-0,2	0,3	-1,7	0,6	2,0	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	9,3	-6,7	10,5	7,9	8,4	3,4	11,1	11,0	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	2,4	-7,1	5,0	12	2,1	-2,8	3,2	6,0	:

**Consumo Privado**

No 4.º trimestre o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou um decréscimo de 2,3% em termos homólogos, um agravamento de 1,7 p.p. quando comparado com o valor do 3.º trimestre. Para esta evolução contribuiu o abrandamento no crescimento na categoria dos bens alimentares com um aumento de 1% (1,6 p.p. abaixo do valor de do 3.º trimestre) e o acentuar da quebra dos bens não alimentares onde se observou um decréscimo de 5,2% (1,8 p.p. acima do registado no 3.º trimestre).

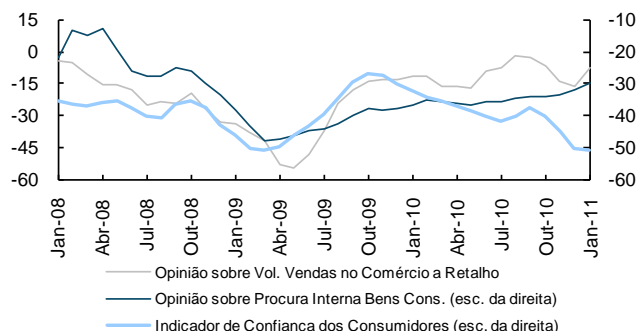
**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**



Fonte: INE.

Em janeiro a confiança dos empresários do comércio a retalho apresentou uma forte melhoria. Também na indústria, as expectativas melhoraram na avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria. Contudo, a confiança dos consumidores registou uma ligeira quebra neste mês.

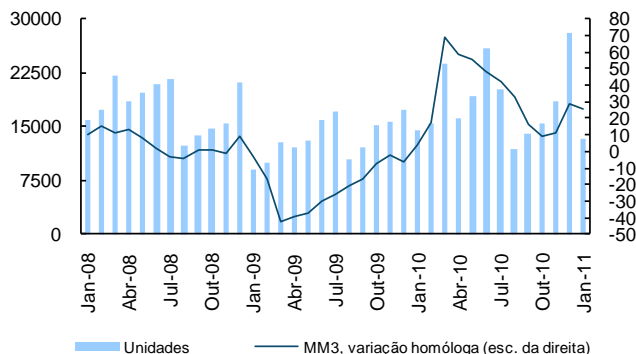
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em janeiro foram vendidos mais de 13 mil veículos, representando um decréscimo de 9,2% em termos homólogos, para o qual contribuiu, em grande parte, o aumento da taxa normal de IVA em 2011 e o fim dos incentivos fiscais para o abate de automóveis.

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



Fonte: ACAP.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

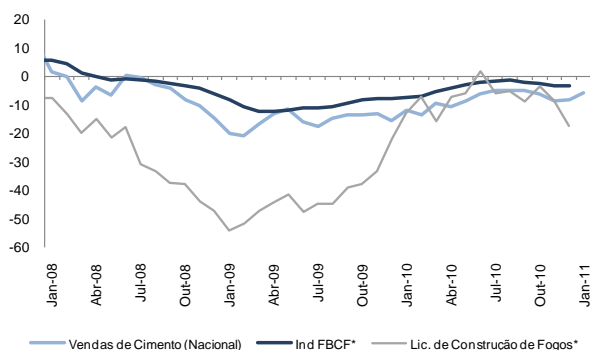
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010					2010			2011
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	0,2	2,6	2,8	1,3	-	-	-	-	-	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-30	-35	-40	-37	-50	-49	-51	-50	-51	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-13	-17	-9	-3	-16	-14	-20	-14	12	
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,4	-0,2	0,8	0,3	-0,6	-2,3	-1,3	-4,9	-0,8	-	
Bens alimentares	VH	"	2,3	2,3	3,5	2,4	2,6	1,0	2,2	-1,5	2,2	-	
Bens não alimentares	VH	"	-2,9	-2,4	-1,4	-1,5	-3,4	-5,2	-4,3	-7,9	-3,5	-	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	-6,0	69,1	48,8	16,1	28,9	1,0	19,4	61,7	-9,2	
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:	

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

## Investimento

No trimestre terminado em janeiro as vendas de cimento apresentaram uma redução menos intensa do que no último trimestre de 2010, enquanto o investimento em bens de equipamento assistiu a uma quebra ligeiramente mais acentuada e o investimento em material de transporte desacelerou, depois do elevado crescimento que se tinha verificado no 4.º trimestre de 2010 por razões de natureza fiscal.

**Figura 2.7. Indicadores de Investimento**  
(VH, MM3)

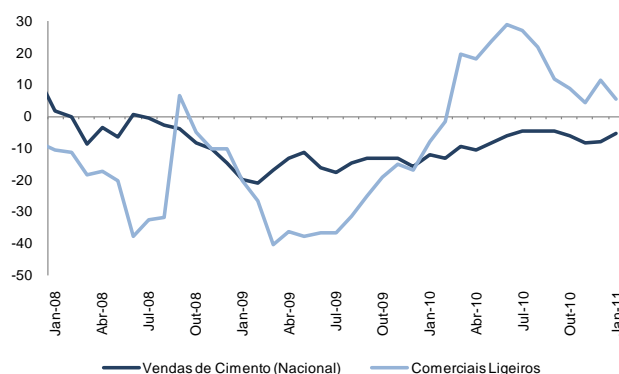


Fonte: INE, Secil e Cimpor.

Neste período e em termos homólogos, verificou-se que:

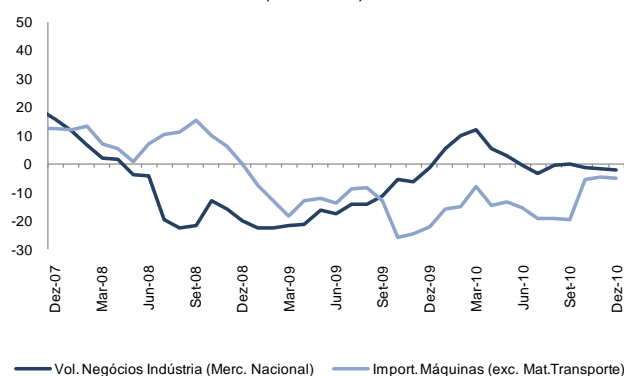
- as vendas de cimento apresentaram quebras menores do que no 4.º trimestre de 2010 (-5,5% face a -8%);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 5,6%, o que se traduz numa desaceleração de 5,7 p.p. face ao último trimestre de 2010;
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, registaram um comportamento menos desfavorável do que no 4.º trimestre de 2010.

**Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE

No 4.º trimestre de 2010, as licenças de construção e o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional acentuaram as quebras face ao trimestre anterior (-17,4% e -2% face a -8,6% e 0,1%, respetivamente), o que em termos anuais se traduziu em quebras de 9,9% no primeiro caso e 5,8% no segundo. Por seu lado, as importações de bens de capital, excepto material de transporte recuperaram fortemente face ao 3.º trimestre (-5% e -19,4%, respetivamente), sendo a quebra anual de -11,8%.

**Quadro 2.3 Indicadores de Investimento**

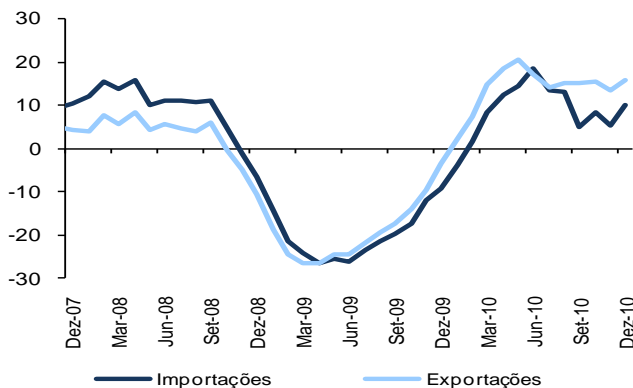
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2009	2010						2011
					4T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-116	:	-115	-4,8	-7,0	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-10,1	-3,0	-7,9	-2,1	-18	-3,1	-3,1	-3,7	-2,4	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,5	-116	-15,6	-6,1	-4,7	-8,0	-11,4	-9,4	-0,8	-4,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	17,4	-16,8	29,0	116	114	6,7	-0,6	25,7	-16,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-6,9	-48,7	-3,6	-10,7	39,9	-17,5	110,4	53,4	34,3
Volumen Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-34,3	-28,3	-29,4	-32	-29	-20,0	-30,0	-8,7	-21,3	-6,5
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-9,9	-21,7	2,0	-8,6	-17,4	-7,0	-9,8	-31,9	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-16,6	-118	-22,0	-15,4	-19,4	-4,8	2,0	-5,9	-9,7	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-5,8	-13	-0,2	0,1	-2,0	-6,3	2,3	-15	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* exceto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado Nacional.

## Contas Externas

No 4.º trimestre de 2010 os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE sugerem uma aceleração em termos nominais das exportações e importações, mais significativa no último caso em resultado da aquisição de material militar efectuada em dezembro (15,8% e 10,3%, respetivamente face a 15,1% e 5,2% no 3.º trimestre), o que se traduz num agravamento do défice da balança comercial. Em termos anuais, em 2010 as exportações cresceram mais do que as importações (15,7% e 10,5%, respetivamente).

**Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)

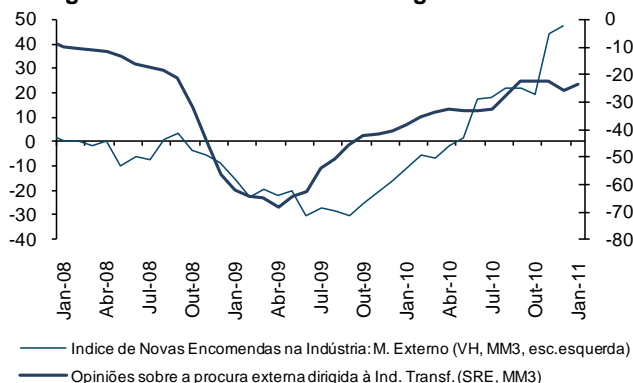


Fonte: INE.

Face ao trimestre anterior, a componente intracomunitária das importações acelerou em 8,4 p.p. superando a desaceleração extracomunitária (16% face a 22,7% no 3.º trimestre). Do lado das exportações, a componente intracomunitária cresceu 15,1% desacelerando ligeiramente face ao trimestre anterior, enquanto a extracomunitária cresceu 17,8%, mais 3,3 p.p. do que no 3.º trimestre, evidenciando a diversificação de mercados.

No 4.º trimestre, as novas encomendas à indústria do mercado externo aceleraram fortemente em relação ao trimestre anterior (47,5% face a 22%), cifrando-se o crescimento anual em 18,8%. As opiniões à procura externa na indústria melhoraram ligeiramente no trimestre terminado em janeiro de 2011 face ao 4.º trimestre de 2010.

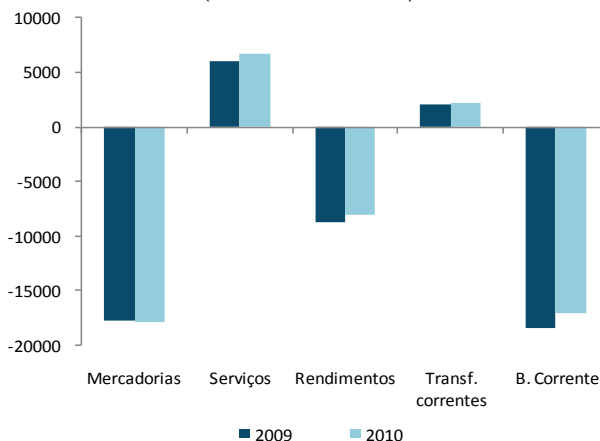
**Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Em 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 17 060 milhões de euros, o que representa uma redução de 1 302 milhões de euros em relação ao ano anterior. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos, essencialmente, no aumento do excedente da balança de serviços em 724 milhões de euros.

**Figura 2.12. Balança Corrente: Composição do Saldo**  
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 1 850 milhões de euros em relação a 2009, o que se traduz numa menor necessidade de financiamento externo da economia.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

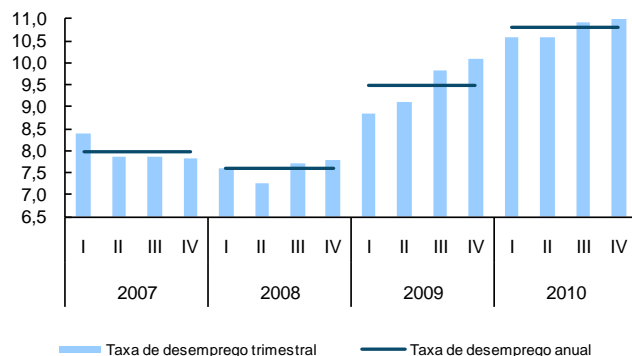
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010	2009		2010			2010			
					3T	4T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-17	:	-9,7	-15	9,1	9,2	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,6	:	-8,5	-3,7	9,8	15	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	:	8,2	7,4	8,5	5,9	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,3	:	-9,9	-7,6	-10,0	-6,3	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-18,4	15,7	-17,3	-3,5	17,3	15,1	15,8	16,0	9,9	14,4	24,3
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-20,0	10,5	-19,6	-9,1	18,7	5,2	10,3	2,9	7,9	5,8	17,8

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		Variação Acumulada
				Dez	Jan-Dez	Dez	Jan-Dez	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-16 969	-2 333	-16 969	-898	-15 119	1850
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 794	-1 634	-17 794	-1 752	-17 931	-136
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 985	549	5 985	576	6 709	724
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 688	-1 680	-8 688	-692	-8 013	675
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	332	2 135	126	2 175	40

## Mercado de Trabalho

No 4.º trimestre de 2010 a taxa de desemprego fixou-se, de acordo com os dados do INE, em 11,1%, aumentando 0,2 p.p. face ao trimestre anterior. No cômputo de 2010, a taxa média anual foi de 10,8%, 1,3 p.p. acima da de 2009.

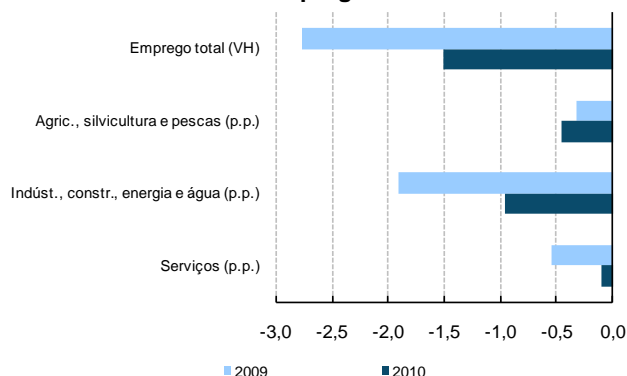
**Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)**



Fonte: INE.

Em valores absolutos observou-se um aumento de 9,6 mil desempregados em relação ao 3.º trimestre de 2010 e um acréscimo de 74 mil desempregados quando comparando 2010 e 2009, em termos médios.

**Figura 2.14. Contributos para o Crescimento do Emprego**



Fonte: INE.

A variação homóloga do emprego total no final do 4.º trimestre diminuiu 1,5% refletindo um contributo negativo de todos os setores.

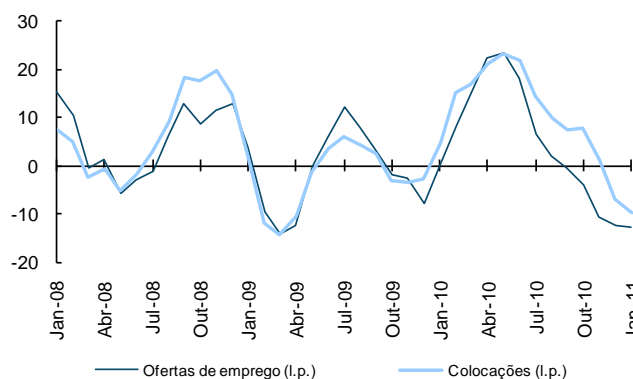
A evolução do emprego foi também negativo em 2010, mas inferior em 1,3p.p. à quebra registada em 2009.

De acordo com os dados do IEFP no final do mês de janeiro os desempregados registados ascendiam a 557 mil, representando um decréscimo de 0,5% em termos homólogos, mas um aumento de 2,8% em relação a dezembro.

O número de desempregados inscritos mensalmente manteve a tendência de diminuição, registando em janeiro uma quebra homóloga de 9,1%.

Registou-se uma diminuição em termos homólogos das ofertas de emprego e das colocações, mas um aumento face a dezembro.

**Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)**



Fonte: IEFP.

Até ao final de janeiro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 2,5%, 0,1 p.p superior à do mês anterior.

O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 155 mil, o que representa mais 128 mil que em janeiro de 2010.

### Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010					2010			2011
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Taxa de Desemprego	%	INE	10,8	10,1	10,6	10,6	10,9	11,1	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-1,5	-3,0	-1,8	-1,7	-1,1	-1,5	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3,3	26,1	18,1	12,7	8,9	3,3	6,4	4,4	3,3	-0,5
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,7	0,4	-3,9	-9,1	-6,8	-7,5	-13,3	-6,5	-0,8	-9,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	4,9	-7,7	15,4	18,1	-0,3	-12,4	-13,3	-11,7	-12,1	-13,9
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	2,4	2,8	1,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	:	1,0	-0,2	1,3	-0,1	4,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	:	2,0	2,0	1,6	0,8	:	-	-	-	-

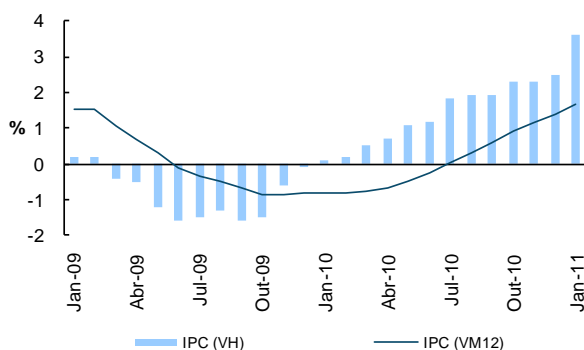
\* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

## Preços

Em janeiro o Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou uma taxa de variação homóloga de 3,6%, 1,1p.p. superior ao do mês anterior. Esta evolução levou a que a variação média dos últimos 12 meses do IPC tenha atingido os 1,7% neste mês, 0,3p.p. acima do valor verificado no final de dezembro.

Deve-se salientar que a variação em janeiro reflete o aumento de 1 p.p. em todas as taxas de IVA decretado em julho de 2010, bem como o aumento em 2p.p. da taxa normal do IVA em 2011.

**Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para esta variação foram os transportes com um incremento em termos homólogos de 9,8% e a habitação, água e eletricidade, com um aumento de 6,4%, categorias onde os produtos energéticos têm um impacto forte, sendo que em janeiro de 2011 os produtos energéticos apresentaram um crescimento de 12,8%.

Relevante foi igualmente o aumento de 2,2% nos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, já que em igual período de 2010 se verificou uma redução de preços em termos homólogos.

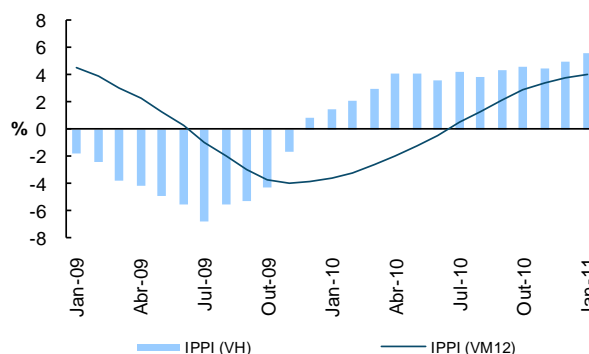
O calçado e vestuário foi a única categoria a apresentar uma redução homóloga de preços de 6,1%, em resultado do início da época de saldos.

Em janeiro registou-se um crescimento, em termos homólogos, de 4,3% no IPC de bens, e de 2,5% no IPC de Serviços, (+0,9 p.p. e +1,3 p.p. acima do valor observado em dezembro, respetivamente). Assim sendo, o diferencial entre ambos diminuiu para 1,8 p.p. (2,3 p.p. em dezembro).

A inflação subjacente em janeiro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 2,1%, 1,2 p.p. acima do registado em dezembro, reduzindo o diferencial face ao IPC total para 1,5 p.p. (menos 0,1 p.p. que no mês precedente).

No Índice de Preços na Produção Industrial em janeiro observou-se um crescimento homólogo de 5,7%, 0,8p.p. superior ao de dezembro.

**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI**  
(VH, %)



Fontes: INE.

Por agrupamentos industriais verifica-se que os maiores aumentos se dão nos produtos intermédios e na energia, com crescimentos de 6,3% e 11%, respetivamente. Já nas secções os maiores aumentos surgem nas Indústrias Transformadoras e na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio, 5,4% e 7,2%, respetivamente.

**Quadro 2.6. Indicadores de Preços**

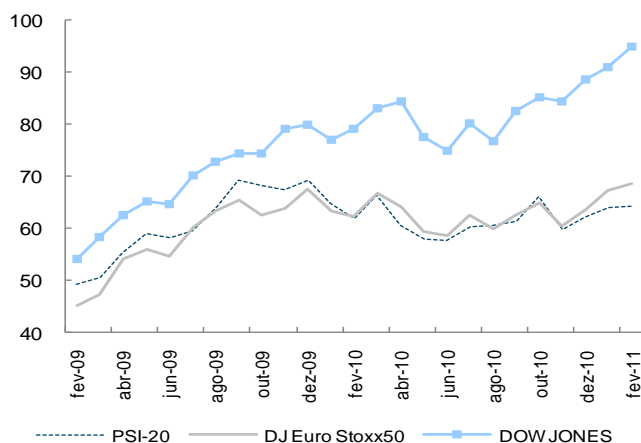
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010								2011
				Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,2	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,4	0,2	0,3	0,6
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	1,1	1,2	1,8	1,9	1,9	2,3	2,3	2,5	3,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	1,4	-0,5	-0,2	0,0	0,3	0,6	0,9	1,2	1,4	1,7
IPC – Bens	VH	"	1,7	1,2	1,5	2,4	2,6	2,6	3,2	3,0	3,4	4,3
IPC – Serviços	"	"	1,0	0,8	0,7	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	2,5
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,2	-0,1	0,2	0,6	0,8	0,6	0,4	1,1	0,9	2,1
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,7	4,2	3,7	4,2	3,9	4,4	4,6	4,5	4,9	5,7
IHPC	"	"	1,4	1,1	1,1	1,9	2,0	2,0	2,3	2,2	2,4	3,6
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	-0,5	-0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,3	0,2	-

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais apresentaram uma tendência positiva no decurso do mês de fevereiro de 2011, associados, em parte, à publicação de indicadores económicos favoráveis e à divulgação de resultados positivos de empresas dos EUA e da área.

Assim, em termos médios e, até 21 de fevereiro, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* aumentaram 2,6% e 2,5%, respetivamente, face ao final de janeiro.

**Figura 2.18. Índices Bolsistas**  
(abril 2007=100, fim do período)

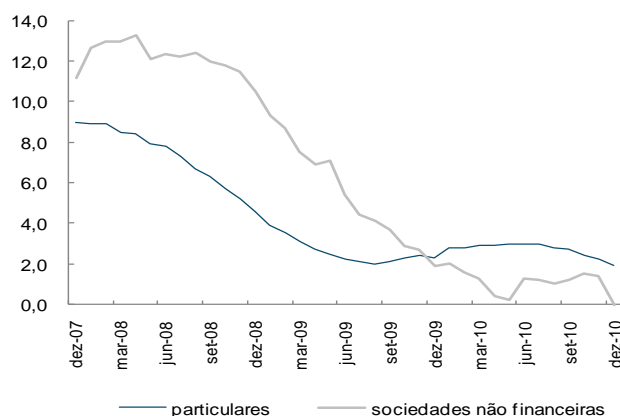


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 21.

O índice PSI-20, também apresentou um movimento ascendente, embora menos pronunciado do que os índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 21 de fevereiro, o índice PSI-20 subiu 2,2% face ao final do mês de janeiro.

Em dezembro de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro diminuiu para 1,1% (1,9% em novembro), tendência que abrangeu tanto o crédito destinado aos particulares como para aquele que foi dirigido às empresas, o qual teve uma desaceleração mais acentuada.

**Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado**  
(va, em %)

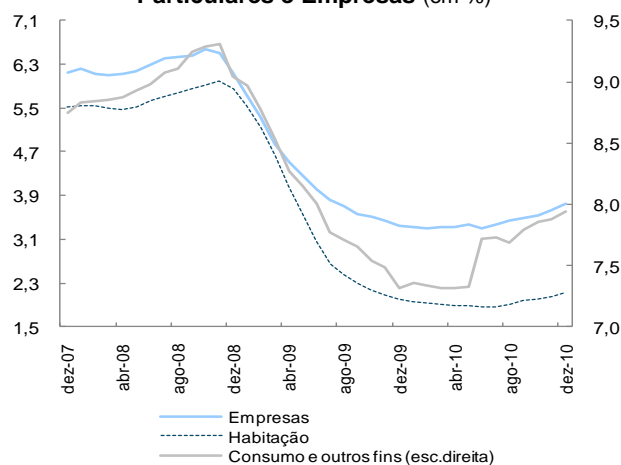


Fonte: Banco de Portugal.

Assim, o ritmo de crescimento do crédito destinado aos particulares diminuiu para 1,9% (2,2% em novembro), movimento esse que foi extensível aos empréstimos destinados à habitação e ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido um pouco mais pronunciada para o último caso.

**Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

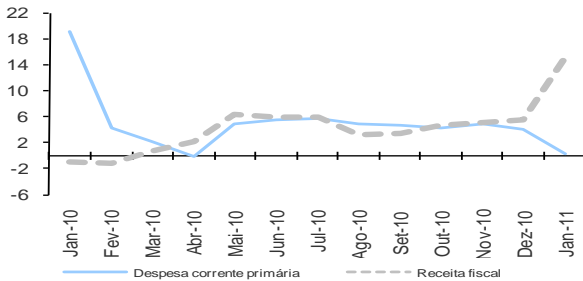
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010								2011
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	4,7	5,2	5,2	5,4	6,3	6,2	7,1	6,6	6,9
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	365	200	257	251	331	400	378	439	365	379
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	-4,5	-0,1	4,3	0,3	1,5	7,7	-9,4	3,6	3,0
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,5	3,1	3,3	3,2	3,1	3,0	2,8	2,6	2,5	:
- para consumo	va**	"	0,5	2,7	2,1	2,5	2,1	1,8	1,2	0,7	0,5	:
Empréstimos a empresas	va**	"	0,0	0,2	1,3	1,2	1,0	1,2	1,5	1,4	0,0	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,12	1,88	1,86	1,86	1,91	1,97	2,01	2,06	2,12	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,74	3,37	3,31	3,37	3,43	3,49	3,54	3,64	3,74	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

**Finanças Públicas – Estado**

Em janeiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 787 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 360 milhões de euros face a janeiro de 2010. O défice primário foi de 682 milhões de euros, menos 379 milhões de euros do registado no ano anterior.

**Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



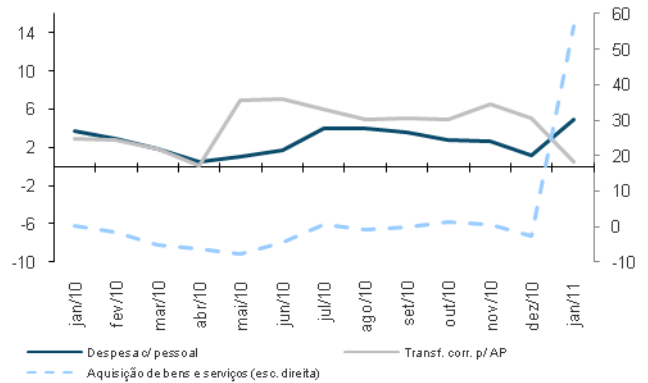
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 15,1%, justificado pelo acréscimo de 26% na receita dos impostos diretos e de 8% dos impostos indiretos. As rubricas que mais influenciaram a evolução da receita dos impostos diretos foram o IRC, com um acréscimo de 153,4%, justificado especialmente pela tributação de dividendos objecto de distribuição antecipada no mês de Dezembro e a receita do IRS, cuja variação homóloga foi de 8,7%, devido à aplicação das novas tabelas de retenção à tributação de rendimentos de capital. Na receita dos impostos indiretos, os principais factores subjacentes ao seu aumento foram: IVA (6,6%), ISV (60,1%), IT (13,5%) e imposto sobre produtos petrolíferos (1,0%); e
- um crescimento da despesa total em 0,9%, devido ao aumento da despesa corrente em 0,7% e da despesa de capital em 2,7%, influenciada pelo investimento em software por parte da Direcção-Geral dos Impostos e pela transferência de capital, no âmbito dos Investimentos do Plano. O principal contributo para a variação da despesa corrente é dado pelo aumento das despesas com pessoal (4,9%), influenciado pelo aumento da taxa de contribuição patronal para a CGA de 7,5% para 15%, enquanto se observam diminuições nas rubricas remunerações certas e permanentes e abonos variáveis ou eventuais; segue-se o aumento da aquisição de bens e serviços (56,5%), influenciada pela alteração metodológica relacionada com o pagamento da contribuição patronal para a ADSE<sup>1</sup>; pelo acréscimo da despesa com juros e outros encargos (23,1%) e, em sentido contrário, pelo decréscimo das transferências correntes (-1,3%), refletindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social (-13%) e para o SNS (-6,9%). Nos subsídios observou-se novamente uma quebra, de 63,7%.

rações certas e permanentes e abonos variáveis ou eventuais; segue-se o aumento da aquisição de bens e serviços (56,5%), influenciada pela alteração metodológica relacionada com o pagamento da contribuição patronal para a ADSE<sup>1</sup>; pelo acréscimo da despesa com juros e outros encargos (23,1%) e, em sentido contrário, pelo decréscimo das transferências correntes (-1,3%), refletindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social (-13%) e para o SNS (-6,9%). Nos subsídios observou-se novamente uma quebra, de 63,7%.

**Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes** (VHA, em %)



Fonte: DGO

No final de janeiro, a dívida direta do Estado situou-se em 151,6 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 213 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu, essencialmente, a amortização líquida de Bilhetes do Tesouro, outra dívida não transacionável, Certificados de Aforro e ECP. Contrariamente, observou-se uma emissão líquida de Obrigações do tesouro, MTN, Certificados do Tesouro e CEDIC.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	31-Dez-10		31-Jan-11			31-Jan-11
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	129 354	4 370	3 888	54	129 891	
Bilhetes do Tesouro	19 261	1 507	3 365	0	17 403	
Obrigações do Tesouro	105 946	1 212	0	126	107 285	
Não Transacionável	22 420	3 838	4 587	0	21 672	
Certificados de Aforro	15 471	41	223	0	15 289	
CEDIC	4 887	3 551	3 450	0	4 989	
Total	151 775	8 208	8 475	53	151 562	

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2010		2011		2010			2011
	Jan		Jan		Out	Nov	Dez	Jan
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	2736	3128	7,5	8,1	3,2	4,0	4,6	14,4
Receita corrente	2672	2990	7,7	8,1	2,7	3,3	3,9	11,9
Impostos diretos	960	1209	7,2	8,8	-1,3	-0,3	0,8	26,0
Impostos indiretos	1471	1588	8,3	8,0	9,2	9,0	9,2	8,0
Despesa Total	3882	3915	7,4	8,0	2,8	2,6	3,7	0,9
Despesa corrente primária	3534	3541	8,4	9,1	4,2	4,9	3,9	0,2
Despesa corrente	3620	3646	7,6	8,1	4,3	4,0	3,4	0,7
Despesa com pessoal	759	796	6,6	8,3	0,7	0,4	-1,0	4,9
Aquisição bens e serviços	34	53	2,1	2,9	1,4	0,5	-2,5	56,5
Subsídios	31	11	4,3	1,8	-9,3	-9,5	-11,0	-63,7
Juros	85	105	1,5	1,7	4,9	-2,3	-0,7	23,1
Transferências corr. p/ AP	2068	2079	8,3	9,1	6,0	7,6	6,2	0,5
Saldo Global	-1147	-787	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1061	-682	-	-	-	-	-	-

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

<sup>1</sup> Em 2011, foi introduzida a contribuição patronal para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registados como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Em janeiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 505,3 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 39 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas<sup>1</sup>.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 6,9%, explicada pelo aumento da receita corrente em 4,6%, refletindo a evolução das rubricas Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE e transferências correntes. A receita de capital aumentou 124,9%, cujo comportamento traduz o aumento observado das transferências de capital (114,6%); e
- um aumento da despesa em 6,4%, que tem em consideração o acréscimo da despesa corrente em 5,1% e o aumento da despesa de capital em 57,9%. Para o aumento da despesa corrente contribuíram as rubricas aquisição de bens e serviços (10,5%), despesas com pessoal (7,4%) e transferências correntes (0,1%). A despesa de capital apresenta aumentos nas transferências de capita (72,5%) e no investimento (37,5%).

**Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos**

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	Jan		Jan		Dez-10	Jan-11
	10 <sup>6</sup> euros	Exec. face OE corrig.* (%)	VHA (%)			
Receita Total	1844	1972	6,5	8,0	4,7	6,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	283	304	7,1	7,3	10,5	7,3
Transferências correntes da Adm. Central	1347	1376	8,3	9,0	6,0	2,1
Despesa Total	1378	1467	5,2	6,2	-1,4	6,4
Despesa com pessoal	158	170	4,6	5,5	-3,1	7,4
Aquisição de bens e serviços	452	500	5,0	6,3	12,1	10,5
Transferências correntes	691	692	6,3	6,6	2,6	0,1
Saldo Global	467	505	-	-	-	-

Fonte: DGO.

## Administração Central

No primeiro mês de 2011, o défice provisório da Administração Central foi de 281,7 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 400 milhões de euros face ao mesmo mês de 2010. A receita total exibiu um grau de execução, face ao objectivo traçado no Orçamento do Estado, de 7,8%. A receita corrente e a receita de capital apresentaram graus de execução orçamental de 7,8% e 8,4%, respectivamente. A despesa total manifestou um grau de execução orçamental menor que o da receita, situando-se nos 7%, contribuindo para este efeito os graus de execução de 7,1% e 5,6% da despesa corrente e da despesa de capital, respectivamente.

<sup>1</sup> Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

<sup>2</sup> Considerada a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

## Serviço Nacional de Saúde

### Execução financeira consolidada do SNS

Em janeiro, a execução financeira consolidada<sup>2</sup> provisória do SNS aponta para um excedente de 43,4 milhões de euros, que compara com um défice de 3,9 milhões de euros face ao período homólogo.

A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 0,2%, justificada pela redução da transferência do Orçamento do Estado (em 4,2 milhões de euros) e parcialmente compensada pelo aumento da receita procedente da prestação de serviços, embora não inclua ainda o efeito das medidas previstas para 2011, nomeadamente o aumento das taxas moderadoras; e
- uma diminuição da despesa em 7%, cujas principais contributos foram a redução da despesa com pessoal (-8,2%), que conjuga o efeito da redução da massa salarial e da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e suplementos remuneratórios; a redução na comparticipação de medicamentos (em 21%), refletindo as novas regras de funcionamento com a ADSE e a nova taxa do IVA; a diminuição da despesa dos Hospitais E.P.E. (-3,2%), que traduz as medidas de contenção da despesa iniciados em 2010 e reforçados em 2011, assim como a negociação do preço de alguns medicamentos; e o decréscimo da despesa com os meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros subcontratos (-11,4%).

**Quadro 2.11. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde**

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010		2011	
	Jan		Dez	
	10 <sup>6</sup> euros		VHA%	
Receita Cobrada	686,1	684,9	7,0	-0,2
Transferências do Orçamento do Estado	679,2	675,0	6,1	-0,6
Prestação de serviços	3,6	5,2	56,5	44,4
Outras receitas	2,9	3,9	-16,8	34,5
Despesa Total	690,0	641,5	5,2	-7,0
Despesa com pessoal	814	74,7	-1,5	-8,2
Subcontratos	598,5	548,0	7,9	-8,4
Outras despesas	13	4,7	-17,5	261,5
Saldo Global	-3,9	43,4	-	-

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

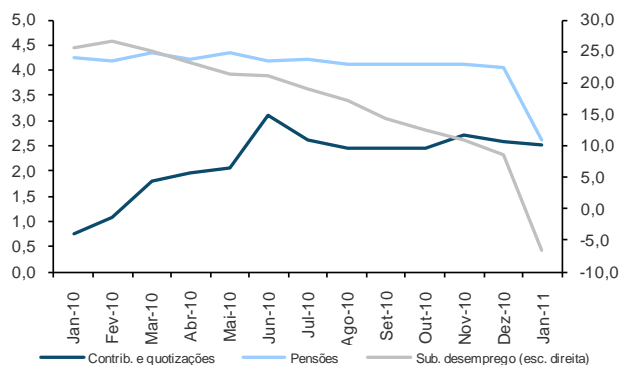
## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em janeiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 310,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 67,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

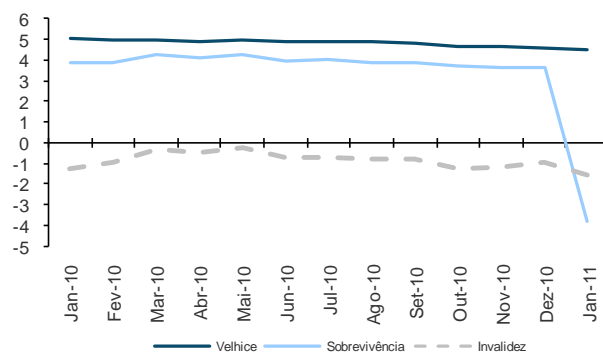
- um aumento da receita corrente em 0,7% derivado do aumento da maioria das rubricas: contribuições e quotizações (2,6%), outras receitas correntes (20,4%) e IVA social (3,8%). Em sentido inverso, registou-se uma diminuição de 5,4% das transferências correntes; e
- um aumento da despesa corrente em 4,1%, refletindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (2,6%), subsídio por doença (62,1%), outras prestações (21,5%) e complemento solidário para idosos (4%). Em sentido contrário observaram-se decréscimos no subsídio familiar a crianças e jovens (-16,8%), no subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-6,6%), no rendimento social de inserção (-23,9%) e na administração (-7,3%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se um acréscimo de 43,8% no subsídio de doença e uma diminuição de 17,4% no subsídio de desemprego. As ações de formação profissional continuam a apresentar crescimentos (235,4%), especialmente as ações suportadas pelo Fundo Social Europeu.

**Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



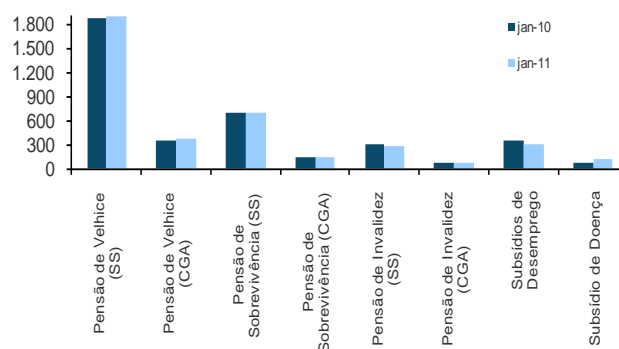
Fonte: DGO.

**Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em janeiro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 210,1 milhões de euros, mais 67 milhões de euros face ao período homólogo. A receita corrente cresceu 7,4%, devido ao aumento das transferências correntes em 7,4% e das contribuições em 7,3%. A despesa corrente aumentou 0,9%, refletindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões.

**Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2010		2011		2010		2011			
	Jan		Jan		Jan		Jan			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	1981	1995	0,7	8,2	8,3	751	824	9,7	9,7	9,3
Contribuições e quotizações	1260	1294	2,6	9,4	9,2	283	304	7,3	7,9	7,3
Transferências correntes da Adm. Central	606	573	-5,4	7,0	8,2	467	502	7,5	11,9	11,7
Despesa Total	1618	1684	4,1	6,8	7,2	608	614	0,9	7,7	7,1
Pensões	991	1017	2,6	7,1	7,1	605	611	1,0	7,7	7,1
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	178	166	-6,6	8,1	7,9	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	346	350	0,9	7,2	8,1	-	-	-	-	-
Saldo Global	363	311	-	-	-	143	210	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

## Administrações Local e Regional

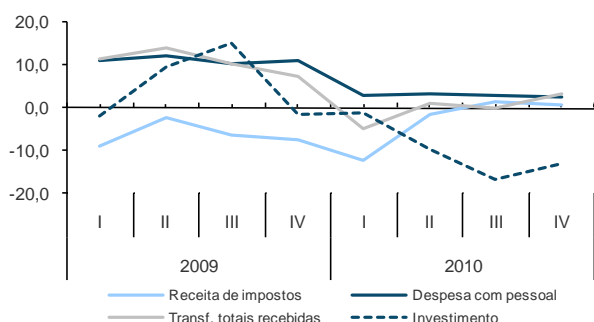
### Administração Local\*

Em 2010, e na óptica da contabilidade pública, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 81 milhões de euros, que compara com um défice de 651 milhões de euros em 2009 e considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 2,5%, tendo contribuído para o crescimento, principalmente, o comportamento das transferências correntes (2,9%), da receita do imposto municipal sobre imóveis (6%) e das taxas, multas e outras penalidades (8,7%). A receita de capital aumentou 4,3% em virtude do aumento das transferências de capital (3,7%) e da venda de bens de investimento (26,6%); e
- um decréscimo da despesa total em 7,1%, refletindo, especialmente, a diminuição do investimento (-13,1%), da aquisição de bens e de serviços (-6,3%) e dos juros e outros encargos (-44,4%). Apenas a despesa com pessoal apresentou uma variação positiva (2,6%).

**Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

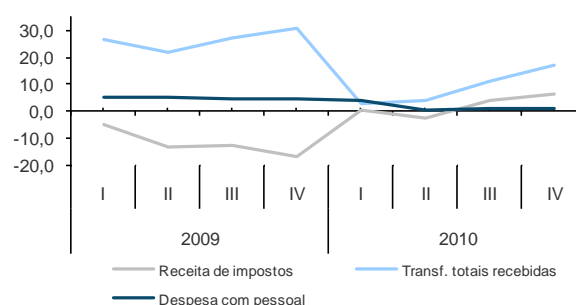
### Administração Regional

Em 2010, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 131,4 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 15,6 milhões de euros face a 2009.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 7,1%, devido, sobretudo, ao aumento significativo da receita fiscal (6,2%), especialmente do IRC, das transferências do Orçamento do Estado, retratando as transferências extraordinárias para a Região Autónoma da Madeira no âmbito da reconstrução das zonas afectadas pelo temporal de Fevereiro de 2010, e da União Europeia; e
- um crescimento da despesa total em 5,9%, refletindo o comportamento da despesa de corrente (6,3%), com acréscimos, em particular, na aquisição de bens e serviços e transferências. A despesa de capital registou, igualmente, um aumento, em 4,2%, influenciada pelo comportamento da rubrica investimento.

**Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

**Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional**

	Administração Local*				Administração Regional			
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
	Jan a Dez		Set	Dez	Jan a Dez		Set	Dez
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita total	7 186	7 363	0,3	2,5	2 002	2 145	4,6	7,1
Impostos	2 329	2 342	1,4	0,6	1 091	1 158	3,8	6,2
Transferências correntes	2 177	2 240	0,2	3,2	355	416	11,2	17,2
Despesa total	7 837	7 282	-8,5	-7,1	2 149	2 276	-0,7	5,9
Pessoal	2 393	2 454	2,8	2,6	789	797	1,3	1,1
Aquisição de bens e serviços	1 854	1 737	-7,5	-6,3	311	377	31,6	21,3
Transferências correntes	536	499	-9,1	-6,9	495	527	1,9	6,4
Investimento	2 058	1 789	-16,6	-13,1	234	255	-32,2	8,7
Saldo global	- 651	81	-	-	- 147	- 131	-	-

Fonte: DGO.

Nota: \* Os valores da AL para 2009 referem-se ao Universo Comparável..

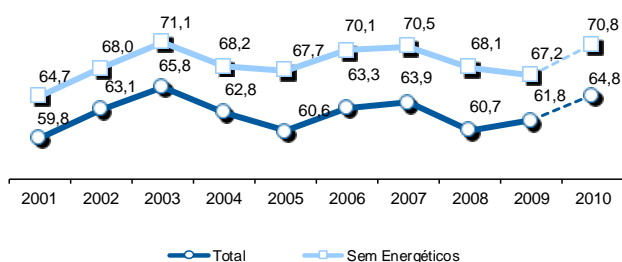
### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o ano de 2010, as saídas de mercadorias atingiram os 36.769 milhões de euros (+15,7% que em 2009). As entradas cresceram 10,5% face a 2009 <sup>[3]</sup>. O défice da balança comercial (fob/cif) agravou-se em 2,1%, alcançando o valor de 20.014 milhões de euros em 2010 (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas também cresceram a uma taxa superior à das entradas (13,6% e 7,9%, respetivamente).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)**

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	31.768	36.769	15,7	15,8	15,7
Entradas (cif)	51.368	56.783	10,5	10,3	10,5
(fob)	48.948	54.108	10,5	10,3	10,5
Saldo (fob-cif)	-19.600	-20.014	2,1	1,5	2,1
(fob-fob)	-17.180	-17.340	0,9	0,3	0,9
Cobertura (fob/cif)	61,8	64,8	-	-	-
(fob/fob)	64,9	68,0	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Saídas (fob)	30.181	34.285	13,6	15,7	13,6
Entradas (cif)	44.895	48.459	7,9	8,8	7,9
(fob)	42.781	46.177	7,9	8,8	7,9
Saldo (fob-cif)	-14.714	-14.174	-3,7	-5,1	-3,7
(fob-fob)	-12.600	-11.891	-5,6	-7,4	-5,6
Cobertura (fob/cif)	67,2	70,8	-	-	-
(fob/fob)	70,5	74,2	-	-	-
<b>Extra-UE</b>					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	7.804	9.206	18,0	17,8	18,0
Importações (cif)	11.003	13.848	25,9	16,0	25,9
(fob)	10.484	13.196	25,9	16,0	25,9
Saldo (fob-cif)	-3.198	-4.642	45,1	11,5	45,1
(fob-fob)	-2.680	-3.990	48,9	10,6	48,9
Cobertura (fob/cif)	70,9	66,5	-	-	-
(fob/fob)	74,4	69,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0,9529.

As saídas representaram 64,8% das entradas (+ 3 p.p. que em 2009). Excluindo os produtos energéticos, essa taxa continuou a ser superior à do total dos produtos (70,8%). Apenas no período de 2003-2004 foram registadas taxas de cobertura próximas das observadas em 2010 (Figura 3.1 e Quadro 3.1).

Em 2010, o défice da balança comercial Intra UE registou uma melhoria de 6,3%, enquanto o saldo negativo da balança comercial com os países terceiros agravou-se em 45,1% (Quadro 3.2).

**Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a dezembro**

janeiro a dezembro	valores em milhões de Euros		
	2009	2010	TVH
<b>Intra + Extra UE</b>			
Saídas	31 768	36 769	15,7
Entradas	51 368	56 783	10,5
Saldo (fob-cif)	- 19 600	- 20 014	2,1
Cobertura (fob/cif)	61,8	64,8	-
<b>Intra UE</b>			
Expedições	23 964	27 562	15,0
Chegadas	40 365	42 934	6,4
Saldo (fob-cif)	- 16 401	- 15 372	-6,3
Cobertura (fob/cif)	59,4	64,2	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (Fob)	7 804	9 206	18,0
Importações (Cif)	11 003	13 848	25,9
Saldo (fob-cif)	- 3 199	- 4 642	45,1
Cobertura (fob/cif)	70,9	66,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

No último trimestre de 2010, as saídas de mercadorias cresceram, face ao trimestre homólogo, a uma taxa superior (+15,8%) à observada em termos anuais. Esta situação verificou-se também no segundo trimestre do ano, período do ano em que as saídas registaram a maior taxa de crescimento homólogo (trimestral), 17,3%. O mesmo sucedeu com as entradas, que cresceram, face a igual período de 2009, 18,7%. Nos restantes trimestres do ano, as taxas registadas foram inferiores à anual.

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
jan	4 048	4 014	-0,9	2 473	2 608	5,5
fev	3 775	4 230	12,1	2 424	2 719	12,1
mar	4 430	5 029	13,5	2 649	3 333	25,8
abr	3 997	4 485	12,2	2 524	2 962	17,4
mai	3 984	4 679	17,4	2 572	3 048	18,5
jun	4 408	5 544	25,8	2 703	3 137	16,1
jul	4 697	4 645	-1,1	3 117	3 402	9,2
ago	3 590	4 177	16,4	2 041	2 512	23,1
set	4 747	4 884	2,9	2 857	3 314	16,0
out	4 691	5 060	7,9	2 980	3 274	9,9
nov	4 718	4 990	5,8	2 911	3 332	14,4
dez	4 283	5 047	17,8	2 517	3 128	24,3
1º trim	12 253	13 273	8,3	7 546	8 659	14,8
2º trim	12 389	14 708	18,7	7 799	9 148	17,3
3º trim	13 034	13 706	5,2	8 015	9 228	15,1
4º trim	13 692	15 097	10,3	8 407	9 733	15,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº02/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de janeiro a dezembro de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intranstat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intranstat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

## Saídas de Mercadorias

Em 2010, as saídas de mercadorias registaram um crescimento de 15,7% face ao ano anterior. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 13,6% (Quadros 3.1 e 3.4).

À semelhança de 2009, os produtos com maior peso na estrutura das saídas de mercadorias foram as “Máquinas” (14,9%), o “Material de Transporte” (12,4%) e os “Químicos” (11,9%). Por outro lado, apesar de apresentar uma menor importância relativa, o peso das saídas de produtos “Energéticos” no total das saídas tem vindo a aumentar (6,8% em 2010 e 5% em 2009).

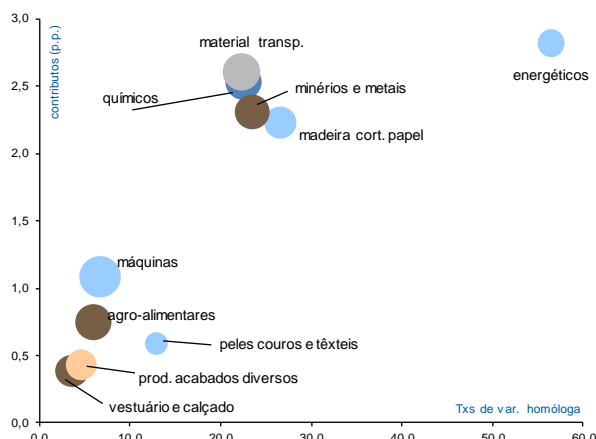
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas no último ano.

A análise da Figura 3.2 e dos valores que constam no Quadro 3.4 confirma que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias e, conseqüentemente, registaram taxas de variação homóloga positivas.

Analisando o contributo dos diferentes grupos de produtos para o crescimento das saídas de mercadorias em 2010, os produtos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para o crescimento homólogo do total das saídas, com um contributo de +2,8 p.p., o que se deveu, em grande parte, à paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de janeiro de 2009 até ao final de fevereiro do mesmo ano.

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Material de Transporte” (+2,6 p.p.), “Químicos” (+2,5 p.p.), e “Minérios e Metais” (+2,3 p.p.). Embora com um menor contributo (+2,2 p.p.), as saídas de “Madeira, cortiça e papel” cresceram 26,6% em 2010 e aumentaram de forma modesta o seu peso relativo no total das saídas de mercadorias para 9,2% em 2010 (8,8% e 9% em 2009 e 2008, respetivamente)

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)**  
janeiro a dezembro de 2010 (Total: 15,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:  
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

**Quadro 3.4. Saídas \* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)			Taxas de variação e contributos	
	jan-dez		Anual			2010/2009	
	2009	2010	2004	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]
<b>Total das Saídas</b>	<b>31 768</b>	<b>36 769</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,7</b>	<b>15,7</b>
000 Agro-Alimentares	4 045	4 284	8,1	12,7	11,7	5,9	0,8
100 Energéticos	1 587	2 483	2,7	5,0	6,8	56,5	2,8
200 Químicos	3 570	4 374	9,4	11,3	11,9	22,5	2,5
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 658	3 366	9,0	8,8	9,2	26,6	2,2
400 Peles, Couros e Têxteis	1 451	1 638	5,6	4,6	4,5	12,9	0,6
500 Vestuário e Calçado	3 464	3 587	14,0	10,9	9,8	3,5	0,4
600 Minérios e Metais	3 123	3 856	8,3	9,8	10,5	23,5	2,3
700 Máquinas	5 138	5 483	19,6	16,2	14,9	6,7	1,1
800 Material de Transporte	3 724	4 553	15,0	11,7	12,4	22,3	2,6
900 Produtos Acabados Diversos	3 008	3 145	8,2	9,0	8,6	4,6	0,4
Por memória:							
Total sem energéticos	30 181	34 285	97,3	95,0	93,2	13,6	12,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

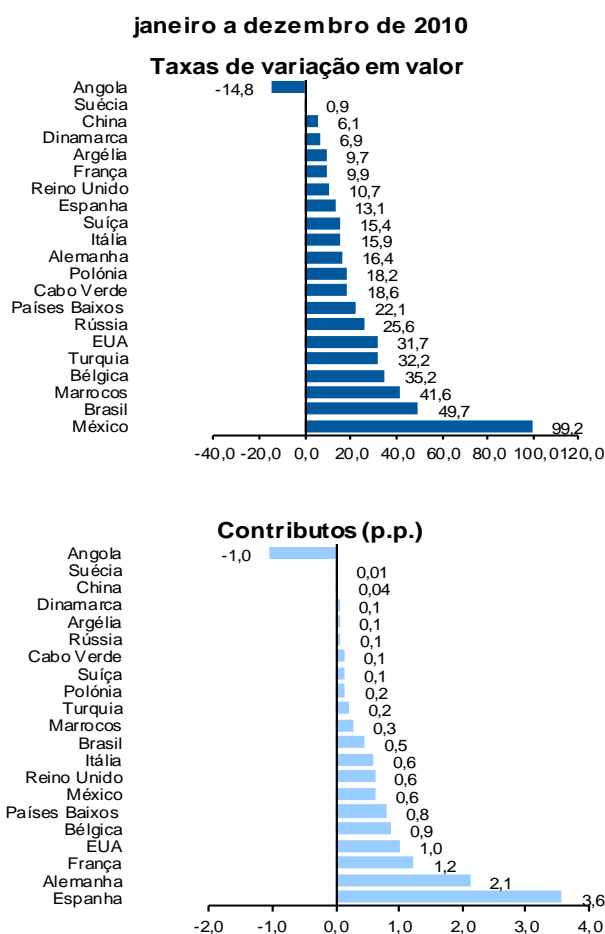
Em 2010, as expedições para o mercado comunitário cresceram 15%, sendo que as expedições com destino aos países da UE-15 cresceram a um ritmo inferior ao das expedições para os Países do Alargamento, 14,6% e 25,3%, respetivamente. As exportações para os Países Terceiros continuaram a registar uma taxa de crescimento homólogo superior à das expedições para a UE27, 18% (Quadro 3.5), o que refletiu o aumento do peso relativo dos mercados extra UE no total das saídas de 18,5% para 25%, entre 2004 e 2010.

À semelhança dos anos anteriores, Espanha continua a ser o principal mercado de destino das saídas de mercadorias portuguesas, representando, em 2010, 26,6% do total.

No que respeita as saídas com destino à EU-15, as expedições com destino à Espanha (+3,6 p.p.) e à Alemanha (2,1 p.p) foram as que mais contribuíram para o crescimento total das saídas em 2010. As expedições de mercadorias cresceram, relativamente a 2009, 10,7% para o Reino Unido e 9,9% para a França.

Neste período, evidenciou-se, entre os *países terceiros*, o comportamento positivo das exportações para o México (+99,2%), Brasil (+49,7%), Marrocos (+41,6%) e da Turquia (+32,2%). Angola destacou-se como o único mercado de destino para o qual as saídas registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-14,8%) e, conseqüentemente, responsável pela única contribuição negativa (-1,0 p.p.) (Figura 3.3).

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos**



**Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados**

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	jan-dez		Estrutura (%)			Taxas de variação e contributos [1]		
	2009	2010	anual			média anual 04-09*	2010/2009	
			2004	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL</b>	<b>31 768</b>	<b>36 769</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,5</b>	<b>15,7</b>	<b>15,7</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>23 964</b>	<b>27 562</b>	<b>81,5</b>	<b>75,4</b>	<b>75,0</b>	<b>-1,0</b>	<b>15,0</b>	<b>11,3</b>
dos quais:								
<b>UE-15</b>	<b>23 056</b>	<b>26 424</b>	<b>79,9</b>	<b>72,6</b>	<b>71,9</b>	<b>-1,4</b>	<b>14,6</b>	<b>10,6</b>
Espanha	8 653	9 787	26,1	27,2	26,6	1,4	13,1	3,6
Alemanha	4 100	4 772	13,4	12,9	13,0	-0,2	16,4	2,1
França	3 941	4 332	13,8	12,4	11,8	-1,6	9,9	1,2
R.Unido	1 821	2 016	9,4	5,7	5,5	-8,9	10,7	0,6
Itália	1 194	1 383	4,4	3,8	3,8	-2,5	15,9	0,6
P.Baixos	1 147	1 401	4,1	3,6	3,8	-1,9	22,1	0,8
Bélgica	778	1 052	4,2	2,4	2,9	-9,9	35,2	0,9
Suécia	368	371	1,2	1,2	1,0	0,4	0,9	0,0
Dinamarca	242	258	0,8	0,8	0,7	-0,9	6,9	0,1
<b>Alargamento</b>	<b>908</b>	<b>1 138</b>	<b>1,6</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>	<b>13,5</b>	<b>25,3</b>	<b>0,7</b>
Polónia	270	320	0,4	0,9	0,9	14,4	18,2	0,2
<b>Extra UE-27</b>	<b>7 804</b>	<b>9 206</b>	<b>18,5</b>	<b>24,6</b>	<b>25,0</b>	<b>6,4</b>	<b>18,0</b>	<b>4,4</b>
dos quais:								
Angola	2 242	1 911	2,2	7,1	5,2	27,3	-14,8	-1,0
EUA	1 012	1 333	5,6	3,2	3,6	-10,3	31,7	1,0
Brasil	295	441	0,5	0,9	1,2	13,8	49,7	0,5
Suíça	289	334	0,9	0,9	0,9	1,1	15,4	0,1
C.Verde	223	264	0,5	0,7	0,7	9,8	18,6	0,1
China	222	235	0,3	0,7	0,6	17,0	6,1	0,0
Marrocos	215	305	0,5	0,7	0,8	8,4	41,6	0,3
México	204	406	0,2	0,6	1,1	23,4	99,2	0,6
Turquia	202	268	0,6	0,6	0,7	3,1	32,2	0,2
Argélia	197	217	0,1	0,6	0,6	36,3	9,7	0,1
Por memória:								
Rússia	96	120	0,2	0,3	0,3	12,8	25,6	0,1
PALOP	2 655	2 412	2,9	8,4	6,6	24,0	-9,2	-0,8
EFTA	377	420	1,2	1,2	1,1	0,1	11,6	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (jan 09 - dez 10) / (jan 08 - dez 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

## Entradas de Mercadorias

Em 2010, as entradas de mercadorias registaram um crescimento de 10,5% relativamente a 2009 (Quadro 3.6).

No período em análise, à exceção das “Máquinas” (-1,1 p.p.), todos os grupos de produtos registaram contributos positivos para o crescimento das entradas de mercadorias. As entradas de “Energéticos” e de “Material de Transporte” foram as que mais contribuíram para o crescimento das entradas em 2010 (+3,6 p.p. e 3,4 p.p., respetivamente).

Apesar das “Máquinas” continuarem a ser o grupo de produtos que maior importância relativa tem no total das entradas de mercadorias (16,3% das entradas em 2010), tem vindo a assistir-se a uma redução do seu peso relativo (21,2% em 2004 e 19,2% em 2009).

A UE-27 continua a ser o principal *mercado de origem* das entradas representando 75,6% das entradas de mercadorias em 2010. A Espanha continua a ser o principal mercado de origem das entradas de mercadorias (31,1% do total).

As *entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário* cresceram, em termos homólogos, 6,4%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 6,3% e as provenientes dos países do Alargamento 8,1%. As entradas de mercadorias provenientes da Alemanha (+2,1 p.p.) e da Espanha (+1,8 p.p.) foram as que mais contribuíram para o aumento das entradas em 2010.

As *entradas de mercadorias provenientes de países terceiros* cresceram, em 2010, 25,9%. Neste ano, é de destacar o crescimento das importações provenientes da Líbia (+121,6%), Índia (+53,5%), China (+41,4%) e Arábia Saudita (+30%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 6,8% do total das entradas.

**Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif) jan-dez		Estrutura (%)			Taxas de variação e contributos [1]	
	2009	2010	Anual			2010/2009	
			2004	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>51 368</b>	<b>56 783</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>10,5</b>	<b>10,5</b>
<b>Grupos de Produtos</b>							
000-Agro-Alimentares	7 565	7 831	12,4	14,7	13,8	3,5	0,5
100-Energéticos	6 473	8 323	10,5	12,6	14,7	28,6	3,6
200-Químicos	7 777	8 610	13,7	15,2	15,2	10,7	1,6
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 349	2 581	5,0	4,6	4,5	9,9	0,5
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 495	3 861	7,6	6,8	6,8	10,5	0,7
500-Minérios e Metais	4 236	4 852	9,7	8,3	8,5	14,5	1,2
600-Máquinas [3]	9 840	9 281	21,2	19,2	16,3	-5,7	-1,1
700-Material de Transporte [4]	6 260	8 010	14,1	12,2	14,1	27,9	3,4
800-Prod. Acabados Diversos	3 372	3 434	5,9	6,4	6,0	1,8	0,1
Total sem energéticos	44 895	48 459	89,5	87,4	85,3	7,9	6,9
<b>Mercados de origem</b>							
<b>Intra UE-27</b>	<b>40 365</b>	<b>42 934</b>	<b>79,5</b>	<b>78,6</b>	<b>75,6</b>	<b>6,4</b>	<b>5,0</b>
dos quais:							
<b>UE-15</b>	<b>39 145</b>	<b>41 615</b>	<b>77,8</b>	<b>76,2</b>	<b>73,3</b>	<b>6,3</b>	<b>4,8</b>
Espanha	16 765	17 685	31,2	32,6	31,1	5,5	1,8
Alemanha	6 813	7 887	14,4	13,3	13,9	15,8	2,1
França	4 288	4 101	9,3	8,3	7,2	-4,4	-0,4
Itália	2 979	3 232	6,2	5,8	5,7	8,5	0,5
Países Baixos	2 812	2 928	4,7	5,5	5,2	4,1	0,2
Reino Unido	1 697	2 130	4,6	3,3	3,8	25,5	0,8
Bélgica	1 455	1 612	2,9	2,8	2,8	10,8	0,3
Suécia	520	583	1,3	1,0	1,0	12,2	0,1
Irlanda	516	538	0,8	1,0	0,9	4,4	0,0
<b>Alargamento</b>	<b>1 221</b>	<b>1 320</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>8,1</b>	<b>0,2</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>11 003</b>	<b>13 848</b>	<b>20,5</b>	<b>21,4</b>	<b>24,4</b>	<b>25,9</b>	<b>5,5</b>
dos quais:							
Nigéria	1 243	1 377	1,4	2,4	2,4	10,8	0,3
China	1 115	1 576	0,9	2,2	2,8	41,4	0,9
Brasil	888	1 047	1,7	1,7	1,8	17,9	0,3
EUA	864	843	2,1	1,7	1,5	-2,4	0,0
No ruela	587	529	1,1	1,1	0,9	-9,8	-0,1
Rússia	529	413	1,2	1,0	0,7	-21,8	-0,2
Arábia Saudita	406	527	0,6	0,8	0,9	30,0	0,2
Líbia	333	738	0,7	0,6	1,3	121,6	0,8
Suíça	329	370	0,6	0,6	0,7	12,4	0,1
Japão	285	363	1,3	0,6	0,6	27,3	0,2
Turquia	284	321	0,7	0,6	0,6	13,3	0,1
Coreia do Sul	278	247	0,5	0,5	0,4	-11,2	-0,1
Argélia	275	269	1,0	0,5	0,5	-2,0	0,0
Índia	268	411	0,4	0,5	0,7	53,5	0,3
OPEP [5]	2 975	3 882	4,5	5,8	6,8	30,5	1,8
EFTA	939	914	1,8	1,8	1,6	-2,6	0,0
PALOP	203	601	0,1	0,4	1,1	196,0	0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

[1]  $(\text{jan } 09 - \text{dez } 10) / (\text{jan } 08 - \text{dez } 09) \times 100 - 100$ .

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share:  $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[3] Não inclui tractores.

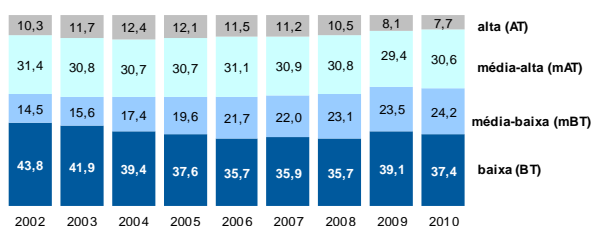
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No ano de 2010, as saídas de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 15%. As saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa+média alta) aumentaram em 1,9 p.p. o seu peso relativo no total das saídas de produtos industriais transformados relativamente a 2009. Os produtos de média alta (+19,9%) e de média baixa tecnologia (+18,8%) foram aqueles cujas saídas registaram um maior crescimento, sendo que os primeiros foram os que mais contribuíram para as saídas de produtos industriais transformados (5,8 p.p.), seguidos dos produtos de média-baixa intensidade tecnológica (+4,4 p.p.) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



### Alta tecnologia excluindo "Aeronaves aeroespaciais":

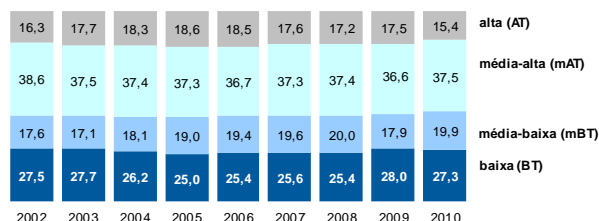


Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

No período em análise as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* representaram 37,4% do total das saídas de produtos industriais transformados e cresceram, em termos homólogos, 10,1%.

Apesar do peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* continuar a apresentar uma tendência decrescente (7,7%), as saídas deste tipo de produtos cresceram 10,3%, o que se traduziu numa forte recuperação face a 2009 (-37,1%) e à taxa de variação média 2004-2009 (-8,1%).

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

## Quadro 3.7. Saídas e Entradas \* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

### Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	janeiro a dezembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.			Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)	
	2009	2010	média 2004-09	2009/08	2010/09	2008	2009	2010	2009	2010
	Valores em 1000 Euros									
<b>SAÍDAS*</b>										
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>29 989 042</b>	<b>34 492 014</b>	<b>0,2</b>	<b>-18,2</b>	<b>15,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-18,2</b>	<b>15,0</b>
Alta tecnologia	2 414 667	2 662 695	-8,1	-37,1	10,3	10,5	8,1	7,7	-3,9	0,8
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 320 705	2 513 094	-6,6	-36,1	8,3	10,0	7,8	7,3	-3,6	0,6
Média-alta tecnologia	8 810 227	10 563 751	-0,7	-21,9	19,9	30,8	29,4	30,6	-6,7	5,8
Média-baixa tecnologia	7 034 011	8 354 268	6,3	-17,0	18,8	23,1	23,5	24,2	-3,9	4,4
Baixa tecnologia	11 730 137	12 911 300	0,1	-10,3	10,1	35,7	39,1	37,4	-3,7	3,9
<i>Por memória:</i>										
<b>Total das Saídas</b>	31 768 156	36 768 509	0,5	-18,4	15,7	100,0	100,0	100,0	-18,4	15,7
Residual [3]	1 779 113	2 276 495	7,1	-22,3	28,0	5,9	5,6	6,2	-1,3	1,6
<b>ENTRADAS*</b>										
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>43 472 102</b>	<b>46 852 996</b>	<b>0,5</b>	<b>-16,6</b>	<b>7,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-16,6</b>	<b>7,8</b>
Alta tecnologia	7 599 703	7 197 521	-0,5	-15,2	-5,3	17,2	17,5	15,4	-2,6	-0,9
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 928 309	6 852 826	-0,5	-15,7	-1,1	16,0	16,2	14,7	-2,5	-0,2
Média-alta tecnologia	15 918 624	17 571 675	0,0	-18,4	10,4	37,4	36,6	37,5	-6,9	3,8
Média-baixa tecnologia	7 797 767	9 314 145	0,3	-25,1	19,4	20,0	17,9	19,9	-5,0	3,5
Baixa tecnologia	12 156 009	12 769 655	1,8	-8,2	5,0	25,4	28,0	27,3	-2,1	1,4
<i>Por memória:</i>										
<b>Total das Entradas</b>	51 367 886	56 782 601	0,8	-20,0	10,5	100,0	100,0	100,0	-20,0	10,5
Residual [3]	7 895 784	9 929 604	3,2	-34,6	25,8	18,8	15,4	17,5	-6,5	4,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para os períodos de Janeiro a Dezembro de 2009 e 2010 referem-se apenas a dados declarados.

#### Notas:

\* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

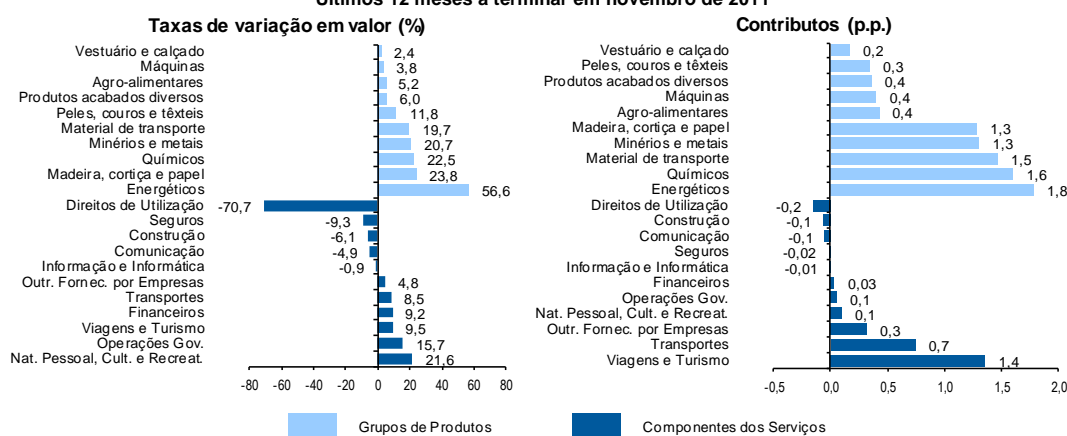
Os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, entre *janeiro e novembro de 2010*, apontam para um crescimento homólogo de 12,3% das “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços. A componente dos Bens destaca-se como aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (9,7p.p.).

Neste período, a componente dos Serviços representou 32,2% do total das “Exportações” e contribuiu 2,6 p.p. para o crescimento das “exportações” totais. No que se refere às “Importações” (débitos) o seu peso no total foi de 16,5% e o seu contributo menos expressivo (+0,7 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Continua a evidenciar-se o contributo positivo dos Produtos Energéticos (+1,8 p.p.). Do lado dos serviços, mas de menor significado, destacam-se os serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (+1,4 p.p.).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**  
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as “Exportações” de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das “exportações” de Bens. A distribuição do contributo das “Exportações” de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros).

**Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)**

	Valores em milhões de euros										
	janeiro a novembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2009	2010	Anual		jan - nov		média anual	12 meses [2]		jan - nov	
		2004	2009	2009	2010	04-09	VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]	
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	44 281	49 728	100,0	100,0	100,0	100,0	2,4	11,4	11,4	12,3	12,3
<b>Bens</b>	29 393	33 707	72,4	66,2	66,4	67,8	0,6	13,8	9,1	14,7	9,7
<b>Serviços</b>	14 889	16 021	27,6	33,8	33,6	32,2	6,6	6,8	2,3	7,6	2,6
Transportes	3 798	4 213	5,3	8,6	8,6	8,5	12,6	8,5	0,7	10,9	0,9
Viagens e Turismo	6 422	7 068	14,5	14,4	14,5	14,2	2,2	9,5	1,4	10,1	1,5
Comunicação	446	424	0,8	1,0	1,0	0,9	6,1	-4,9	-0,1	-4,8	0,0
Construção	465	446	0,9	1,1	1,0	0,9	7,9	-6,1	-0,1	-4,0	0,0
Seguros	97	86	0,3	0,2	0,2	0,2	-0,7	-9,3	0,0	-11,2	0,0
Financeiros	129	142	0,4	0,3	0,3	0,3	-3,1	9,2	0,0	9,9	0,0
Informação e Informática	241	246	0,3	0,5	0,5	0,5	17,9	-0,9	0,0	1,9	0,0
Direitos de Utilização	105	27	0,1	0,2	0,2	0,1	37,8	-70,7	-0,2	-74,2	-0,2
Outr. Fornec. por Empresas	2 832	2 945	4,4	6,7	6,4	5,9	11,2	4,8	0,3	4,0	0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	201	244	0,4	0,5	0,5	0,5	7,8	21,6	0,1	21,2	0,1
Operações Governamentais	153	160	0,4	0,3	0,3	0,4	1,5	15,7	0,1	17,4	0,1
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	54 762	59 661	100,0	100,0	100,0	100,0	1,6	7,6	7,6	8,9	8,9
<b>Bens</b>	45 318	49 818	85,9	82,7	82,8	83,5	0,9	8,4	7,0	9,9	8,2
<b>Serviços</b>	9 444	9 843	14,1	17,3	17,2	16,5	5,8	3,5	0,6	4,2	0,7
Transportes	2 769	2 938	4,5	5,1	5,1	4,9	4,2	5,1	0,3	6,1	0,3
Viagens e Turismo	2 496	2 721	4,0	4,5	4,6	4,6	4,0	8,2	0,4	9,0	0,4
Comunicação	416	395	0,5	0,7	0,8	0,7	8,3	-6,6	0,0	-5,1	0,0
Construção	113	84	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-25,7	-0,1	-25,5	-0,1
Seguros	174	216	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,6	22,3	0,1	24,1	0,1
Financeiros	164	209	0,3	0,3	0,3	0,4	4,8	16,8	0,1	27,2	0,1
Informação e Informática	347	332	0,3	0,6	0,6	0,6	17,1	-5,0	0,0	-4,2	0,0
Direitos de Utilização	325	362	0,5	0,6	0,6	0,6	5,2	10,9	0,1	11,1	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 085	2 030	2,6	3,9	3,8	3,4	9,9	-2,1	-0,1	-2,7	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	442	449	0,5	0,8	0,8	0,8	10,8	1,6	0,0	14	0,0
Operações Governamentais	112	108	0,3	0,2	0,2	0,2	-2,6	-6,4	0,0	-3,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as “Importações” totais de Bens e para as “Exportações” de Serviços.

Notas:

As “Exportações” das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros). As “Importações” das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das “Chegadas” de mercadorias para a UE com as “Importações” para Países Terceiros).

Valores Fob para a “Importação” de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das “Exportações” / “Importações” atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até novembro de 2010.



**Destaques**



## Evolução das Exportações Portuguesas de Produtos "Energéticos"

Este artigo analisa sucintamente a evolução das "exportações"<sup>1</sup> de "produtos relacionados com a energia" (vulgarmente denominados energéticos), entre 2008 e 2010, que incluem para além dos produtos energéticos tradicionais<sup>2</sup>, outros produtos (bens) potencialmente relacionados com a energia renovável (excluindo os biocombustíveis) e não renovável. Neste contexto, foi identificado um conjunto de produtos, ao nível máximo da desagregação da nomenclatura combinada do comércio internacional, que se considera estarem relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de energia, incluindo todos os equipamentos (máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios, entre outros) e suas partes<sup>3</sup>.

No Quadro 1, apresentam-se os códigos da Nomenclatura Combinada dos quais fazem parte os produtos selecionados (energéticos bem como outros produtos relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de energia) e a evolução das exportações dentro deste agrupamento ao longo do período compreendido entre 2008 e 2010.

**Quadro 1. Exportação de "Produtos relacionados com a energia", 2008-2010**

NC-2	Descrição	Milhões de Euros			Peso no total da "Exportação de Produtos Relacionados com a Energia" (%)			Taxas de Variação		Contributos (p.p.) <sup>[1]</sup>	
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	09/08	10/09	2009	2010
	<b>Produtos Relacionados com a Energia</b>	<b>3 640</b>	<b>2 766</b>	<b>3 703</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>- 24,0</b>	<b>33,9</b>	<b>- 24,0</b>	<b>33,9</b>
	<b>Produtos Energéticos:</b>	<b>2 262</b>	<b>1 587</b>	<b>2 483</b>	<b>62,1</b>	<b>57,4</b>	<b>67,1</b>	<b>- 29,8</b>	<b>56,5</b>	<b>- 18,5</b>	<b>32,4</b>
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.	2 262	1 587	2 483	62,1	57,4	67,1	- 29,8	56,5	- 18,5	32,4
	<b>Outros Produtos relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de Energia</b>	<b>1 378</b>	<b>1 179</b>	<b>1 220</b>	<b>37,9</b>	<b>42,6</b>	<b>32,9</b>	<b>- 14,5</b>	<b>3,5</b>	<b>- 5,5</b>	<b>1,5</b>
73*	Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	143	160	140	3,9	5,8	3,8	11,7	- 12,6	0,5	- 0,7
76*	Alumínio e suas obras.	0	0	0	0,0	0,0	0,0	- 70,3	5 678,7	0,0	0,0
84*	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.	154	157	85	4,2	5,7	2,3	1,9	- 46,0	0,1	- 2,6
85*	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios.	1 066	851	986	29,3	30,8	26,6	- 20,1	15,8	- 5,9	4,9
90*	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.	15	11	10	0,4	0,4	0,3	- 27,1	- 10,0	- 0,1	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

\* Os valores apresentados para as "exportações" correspondem ao somatório de uma seleção de produtos ao nível da NC-8 que se considera identificarem os equipamentos, "software" e estruturas relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de energia (ver Anexo).

[1] Contributos para a taxa de crescimento - análise *shift-share*: TVH x peso no período homólogo anterior / 100.

O valor total da exportação de "produtos relacionados com a energia" cifrou-se em 3.703 milhões de Euros em 2010, valor superior ao registado em 2009. Após a descida das exportações deste tipo de produtos em 2009 face a 2008 (-24%), assistiu-se a uma recuperação, em termos homólogos, de 33,9%

<sup>1</sup> A "exportação" aqui é entendida como o total das saídas de mercadorias do comércio intra e extracomunitário, ou seja como a soma das expedições para países comunitários com as exportações para países terceiros.

<sup>2</sup> Produtos Energéticos: Capítulo 27 da Nomenclatura Combinada do Comércio Internacional.

<sup>3</sup> Os valores apresentados para as diferentes agregações podem eventualmente incluir produtos que não dizem concretamente respeito ao sector energético, pelo que o valor total das exportações de produtos "energéticos", pode estar por esta via sobreavaliado.

em 2010. Este comportamento esteve diretamente relacionado com a performance das exportações dos “produtos energéticos” (Cap.º 27), que contribuíram negativamente para o crescimento das exportações em 2009 (-18,5 p.p.) e positivamente em 2010 (+32,4 p.p.). Neste contexto, é de salientar o facto da variação do valor das exportações de produtos energéticos entre 2009 e 2010 estar relacionada não só com a paralisação da refinaria de Sines desde a segunda quinzena de Janeiro até ao final de Fevereiro de 2009, mas também com as flutuações dos preços do petróleo (*brent*), o que terá contribuído para o decréscimo das exportações de produtos energéticos na ordem dos 29,8% em 2009 e a uma consequente recuperação de 56,5% em 2010.

De destacar ainda, os produtos relativos a “Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios” (parte do Cap.º 85), que registaram um contributo positivo para a exportação de +4,9 p.p em 2010, em franca recuperação face ao contributo negativo de -5,9 p.p verificado em 2009.

Analisando o peso das exportações dos diferentes componentes dos “produtos relacionados com a energia” no total das exportações deste agrupamento, os “produtos energéticos” são os que apresentam maior peso nas exportações totais dos “produtos relacionados com a energia”, representando 67,1% do total em 2010, um valor superior aos dois anos anteriores. O segundo maior peso em 2010 é atribuído aos produtos “Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes (...)”, que representaram 26,6% do total de exportações. Os “produtos energéticos” e as “Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes (...)” foram os que registaram maiores taxas de crescimento em 2010 (56,5% e 15,8%, respectivamente).

O Quadro 2 apresenta a evolução das exportações dos mesmos agrupamentos de produtos para idêntico período ao do Quadro 1, mas relativiza os seus pesos e contributos na perspectiva do total da exportação portuguesa. As exportações dos “produtos relacionados com a energia” representaram 9,3% e 10,1% do total das exportações de bens em 2008 e 2010, respectivamente. As exportações dos “produtos relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de energia” têm um peso mais modesto, de 3,5% e 3,3% do total das exportações em 2008 e 2010, respectivamente.

Os produtos energéticos foram aqueles que tiveram maior importância relativa nas exportações totais de mercadorias, representando 5,8% e 6,8% das exportações totais de mercadorias em 2008 e 2010, respectivamente. Dado o peso substancial dos “produtos energéticos” (Cap.º 27) no conjunto dos “produtos relacionados com a energia”, constata-se também que os primeiros foram os que mais contribuíram, quer para a descida das exportações em 2009 (-1,7 p.p.), quer para a recuperação verificada em 2010 (+2,8 p.p.).

Destacam-se ainda as “Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes (...)”, que representam, em 2010, 30,3% do total de exportações do respectivo capítulo (Cap.º 85) e os produtos relativos a “Obras de ferro fundido, ferro ou aço”, que representam 15% do total das exportações do Capítulo 73.

**Quadro 2 - Exportação de “Produtos Relacionados com a Energia” no total da Exportação Portuguesa, 2008-2010**

NC-2	Descrição	Peso no total da "Exportação" Representatividade no Cap. <sup>[1]</sup> (%)			Taxas de Variação		Contributos (p.p.) <sup>[2]</sup>	
		2008	2009	2010	09/08	10/09	2009	2010
	<b>Total da Exportação Portuguesa</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-18,4</b>	<b>15,7</b>	<b>-18,4</b>	<b>15,7</b>
	<b>Produtos Relacionados com a Energia</b>	<b>9,3</b>	<b>8,7</b>	<b>10,1</b>	<b>-24,0</b>	<b>33,9</b>	<b>-2,2</b>	<b>3,0</b>
	<b>Produtos Energéticos</b>	<b>5,8</b>	<b>5,0</b>	<b>6,8</b>	<b>-29,8</b>	<b>56,5</b>	<b>-1,7</b>	<b>2,8</b>
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.	5,8	5,0	6,8	-29,8	56,5	-1,7	2,8
	<b>Outros produtos relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de Energia</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>	<b>3,3</b>	<b>-14,5</b>	<b>3,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>0,1</b>
73*	Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	0,4	0,5	0,4	11,7	-12,6	0,04	-0,06
		12,7	17,5	15,0				
76*	Alumínio e suas obras.	0,0	0,0	0,0	-70,3	5 678,7	0,00	0,00
		0,0	0,0	0,0				
84*	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.	0,4	0,5	0,2	1,9	-46,0	0,01	-0,23
		5,2	6,7	3,8				
85*	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios.	2,7	2,7	2,7	-20,1	15,8	-0,55	0,42
		23,7	30,4	30,3				
90*	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.	0,0	0,0	0,0	-27,1	-10,0	-0,01	0,00
		4,7	3,5	2,7				

**Por memória:**

Total da Exportação Portuguesa (Milhões de Euros)	38 950	31 768	36 769
---	--------	--------	--------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

\* Os valores apresentados para as “exportações” correspondem ao somatório de uma seleção de produtos ao nível da NC-8 que se considera identificarem os equipamentos, “software” e estruturas relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de energia (ver Anexo).

[1] Peso dos produtos seleccionados ao nível da NC-8, no total das exportações da respectiva NC-2.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - análise *shift-share*: TVH x peso no período homólogo anterior / 100.

## Anexo

### Identificação dos produtos relacionados com a energia

#### Produtos Relacionados com a Energia

Cód. NC	Descritivo
<b>Produtos Energéticos:</b>	
27	<b>Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais</b>
<b>Outros Produtos relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de Energia:</b>	
73	<b>Obras de ferro fundido, ferro ou aço</b>
73 08 20 00	Torres e pórticos, de ferro fendido, ferro ou aço
73 08 90 10	Diques, válvulas, comportas, desembarcadores, docas fixas e outras construções marítimas ou fluviais, de ferro fundido, ferro ou aço
73 08 90 99	Construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço, não especificadas nem compreendidas noutras posições (excepto pontes e elementos de pontes, torres e pórticos, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, material para andaimes)
73 22 11 00	Radiadores para aquecimento central, não eléctricos, e suas partes, de ferro fundido (excepto caldeiras de aquecimento central)
73 22 19 00	Radiadores para aquecimento central, não eléctricos, e suas partes, de ferro ou aço (excepto de ferro fundido, assim como, caldeiras de aquecimento central)
76	<b>Alumínio e suas obras</b>
XX XX XX XX	
84	<b>Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes</b>
84 01	Reactores nucleares; elementos combustíveis (cartuchos) não irradiados, para reactores nucleares; máquinas e aparelhos para a separação de isótopos
84 02 11 00	Caldeiras aquatubulares com produção de vapor > 45 t/h
84 02 19 10	Caldeiras de tubos de fumo (excepto caldeiras para aquecimento central concebidas para produção de água quente e vapor de baixa pressão)
84 02 19 90	Caldeiras, incluídas as caldeiras mistas (excepto 84021100 e 84021910)
84 02 20 00	Caldeiras denominadas "de água superaquecida"
84 02 90 00	Partes de caldeiras para produção de vapor e de caldeiras denominadas "de água superaquecida", não especificadas nem compreendidas noutras posições
84 03 10 10	Caldeiras para aquecimento central, de ferro fundido (excepto caldeiras para produção do vapor e caldeiras denominadas "de água sobreaquecida", da posição 8402)"
84 03 10 90	Caldeiras para aquecimento central, não eléctricas, de outras matérias (excepto 84031010)"
84 03 90 10	Partes de caldeiras para aquecimento central, de ferro fundido, não especificadas nem compreendidas noutras posições
84 03 90 90	Partes de caldeiras para aquecimento central (excepto de ferro fundido), não especificadas nem compreendidas noutras posições
84 04 10 00	Aparelhos auxiliares para as caldeiras das posições 8402 ou 8403 (por exemplo: economizadores, sobreaquecedores, aparelhos de limpeza de tubos ou de recuperação de gás)
84 04 20 00	Condensadores para máquinas a vapor
84 04 90 00	Partes de aparelhos auxiliares das posições 8402 ou 8403, assim como, condensadores para máquinas a vapor, não especificadas nem compreendidas noutras posições
84 05 10 00	Geradores de gás de ar (gás pobre) ou de gás de água, com ou sem depuradores; geradores de acetileno e geradores semelhantes de gás, operados a água, com ou sem depuradores (excepto fornos de coque, geradores de gás electrolítico e lampiões de acetileno)
84 05 90 00	Partes de geradores de gás de ar (gás pobre) ou de gás de água, de geradores de acetileno e geradores semelhantes de gás, operados a água, não especificadas nem compreendidas noutras posições
84 06 81 00	Turbinas a vapor, de potência > 40 MW (excepto para propulsão de embarcações)
84 06 82 00	Turbinas a vapor, de potência = < 40 MW (excepto para propulsão de embarcações)
84 06 90 10	Aletas, pás e rotores, de turbinas a vapor
84 06 90 90	Partes de turbinas a vapor, não especificadas nem compreendidas noutras posições (excepto aletas, pás e rotores)
84 10 11 00	Turbinas e rodas hidráulicas, de potência = < 1.000 KW (excepto motores hidráulicos da posição 8412)
84 10 12 00	Turbinas e rodas hidráulicas, de potência > 1.000 KW mas = < 10.000 KW (excepto motores hidráulicos da posição 8412)
84 10 13 00	Turbinas e rodas hidráulicas, de potência > 10.000 KW (excepto motores hidráulicos da posição 8412)
84 10 90 00	Partes de turbinas hidráulicas ou rodas hidráulicas, não especificadas nem compreendidas noutras posições, incluindo os reguladores para turbinas hidráulicas
84 11 81 00	Turbinas a gás de potência = < 5.000 KW (excepto turborreactores e turbopropulsores)
84 11 82	Turbinas a gás de potência > 5.000 KW (excepto turborreactores e turbopropulsores)
84 13 11 00	Bombas para distribuição de combustíveis ou lubrificantes, com dispositivo medidor ou concebidas para comportá-lo, dos tipos utilizados em estações de serviço ou garagens
84 13 70 30	Circuladores de aquecimento central e de água quente
84 15 81 00	Máquinas e aparelhos de ar condicionado, com dispositivo de refrigeração e válvula de inversão do ciclo térmico (bombas de calor reversíveis) (excepto máquinas e aparelhos de ar condicionado do tipo dos utilizados para o conforto dos passageiros nos veículos automóveis)
84 16	Queimadores para alimentação de fornalhas, de combustíveis líquidos, combustíveis sólidos pulverizados ou de gás; fornalhas automáticas, incluídas as antefornalhas, grelhas mecânicas, descarregadores mecânicos de cinzas e dispositivos semelhantes
84 17	Fornos industriais ou de laboratório, incluídos os incineradores, não eléctricos (excepto fornos de secagem e fornos de craqueamento de petróleo "cracking")
84 18 61 00	Grupos de compressão cujo condensador seja constituído por um permutador de calor
84 19 50 00	Permutadores de calor (excepto aquecedores de água de aquecimento instantâneo, termoacumuladores, caldeiras, assim como, aparelhos nos quais a permuta térmica não se realiza através de uma parede)
84 81 80 19	Torneiras e válvulas de regulação, sanitárias (excepto torneiras e válvulas misturadoras)
84 81 80 51	Válvulas de regulação de temperatura (excepto torneiras e válvulas termostáticas para radiadores de aquecimento central)
84 81 80 59	Válvulas de regulação (excepto válvulas de regulação de temperatura, válvulas redutoras de pressão, válvulas para transmissões óleo-hidráulicas ou pneumáticas, válvulas de retenção, válvulas de segurança ou de alívio, torneiras e válvulas sanitárias)

(continua)

(continuação)

Cód. NC	Descritivo
<b>Outros Produtos relacionados com a extração, produção, transmissão, distribuição, armazenagem e consumo de Energia:</b>	
<b>85</b>	<b>Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios</b>
85 01 61	
85 02 31 00	Grupos electrogéneos de energia eólica
85 02 39 20	Turbogeradores
85 02 39 80	Grupos electrogéneos (excepto com motor de energia eólica ou de motor de pistão e turbogeradores)
85 02 40 00	Conversores rotativos eléctricos
85 03 00 10	Aros antimagnéticos para motores e geradores eléctricos
85 03 00 91	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas a motores e geradores eléctricos, grupos electrogéneos e conversores rotativos eléctricos, não especificadas nem compreendidas noutras posições, vazadas ou moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço
85 03 00 99	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas a motores e geradores eléctricos, grupos electrogéneos e conversores rotativos eléctricos, não especificadas nem compreendidas noutras posições (excepto vazadas ou moldadas, de ferro fundido ou aço)
85 04 10 20	Bobinas de reactância, mesmo as de condensador acoplado
85 04 10 80	Balastros para lâmpadas ou tubos de descarga (excepto bobinas de reactância, incluídas as de condensador acoplado)
85 04 21 00	Transformadores de dieléctrico líquido, de potência = < 650 KVA
85 04 22 90	Transformadores de dieléctrico líquido, de potência > 1.600 KVA mas = < 10.000 KVA
85 04 22 10	Transformadores de dieléctrico líquido, de potência > 650 KVA mas = < 1.600 KVA
85 04 23 00	Transformadores de dieléctrico líquido, de potência > 10.000 KVA
85 04 31 21	Transformadores para medir tensões, de potência = < 1 KVA
85 04 31 29	Transformadores de medida de corrente, de potência = < 1 KVA (excepto para medir tensões)
85 04 31 80	Transformadores refrigerados por ar, de potência = < 1 KVA (excepto transformadores de medida)
85 04 32 20	Transformadores de medida, de potência > 1 KVA mas não superior a 16 KVA
85 04 32 80	Transformadores refrigerados por ar, de potência > 1 KVA mas = < 16 KVA (excepto transformadores de medida)
85 04 33 00	Transformadores refrigerados por ar, de potência > 16 KVA mas = < 500 KVA
85 04 34 00	Transformadores refrigerados por ar, de potência > 500 KVA
85 04 40 90	Conversores estáticos (excepto para aparelhos de telecomunicações ou máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, carregadores de acumuladores, rectificadores de semicondutores policristalinos e outros rectificadores e inversores)
85 04 40 40	Rectificadores de semicondutores policristalinos
85 04 40 55	Carregadores de acumuladores (excepto para aparelhos de telecomunicações ou máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades e rectificadores de semicondutores policristalinos)
85 04 40 81	Rectificadores estáticos (excepto para aparelhos de telecomunicações ou máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades e rectificadores de semicondutores policristalinos)
85 04 40 84	Inversores estáticos, de potência = < 7,5 KVA (excepto para aparelhos de telecomunicações ou máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades)
85 04 40 88	Inversores estáticos, de potência > 7,5 KVA (excepto para aparelhos de telecomunicações ou máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades)
85 04 50 20	Bobinas de reactância e de auto-indução, do tipo utilizado em aparelhos de telecomunicações e em fontes de alimentação de máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades (excepto bobinas de reactância para lâmpadas ou tubos de descarga)
85 04 50 95	Bobinas de reactância e de auto-indução (excepto do tipo utilizado em aparelhos de telecomunicações e em fontes de alimentação de máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades e bobinas de reactância para lâmpadas ou tubos de descarga)
85 04 90 11	Núcleos de ferrite para transformadores, bobinas de reactância ou de auto-indução
85 04 90 18	Partes de transformadores e bobinas de reactância e de auto-indução, eléctricas, não especificadas nem compreendidas noutras posições (excepto montagens electrónicas para bobinas de reactância e de auto-indução, para aparelhos de telecomunicações, em fontes de alimentação de unidades de processamento de dados e suas unidades)
85 04 90 99	Partes de conversores estáticos, eléctricos, não especificadas nem compreendidas noutras posições (excepto montagens electrónicas, para aparelhos de telecomunicações ou máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades)
85 05	Electroimanes (excepto para fins medicinais); imanes permanentes e artefactos destinados a tornarem-se imanes permanentes após magnetização; placas, mandris e dispositivos semelhantes, magnéticos ou electromagnéticos, de fixação; acoplamentos, embraiagens, variadores de velocidade e travões electromagnéticos; cabeças de elevação electromagnética
85 06	Pilhas e baterias de pilhas, eléctricas (excepto inservíveis)
85 07	Acumuladores eléctricos e seus separadores, mesmo de forma quadrada ou rectangular (excepto inservíveis, assim como, de borracha não endurecida ou matérias têxteis)
85 33	Resistências eléctricas, incluídos os reóstatos e os potenciómetros (excepto de aquecimento)
85 35	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos eléctricos, por exemplo: interruptores, comutadores, corta-circuitos, pára-raios, limitadores de tensão, eliminadores de onda, tomadas de corrente e outros
85 36	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos eléctricos, por exemplo: interruptores, comutadores, relés, corta-circuitos, eliminadores de onda, fichas e tomadas de corrente, suportes para lâmpada e outros conectores
85 37	Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes, com dois ou mais aparelhos das posições 8535 ou 8536, para comando eléctrico ou distribuição de energia eléctrica, incluídos os que incorporam instrumentos ou aparelhos do Capítulo 90, bem como os aparelhos de comando numérico, excepto os aparelhos de comutação da posição 85.17
85 38	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8535, 8536 ou 8537, não especificadas nem compreendidas noutras posições
85 39	Lâmpadas e tubos eléctricos de incandescência ou de descarga, incluídos os artigos denominados "faróis e projectores, em unidades seladas" e as
85 41 40 90	Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis
85 44 60	Condutores eléctricos, para uma tensão > 1 000 V, não especificados nem compreendidos noutras posições
<b>90</b>	<b>Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.</b>
XX XX XX XX	



**Artigos**



## Em Análise

### Evolução das Exportações<sup>1</sup> Portuguesas em 2010. Principais Produtos Transacionados e Mercados de Destino

Walter Anatole Marques<sup>2</sup>

Após uma descida acentuada do valor das exportações portuguesas a partir de meados de 2008, assistiu-se em 2010, relativamente a 2009, a uma recuperação francamente positiva. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2010 as exportações portuguesas cresceram 15,7%, contra um aumento de 10,5% do lado das importações, o que representou um aumento do défice da balança comercial (fob/cif) de 2,1%.

As exportações aumentaram em 2010 em todos os dez agrupamentos de produtos e respetivos subagrupamentos considerados, e em 21 dos 22 principais mercados de destino, que absorveram nos três últimos anos mais de 85% das exportações totais, sendo Angola a exceção.

Contudo, a recuperação não foi suficiente para anular por completo, em todos os agrupamentos de produtos e em todos os principais mercados de destino, face aos níveis de 2008, as importantes perdas verificadas em 2009. Apesar do forte crescimento verificado em 2010, o valor das exportações ficou ainda 5,6% abaixo do nível registado em 2008.

#### 1. Exportações Portuguesas por Agrupamentos de Produtos

Em 2009 assistiu-se a uma quebra generalizada das exportações em todos os dez agrupamentos de produtos considerados, e em todos os respetivos subagrupamentos, à exceção do subagrupamento “Outros produtos acabados diversos”, que não “Cerâmica e vidro”, (+5,9%) (Quadro 1).

Desceram acima da média (-18,4%) as exportações de “**Máquinas**” (-31,4%), de “**Energéticos**” (-29,8%), de “**Minérios e metais**” (-24,1%), tanto de “Metais” (-23,7%) como de “Minérios” (-25,7%), de “**Material de Transporte**” (-21,4%), tanto de “Veículos automóveis e ciclos” (-19,5%) como de “Outro material de Transporte” (-45,2%), e de “**Madeira, cortiça e papel**”, (-18,5%), essencialmente “Madeira e cortiça” (-23,7%).

Decaíram ainda os fornecimentos de “**Peles, couros e têxteis**” (-15,8%), tanto de “Têxteis” (-15,8%) como de “Peles e couros” (-17,7%), de “**Químicos**” (-14,2%), de “**Vestuário e calçado**” (-11,4%), tanto de “Vestuário” (-13,3%) como de “Calçado” (-8,2%), de “Agroalimentares” (-3,9%) e de “**Produtos acabados diversos**” (-2,3%), essencialmente “Cerâmica e vidro” (-11,4%).

Em 2010 inverteu-se por completo este comportamento, tendo aumentado as exportações em todos os agrupamentos de produtos e respetivos subagrupamentos.

Aumentaram, acima da média (+15,7%), as exportações de “**Energéticos**” (+56,5%), de “**Madeira, cortiça e papel**” (+26,6%), principalmente de “Pasta de papel e papel” (+41,0%), de “**Minérios e metais**” (+23,5%), tanto de “Metais” (+21,4%) como de “Minérios” (+34,5%), de “**Químicos**” (+22,5%), e de “**Material de transporte**” (+22,3%), principalmente “Veículos automóveis e ciclos” (+23,4%).

Aumentaram ainda as exportações dos agrupamentos “**Peles, couros e têxteis**” (+12,9%), tanto de “Têxteis” (+12,3%) como de “Peles e couros” (+22,0%), de “**Máquinas**” (+6,7%), de “**Agroalimentares**” (+5,9%), de “**Produtos acabados diversos**” (+4,6%), e de “**Vestuário e calçado**” (+3,5%), tanto de “Vestuário” (+2,8%), como de “Calçado” (+4,8%).

<sup>1</sup> Exportações aqui entendidas como o somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para os Países Terceiros.

<sup>2</sup> Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

### Quadro 1. Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos

Janeiro a dezembro de 2008, 2009 e 2010

Agrupamentos de produtos	Milhões de Euros			Taxas de Variação (%)			Estrutura (%)		
	2008	2009	2010	10/09	09/08	10/08	2008	2009	2010
<b>TOTAL</b>	<b>38 950</b>	<b>31 768</b>	<b>36 769</b>	<b>15.7 ↑</b>	<b>-18.4 ↓</b>	<b>-5.6 ↓</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
Agro-alimentares	4 211	4 045	4 284	5.9 ↑	-3.9 ↓	1.7 ↑	10.8	12.7	11.7
Energéticos	2 262	1 587	2 483	56.5 ↑	-29.8 ↓	9.8 ↑	5.8	5.0	6.8
Químicos	4 163	3 570	4 374	22.5 ↑	-14.2 ↓	5.1 ↑	10.7	11.2	11.9
Madeira, cortiça e Papel	3 260	2 658	3 366	26.6 ↑	-18.5 ↓	3.3 ↑	8.4	8.4	9.2
- Madeira e cortiça	1 537	1 173	1 272	8.5 ↑	-23.7 ↓	-17.2 ↓	3.9	3.7	3.5
- Pasta de papel, e papel	1 722	1 485	2 094	41.0 ↑	-13.8 ↓	21.6 ↑	4.4	4.7	5.7
Peles, couros e têxteis	1 726	1 451	1 638	12.9 ↑	-15.9 ↓	-5.1 ↓	4.4	4.6	4.5
- Peles e couros	115	94	115	22.0 ↑	-17.7 ↓	0.5 ↑	0.3	0.3	0.3
- Têxteis	1 612	1 357	1 523	12.3 ↑	-15.8 ↓	-5.5 ↓	4.1	4.3	4.1
Vestuário e calçado	3 911	3 464	3 587	3.5 ↑	-11.4 ↓	-8.3 ↓	10.0	10.9	9.8
- Vestuário	2 484	2 154	2 214	2.8 ↑	-13.3 ↓	-10.9 ↓	6.4	6.8	6.0
- Calçado e acess. Vest.	1 427	1 310	1 373	4.8 ↑	-8.2 ↓	-3.8 ↓	3.7	4.1	3.7
Minérios e metais	4 112	3 123	3 856	23.5 ↑	-24.1 ↓	-6.2 ↓	10.6	9.8	10.5
- Minérios	669	498	669	34.5 ↑	-25.7 ↓	0.0 ↔	1.7	1.6	1.8
- Metais	3 442	2 625	3 186	21.4 ↑	-23.7 ↓	-7.4 ↓	8.8	8.3	8.7
Máquinas	7 491	5 138	5 483	6.7 ↑	-31.4 ↓	-26.8 ↓	19.2	16.2	14.9
Material de transporte	4 737	3 724	4 553	22.3 ↑	-21.4 ↓	-3.9 ↓	12.2	11.7	12.4
- Veic. auto e ciclos	4 387	3 532	4 357	23.4 ↑	-19.5 ↓	-0.7 ↓	11.3	11.1	11.8
- Outro material Transp.	350	192	196	2.0 ↑	-45.2 ↓	-44.1 ↓	0.9	0.6	0.5
Prod. acabados diversos	3 078	3 008	3 145	4.6 ↑	-2.3 ↓	2.2 ↑	7.9	9.5	8.6
- Cerâmica e vidro	1 462	1 296	1 355	4.6 ↑	-11.4 ↓	-7.3 ↓	3.8	4.1	3.7
- Outros	1 616	1 712	1 790	4.6 ↑	5.9 ↑	10.8 ↑	4.1	5.4	4.9

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE.

Apesar do forte crescimento verificado em 2010, o valor das exportações, quando comparado com o nível de 2008, anterior à grande quebra de 2009, ficou ainda 5,6% abaixo, sendo contudo de realçar que em cinco dos dez agrupamentos de produtos o valor das exportações excedeu o de 2008: “Energéticos” (+9,8%), “Químicos” (+5,1%), “Madeira, cortiça e papel” (+3,3%), crescimento que se ficou a dever ao vigoroso aumento verificado na exportação de “Pasta de papel e papel” (+41,0%), “Produtos acabados diversos” (+2,2%), e “Agroalimentares” (+1,7%).

## 2. Exportações Portuguesas por Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2)

Para uma análise mais fina do comportamento dos principais produtos de exportação, apresenta-se uma desagregação ao nível dos Capítulos da Nomenclatura Combinada (dois dígitos) (Quadro 2).

### Quadro 2. Exportações portuguesas por capítulos da Nomenclatura Combinada

Janeiro a dezembro de 2008, 2009 e 2010 (26 dos 98 Capítulos)

Cap's da Nomenclatura Combinada (NC-2)	Milhões de Euros			Taxas de Variação (%)			Estrutura (%)		
	2008	2009	2010	10/09	09/08	10/08	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>38 950</b>	<b>31 768</b>	<b>36 769</b>	<b>15.7 ↑</b>	<b>-18.4 ↓</b>	<b>-5.6 ↓</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
87 Automóv/tractores/ciclos	4 387	3 532	4 357	23.4 ↑	-19.5 ↓	-0.7 ↓	11.3	11.1	11.8
85 Máq. e aparelh. eléctricos	4 506	2 796	3 249	16.2 ↑	-38.0 ↓	-27.9 ↓	11.6	8.8	8.8
27 Combustíveis e óleos	2 262	1 587	2 483	56.5 ↑	-29.8 ↓	9.8 ↑	5.8	5.0	6.8
84 Máq. e aparelh. mecânicos	2 985	2 343	2 233	-4.7 ↓	-21.5 ↓	-25.2 ↓	7.7	7.4	6.1
39 Plástico e suas obras	1 635	1 395	1 785	27.9 ↑	-14.7 ↓	9.2 ↑	4.2	4.4	4.9
48 Papel, cartão e suas obras	1 159	1 086	1 536	41.4 ↑	-6.2 ↓	32.6 ↑	3.0	3.4	4.2
61 Vestuário de malha	1 667	1 466	1 484	1.2 ↑	-12.1 ↓	-11.0 ↓	4.3	4.6	4.0
64 Calçado e suas partes	1 391	1 280	1 341	4.8 ↑	-8.0 ↓	-3.6 ↓	3.6	4.0	3.6
94 Mobiliário	1 090	1 015	1 082	6.6 ↑	-6.9 ↓	-0.8 ↓	2.8	3.2	2.9
73 Obras de ferro e aço	1 127	913	930	1.8 ↑	-19.0 ↓	-17.5 ↓	2.9	2.9	2.5
72 Ferro e aço	1 040	651	917	40.8 ↑	-37.4 ↓	-11.9 ↓	2.7	2.1	2.5
22 Bebidas alcoólicas	890	853	900	5.6 ↑	-4.2 ↓	1.1 ↑	2.3	2.7	2.4
45 Cortiça e suas obras	832	695	754	8.5 ↑	-16.5 ↓	-9.4 ↓	2.1	2.2	2.1
40 Borracha e suas obras	647	624	752	20.5 ↑	-3.5 ↓	16.3 ↑	1.7	2.0	2.0
62 Vestuário excl. de malha	817	688	730	6.1 ↑	-15.8 ↓	-10.7 ↓	2.1	2.2	2.0
29 Prod. químicos orgânicos	607	351	544	54.7 ↑	-42.1 ↓	-10.4 ↓	1.6	1.1	1.5
03 Peixe crustác. e moluscos	474	396	543	37.0 ↑	-16.4 ↓	14.5 ↑	1.2	1.2	1.5
69 Produtos cerâmicos	608	525	536	2.2 ↑	-13.8 ↓	-11.8 ↓	1.6	1.7	1.5
63 Outr artefact. Têxteis	544	460	518	12.5 ↑	-15.4 ↓	-4.8 ↓	1.4	1.4	1.4
44 Madeira e suas obras	703	477	517	8.4 ↑	-32.2 ↓	-26.5 ↓	1.8	1.5	1.4
76 Alumínio e suas obras	610	449	504	12.3 ↑	-26.5 ↓	-17.4 ↓	1.6	1.4	1.4
47 Pastas de madeira	478	328	489	48.9 ↑	-31.4 ↓	2.2 ↑	1.2	1.0	1.3
70 Vidro e suas obras	448	427	472	10.6 ↑	-4.8 ↓	5.3 ↑	1.2	1.3	1.3
30 Produtos farmacêuticos	423	454	465	2.3 ↑	7.3 ↑	9.8 ↑	1.1	1.4	1.3
26 Minérios, escórias e cinzas	401	292	406	38.8 ↑	-27.2 ↓	1.1 ↑	1.0	0.9	1.1
24 Tabaco manufacturado	361	390	386	-1.1 ↓	8.0 ↑	6.8 ↑	0.9	1.2	1.0

Representatividade (%): 82.4 80.2 81.4

Fonte: Dados de base do INE.

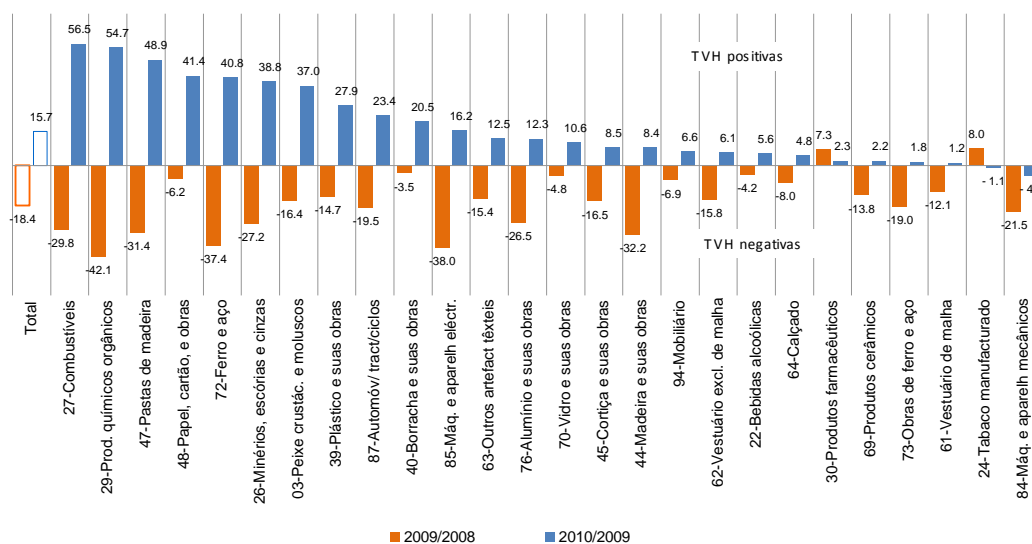
Em 2010, entre os 26 principais Capítulos, num total de 98, que representaram mais de 80% do total das exportações em cada um dos três últimos anos, o único que manteve em 2010, face ao ano precedente, um comportamento negativo, foi o importante Cap.º 84, **Máquinas e aparelhos mecânicos** (-21,5% em 2009, a que se seguiu nova quebra de -4,7% em 2010).

Por sua vez, relativamente aos dois Capítulos que, apesar do quadro quase generalizado de descida, haviam registado em 2009 um acréscimo, o Cap.º 30, **Produtos farmacêuticos** (+7,3%) e o Cap.º 24, **Tabaco manufacturado** (+8,0%), verificou-se, no caso do primeiro, uma nova subida (+2,3%), e no segundo, uma descida (-1,1%).

Todos os restantes Capítulos, neste conjunto de 26, averbaram aumentos em 2010 face a 2009, onze dos quais acima da média (+15,7%) (Figura 1).

**Figura 1. Crescimento homólogo das exportações por Capítulos da Nomenclatura Combinada**

Taxas de variação homóloga de 2009/2008 e 2010/2009  
(ordenadas por ordem decrescente em 2010/2009)

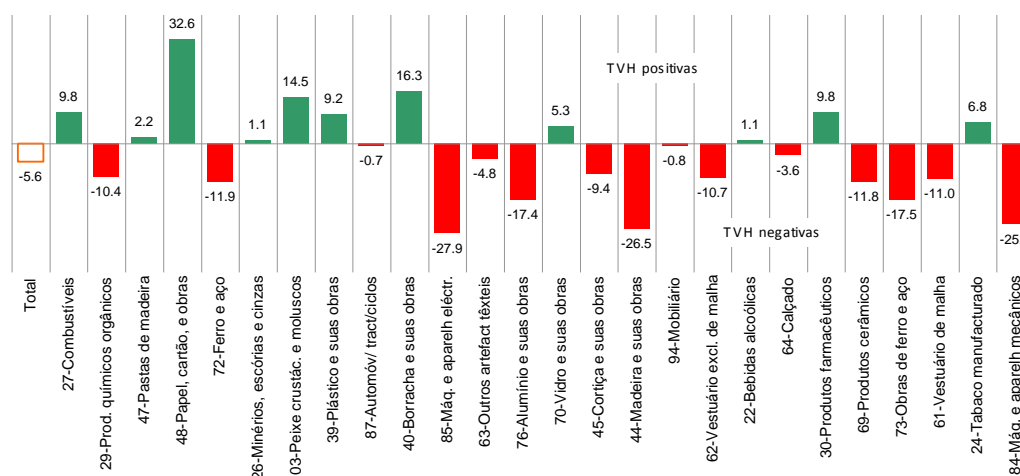


Fonte: A partir de dados de base do INE.

Contudo a recuperação não foi ainda integral, isto é, não foi suficiente para se conseguir recuperar totalmente e em todos os Capítulos as importantes perdas verificadas em 2009, face aos níveis de 2008 (Figura 2).

**Figura 2. Crescimento homólogo das exportações por Capítulos da Nomenclatura Combinada**

Taxas de variação homóloga de 2010/2008  
(Capítulos pela mesma ordem da Fig.1)



Fonte: A partir de dados de base do INE.

Assinalam-se acréscimos das exportações em 2010, face à situação existente em 2008, em 11 dos 26 Capítulos considerados: Cap.º 48, **Papel cartão e suas obras** (+32,6%), Cap.º 40, **Borracha e suas obras** (+16,3%), Cap.º 03, **Peixe crustáceos e moluscos** (+14,5%), Cap.º 30, **Produtos farmacêuticos** (+9,8%), Cap.º 27, **Combustíveis** (+9,8%), Cap.º 39, **Plástico e suas obras** (+9,2%), Cap.º 24, **Tabaco manufacturado** (+6,8%), Cap.º 70, **Vidro e suas obras** (+5,3%), Cap.º 47. **Pastas de madeira** (+2,2%), Cap.º 22, **Bebidas alcoólicas** (+1,1%), e Cap.º 26, **Minérios, escórias e cinzas** (+1,1%).

## 2. Exportações Portuguesas por Mercados de Destino

A análise que se segue envolve 22 mercados de destino, que representaram mais de 85% do total dos fornecimentos nos três últimos anos (Quadro 3).

Em 2009 assistiu-se a uma redução, na maioria dos casos significativa, das exportações para todos estes mercados, à exceção da República Checa (+5,1%), da China (+20,5%), e da Argélia (+9,0%).

Em 2010, face ao ano anterior, verificaram-se aumentos em todos estes países, à exceção de Angola (-14,8%) (Figura 3).

### Quadro 3. Mercados de destino das exportações portuguesas

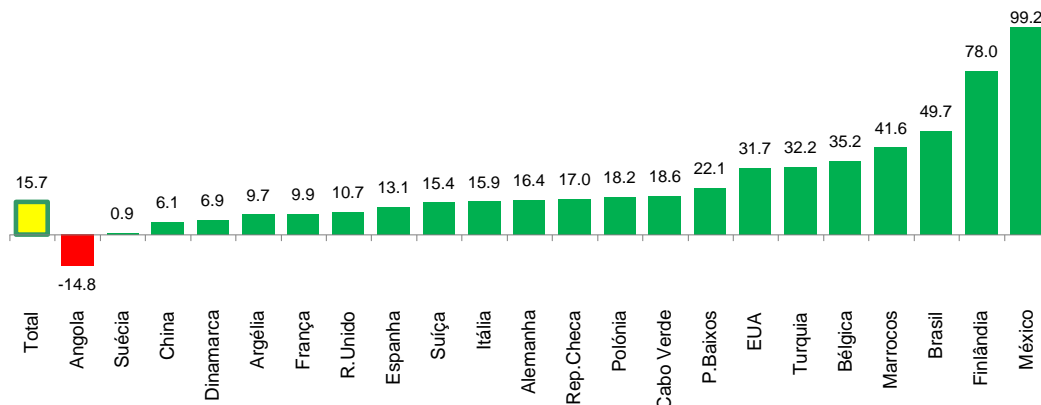
Janeiro a dezembro de 2008, 2009 e 2010

Mercados de destino	Milhões de Euros			Taxa de Variação (%)			Estrutura (%)		
	2008	2009	2010	10/09	09/08	10/08	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>38 950</b>	<b>31 768</b>	<b>36 769</b>	<b>15.7</b> ↑	<b>-18.4</b> ↓	<b>-5.6</b> ↓	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
ES Espanha	10 876	8 653	9 787	13.1	-20.4	-10.0	27.9	27.2	26.6
DE Alemanha	4 954	4 100	4 772	16.4	-17.3	-3.7	12.7	12.9	13.0
FR França	4 580	3 941	4 332	9.9	-14.0	-5.4	11.8	12.4	11.8
GB R.Unido	2 123	1 821	2 016	10.7	-14.2	-5.1	5.5	5.7	5.5
AO Angola	2 261	2 242	1 911	-14.8	-0.8	-15.5	5.8	7.1	5.2
NL P.Baixos	1 277	1 147	1 401	22.1	-10.2	9.7	3.3	3.6	3.8
IT Itália	1 486	1 194	1 383	15.9	-19.7	-6.9	3.8	3.8	3.8
US EUA	1 340	1 012	1 333	31.7	-24.5	-0.5	3.4	3.2	3.6
BE Bélgica	967	778	1 052	35.2	-19.6	8.8	2.5	2.4	2.9
BR Brasil	320	295	441	49.7	-7.9	37.8	0.8	0.9	1.2
MX México	222	204	406	99.2	-8.5	82.3	0.6	0.6	1.1
SE Suécia	449	368	371	0.9	-18.0	-17.3	1.2	1.2	1.0
CH Suíça	300	289	334	15.4	-3.5	11.3	0.8	0.9	0.9
PL Polónia	311	270	320	18.2	-13.0	2.8	0.8	0.9	0.9
MA Marrocos	273	215	305	41.6	-21.2	11.6	0.7	0.7	0.8
TR Turquia	220	202	268	32.2	-8.0	21.7	0.6	0.6	0.7
CV Cabo Verde	258	223	264	18.6	-13.5	2.6	0.7	0.7	0.7
DK Dinamarca	287	242	258	6.9	-15.8	-10.0	0.7	0.8	0.7
CZ Rep.Checa	197	208	243	17.0	5.1	23.0	0.5	0.7	0.7
FI Finlândia	253	135	241	78.0	-46.5	-4.7	0.6	0.4	0.7
CN China	184	222	235	6.1	20.5	27.9	0.5	0.7	0.6
DZ Argélia	181	197	217	9.7	9.0	19.6	0.5	0.6	0.6
Representatividade (%):							85.5	88.0	86.7

[1] Somatório das Chegadas de mercadorias provenientes da UE com as Importações com origem em P.Terceiros.

Fonte: Dados de base do INE.

Figura 3. Crescimento homólogo das exportações portuguesas em 2010 face a 2009 (%)

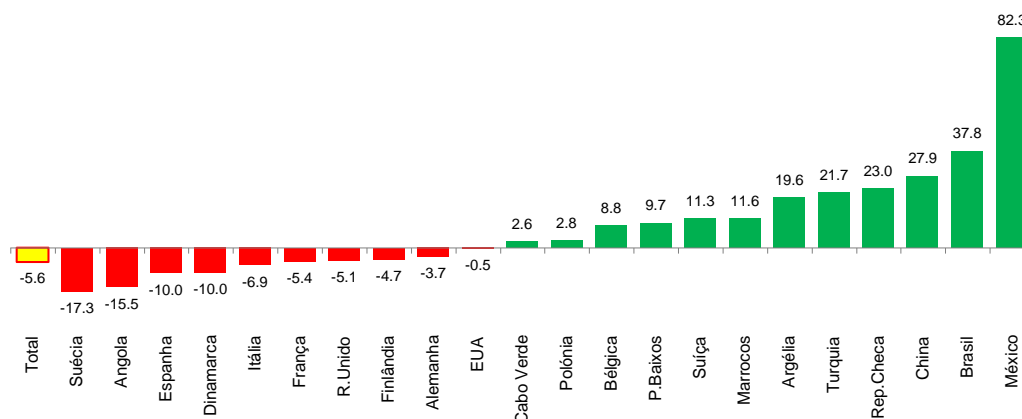


Fonte: Dados de base do INE.

No caso de Angola<sup>3</sup>, Portugal foi no entanto, entre os quatro destacados fornecedores de mercadorias, o que registou a menor quebra nas importações angolanas em 2009 (-6,4%), seguido da China (-18,9%), do Brasil (-32,5%) e dos EUA (-32,8%), tendo o conjunto dos restantes países fornecedores apresentado uma redução de -22,9% nas suas exportações (Marques, 2011). Esta descida encontra-se relacionada com uma acentuada redução do preço do petróleo no mercado internacional, acrescida de uma contração da produção angolana na sequência de compromissos assumidos no âmbito da OPEP. O setor do petróleo pesa cerca de 60% no PIB e representa mais de 90% das exportações angolanas.

<sup>3</sup> As exportações portuguesas de mercadorias para Angola, com um peso no conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa superior a 80% nos três últimos anos, ultrapassaram em 2008 o até então tradicional principal mercado das exportações para o espaço extracomunitário, os Estados Unidos da América. Em 2009, Angola absorveu 7,1% do total das “exportações” de mercadorias portuguesas para o Mundo, o que correspondeu a 29,1% do total das exportações para os Países Terceiros.

**Figura 4. Crescimento homólogo das exportações portuguesas em 2010 face a 2008 (%)**



Fonte: Dados de base do INE.

De sublinhar que os aumentos verificados em 2010 nas exportações para os quatro principais mercados comunitários, não foram suficientes para anular a descida verificada em 2009, nomeadamente em Espanha (-10,0% face a 2008), na Alemanha (-3,7%), em França (-5,4%) e no Reino Unido (-5,1%) (Figura 4).

Por outro lado, ultrapassaram os níveis de 2008 as exportações para os Países Baixos (+9,7%), para a Bélgica (+8,8%), para a Polónia (+2,8%) e para a República Checa (+23,0%).

A República Checa, a China e a Argélia foram, entre os referidos, os únicos mercados da exportação portuguesa que averbaram taxas de crescimento simultaneamente positivas em 2009 e 2010.

De salientar o esforço de diversificação e de intensificação das exportações para mercados extracomunitários realizado pelos operadores nacionais em 2010, que em alguns casos ultrapassaram muito significativamente os níveis de 2008, como aconteceu no caso do México (+82,3%), do Brasil (+37,8%), da China (+27,9%), da Turquia (+21,7%) e da Argélia (+19,6%), mas também, em menor escala, no caso de Marrocos (+11,6%), da Suíça (+11,3%) e de Cabo Verde (+2,6%).

## Bibliografia

Marques, W. (2011), "Evolução das exportações de mercadorias para Angola entre 2007 e 2009: Portugal face aos principais fornecedores.", Temas Económicos nº 13, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

## A Evolução da Abertura ao Exterior da Economia Portuguesa<sup>1</sup>

Elsa de Morais Sarmento<sup>2</sup>

Joaquim Reis<sup>3</sup>

### 1. Introdução

A economia mundial não poderia existir sem a interdependência entre os Estados. Este facto é evidente através do avanço de diversos processos de integração regionais a nível mundial, de cariz mais ou menos complexo. Os seus efeitos são visíveis nomeadamente ao nível da Balança de Pagamentos, a qual reflete o envolvimento de uma economia nacional no contexto internacional. Por um lado, as exportações ilustram a penetração dos produtos e serviços nacionais em mercados externos. Por outro, as importações criam oportunidades de acumulação de recursos de elevada qualidade, nomeadamente a nível tecnológico, que sustentam a produção.

Frequentemente, a determinação da política comercial externa e a definição de metas para as estratégias de internacionalização é feita com recurso à comparação entre o rácio do volume de comércio relativamente ao produto interno bruto (PIB). No entanto, estas comparações e as recomendações de política são frequentemente feitas sem o recurso a uma teoria que identifique quais os fatores que determinam efetivamente o grau de abertura de uma economia.

Uma das principais questões abordadas pela teoria do comércio internacional tem sido dedicada às vantagens comparativas e à determinação de padrões de exportação. Para além dos conhecidos modelos de Ricardo e Heckscher-Ohlin, outros autores têm-se concentrado nas economias de escala como fator de vantagem comparativa. Um conceito relacionado, que tem recebido consideravelmente menos atenção, é o grau de abertura de uma economia. Neste caso, a questão a relevar não é o que é que um país exporta ou importa, mas quanto é que exporta e importa relativamente à sua produção. Adam Smith foi provavelmente o primeiro a considerar os efeitos da dimensão de mercado na especialização e consequentemente nos volumes comercializados. A teoria relacionada com a aplicação da política comercial também estabelece uma relação entre protecionismo e volume de trocas. Todos estes aspetos sugerem que os rácios de trocas relativamente ao PIB são variáveis determinadas pelo mercado, e portanto sujeitas à análise teórica convencional e a uma verificação empírica.

A liberalização da circulação de mercadorias e sobretudo de capitais, tem aberto novas oportunidades de investimento para agentes económicos estrangeiros. Estes fluxos de capital são suscetíveis de criar recursos adicionais que permitam financiar défices comerciais derivados de acréscimos de importações que possam ocorrer, nomeadamente devido à presença de subsidiárias estrangeiras em território nacional. Estes movimentos de bens, serviços e capital são complementares, conduzindo a premissas que podem fomentar um crescimento económico mais saudável.

Os benefícios da abertura da economia, geralmente associados à liberalização das trocas comerciais em prol do crescimento económico, não estão no entanto isentos de controvérsia (Yanikkaya, 2003). No entanto, a abertura ao exterior é sem dúvida uma condição vital para a afirmação de um país e para a criação de uma posição mais favorável no contexto internacional. Por isso, diferentes graus de abertura tendem a explicar diferentes performances de crescimento económico, relacionados com vários determinantes, nomeadamente o grau de protecionismo (barreiras tarifárias e não tarifárias), a dimensão de mercado, a evolução cambial, a distribuição de fatores de produção, a transferência de tecnologia, os custos de transação, entre outros. No entanto, é sobejamente reconhecido que o aumento da abertura económica via reduções tarifárias ou via eliminação total de barreiras tarifárias e não tarifárias potencia um aumento dos ganhos de eficiência económica, através da melhoria dos recursos de base (*endowments*) entre países, que se tenderão a refletir no seu nível de rendimento.

<sup>1</sup> Este trabalho reflete unicamente as opiniões dos seus autores.

<sup>2</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (elsa.sarmento@gee.min-economia.pt); Departamento de Economia e Gestão, Universidade de Aveiro, Portugal.

<sup>3</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (joaquim.reis@gee.min-economia.pt).

No contexto atual, de economias cada vez mais integradas e interdependentes, uma maior intensidade de exportação pode agora não significar necessariamente o desenvolvimento de uma vantagem comparativa num determinado setor, mas ser o resultado da integração desta numa cadeia de produção globalizada. Esta reinterpretação das estatísticas do comércio internacional requer o estabelecimento de complementaridades de análise com outra informação estatística, como sendo a presença de capital estrangeiro, os incentivos à localização de multinacionais, a formação dos trabalhadores e a própria localização da investigação e desenvolvimento.

No entanto, esta breve análise sobre o grau de abertura ao exterior e a intensidade exportadora da economia portuguesa dedica-se somente a observar estes dois indicadores ao longo de cerca de 15 anos e a comparar a sua evolução com um conjunto alargado de países, com base nos dados do FMI, do Eurostat, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e Banco de Portugal (BP).

## 2. Indicadores de Análise

A Base de Dados do “Grau de Abertura da Economia ao Exterior” disponibilizada pelo GEE compreende dois indicadores anuais, o primeiro referente ao grau de abertura da economia ao exterior e o segundo referente à intensidade exportadora, com base nos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), Eurostat e também para Portugal, com base nos dados do INE e do Banco de Portugal.

O indicador mais comum para medir a importância das transações comerciais relativamente à riqueza interna é o rácio do comércio externo relativamente à produção. O grau de abertura mede a exposição do comércio externo de um país relativamente ao exterior, a qual se pode dever quer a exportações, quer a importações. A interpretação destes indicadores assume-se particularmente relevante ao nível da comparação entre períodos de tempo e entre países.

O indicador referente ao grau de abertura da economia ao exterior (GAEE) resulta da soma das importações e das exportações de bens e serviços, calculadas em percentagem do PIB. O indicador do grau de abertura de uma economia ao exterior é assim calculado através do seguinte rácio:

$$GAEE = \frac{\text{Exportações} + \text{Importações}}{\text{PIB}} \times 100$$

O facto de encontrarmos valores superiores a 100% deve-se à soma das importações no numerador do GAEE, que entra com sinal positivo, enquanto no cálculo do PIB (no denominador) entra com sinal negativo, de acordo com a metodologia das Contas Nacionais.

O segundo indicador utilizado, complementar ao anterior, e intitulado intensidade exportadora (IE), é no fundo um indicador do esforço exportador. Consiste numa forma mais simples de medir o grau de abertura de uma economia e indica a parte do produto nacional que é afetada a mercados estrangeiros. É dada pelo peso das exportações no PIB e expresso em percentagem, assume a seguinte fórmula:

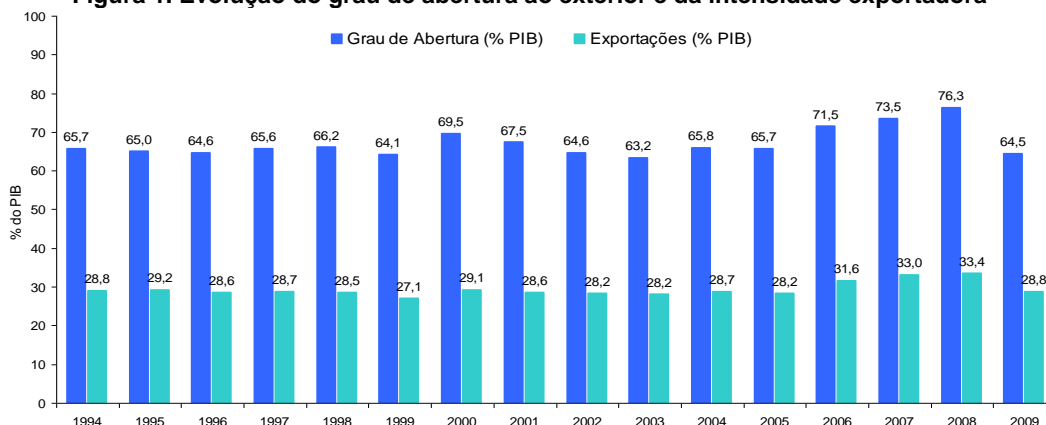
$$IE = \frac{\text{Exportações}}{\text{PIB}} \times 100$$

## 3. Evolução da Abertura e Intensidade Exportadora da Economia Portuguesa

A intensidade exportadora da economia portuguesa tem-se mantido acima dos 27% desde 1994 (Figura 1), apresentando um comportamento tendencialmente mais favorável desde 2003, com acréscimos sucessivos, registando uma intensidade máxima de exportação de 33,4% do produto interno bruto (PIB) em 2008. O grau de abertura tem vindo a acompanhar esta tendência, elevando-se para os 76,3% do PIB em 2008. Em 2009, a intensidade exportadora retorna ao nível de 1994 (28,8%), enquanto o grau de abertura apresenta uma maior variação, em resultado da quebra no comércio externo e na atividade

económica registada na maioria das economias desenvolvidas, fruto do enquadramento macroeconómico mundial.

**Figura 1. Evolução do grau de abertura ao exterior e da intensidade exportadora**



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em *Balance of Payment Statistics*, Fundo Monetário Internacional.

Nota: Cálculos a preços correntes.

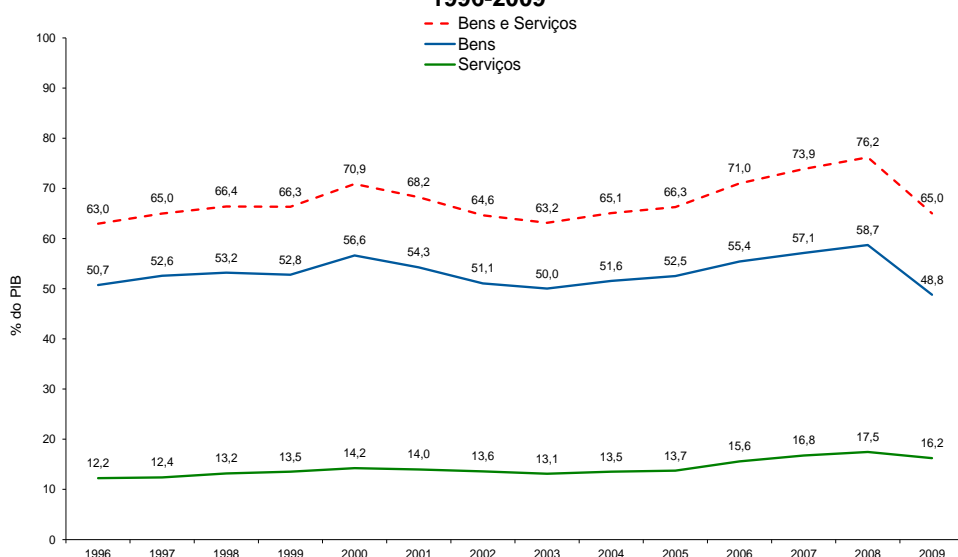
A estrutura económica da maioria dos países desenvolvidos tem-se orientado cada vez mais para os serviços, onde estes auferem de um peso cada vez mais significativo (cerca de 2/3 do PIB nas economias da OCDE), mas o comércio internacional de serviços tem revelado um comportamento bastante mais modesto<sup>4</sup>, dado que muitas das atividades de serviços requerem uma presença local e não se prestam a serem transacionados internacionalmente. Para além do mais, os serviços que podem ser efetivamente exportados ou importados estão ainda sujeitos a um conjunto de restrições, a que Acordos como o de Doha (GATS) procuram dar resposta.

Os dados do Banco de Portugal permitem a desagregação das exportações e importações entre bens e serviços. Na Figura 3 pode observar-se o bom desempenho das exportações de serviços<sup>5</sup>, que atingiram os 10,7% do PIB em 2008, e que contribuíram positivamente para o aumento do grau de abertura da economia portuguesa (Figura 2), particularmente entre 2003 até 2008, ano em que se desencadeou a crise mundial, com fortes impactos a nível da restrição nas trocas comerciais, particularmente sentida ao longo de 2009.

<sup>4</sup> No conjunto dos países da OCDE, a média do rácio do comércio de bens face ao PIB subiu de 66% em 2000 para 70% em 2007, enquanto o peso do comércio de serviços representava apenas 26,5% em 2007 (OCDE, 2010).

<sup>5</sup> Países como Portugal, Grécia e Espanha e Turquia apresentam tradicionalmente *superávits* na sua balança de serviços, devido sobretudo ao turismo. No caso português, também os Transportes têm um peso considerável na exportação de bens e serviços (8,6% em 2009), com uma taxa média de crescimento de 12,6% entre 2004 e 2009.

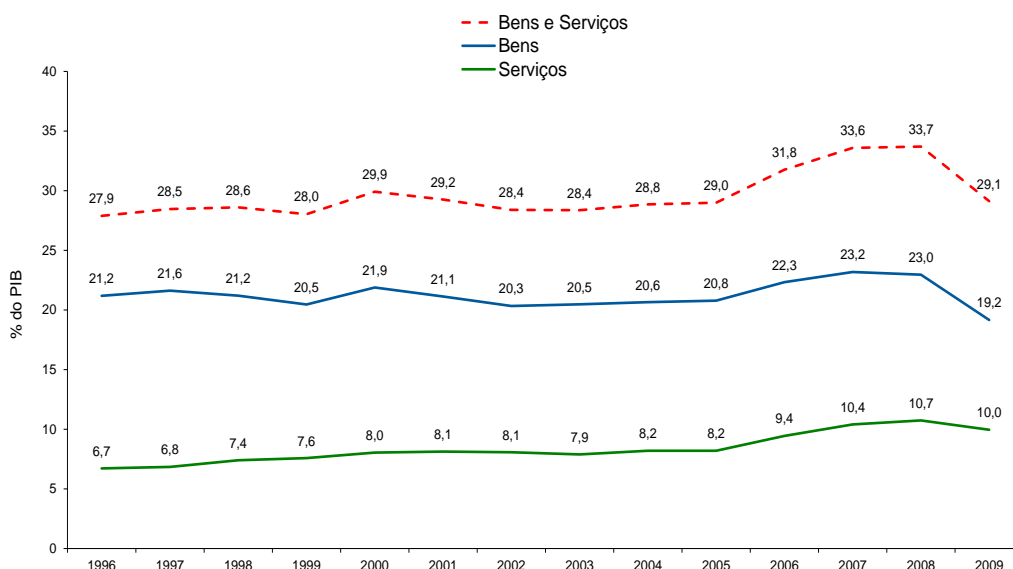
**Figura 2. Evolução do grau de abertura ao exterior através da desagregação entre Bens e Serviços, 1996-2009**



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em Banco de Portugal (Bens e Serviços) e INE, Contas Nacionais Trimestrais, base 2006 (PIB).

Nota: Embora os valores para o total de bens e serviços não sejam totalmente coincidentes com os apresentados anteriormente pelo FMI, verifica-se que existe uma evolução praticamente idêntica a partir de 2002.

**Figura 3. Evolução da intensidade exportadora através da desagregação entre Bens e Serviços, 1996-2009**



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em Banco de Portugal (Bens e Serviços) e INE, Contas Nacionais Trimestrais, base 2006 (PIB).

Nota: Embora os valores para o total de bens e serviços não sejam totalmente coincidentes com os apresentados anteriormente pelo FMI, verifica-se que existe uma evolução temporal semelhante.

#### 4. Comparações Internacionais de Acordo com os Dados do Eurostat e do FMI

Segundo os dados do Eurostat, o grau de abertura da União Europeia (UE) cresceu entre 2000 e 2010 (3,7 p.p.), sendo o desempenho da Dinamarca (+9,4 p.p.) e da Áustria (8,5 p.p.) os mais expressivos. Em 2010, Portugal detinha o 8.º maior grau de abertura de entre os 12 países representados na Figura 4 (7.º em 2000), apresentando no entanto uma abertura comercial inferior à registada em 2008 (-10 p.p.), devido sobretudo ao contexto da crise e da recuperação do comércio externo, que ainda se situava no final de 2010, 5,6 p.p. abaixo do nível de 2008 (Marques, 2011). A Irlanda, sendo uma das economias

mais abertas do mundo (1.<sup>a</sup> em 2009, segundo o Eurostat e 6.<sup>a</sup> no mundo em 2009 a seguir ao Luxemburgo, de acordo com o FMI), foi a terceira com maior variação negativa ao longo da década (-10,3 p.p.), a seguir à Grécia e à Espanha.

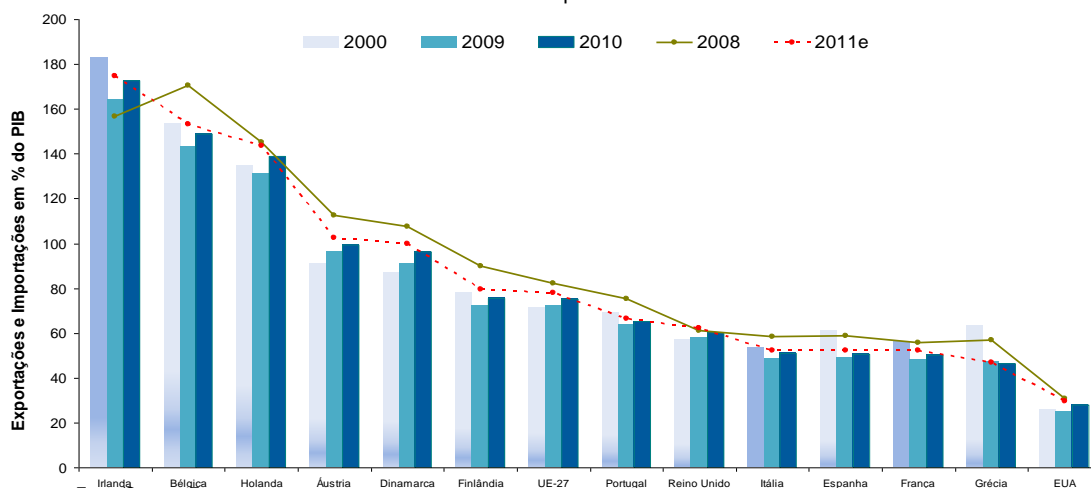
O grau de abertura dos EUA (28,2% em 2010 de acordo com o Eurostat) é inferior à média da UE-27 e ao de todos os países representados na Figura 4. Os dados do FMI (Figura 5) mostram que os EUA, o Japão e o Brasil se encontram entre as 3 economias mais fechadas do mundo em 2009. A considerável variabilidade de taxas de abertura ao comércio externo entre países é evidente (Quadro A.1 em Anexo). Enquanto Hong-Kong e Singapura apresentam um rácio de exportações e importações de 380,5% e de 378,6% do PIB em 2009, respetivamente, devido nomeadamente a um elevado conteúdo importado das suas exportações, o Brasil apresenta um valor de apenas 22,6%, os EUA de 24,9% e o Japão de 26,1%.

Constata-se que países de maior dimensão tendem a depender relativamente menos dos mercados externos para satisfazer a procura doméstica, enquanto países de menor dimensão tendem a especializar-se num conjunto mais limitado de setores. Estes últimos, para satisfazer a sua procura interna recorrem mais frequentemente a importações e exportações. O comércio internacional tende a ser mais importante para países mais pequenos (em termos de dimensão geográfica ou de população) e que estejam rodeados por países vizinhos que detenham regimes de comércio aberto, do que para países maiores, normalmente mais autossuficientes ou que estejam geograficamente isolados e que sejam portanto mais penalizados a nível de custos de transporte.

No entanto, a dimensão por si só não determina o nível de integração comercial. Existem outros fatores que também explicam estas diferenças de abertura económica, como a condução da própria política comercial, a estrutura da própria economia (em particular o peso dos não transacionáveis no PIB), a presença de empresas multinacionais e do comércio intraindustrial, as reexportações, bem como aspetos culturais e históricos. As ilações que se retiram da análise de indicadores como o grau de abertura ou a intensidade exportadora devem ser portanto cuidadosas, não podendo ser imediatamente ligadas à existência de maiores obstáculos ou barreiras ao comércio externo (como barreiras tarifárias e não tarifárias), pois estas decorrem de um ou de uma combinação dos fatores citados anteriormente.

**Figura 4. Evolução do grau de abertura das economias europeias entre 2000 e 2010**

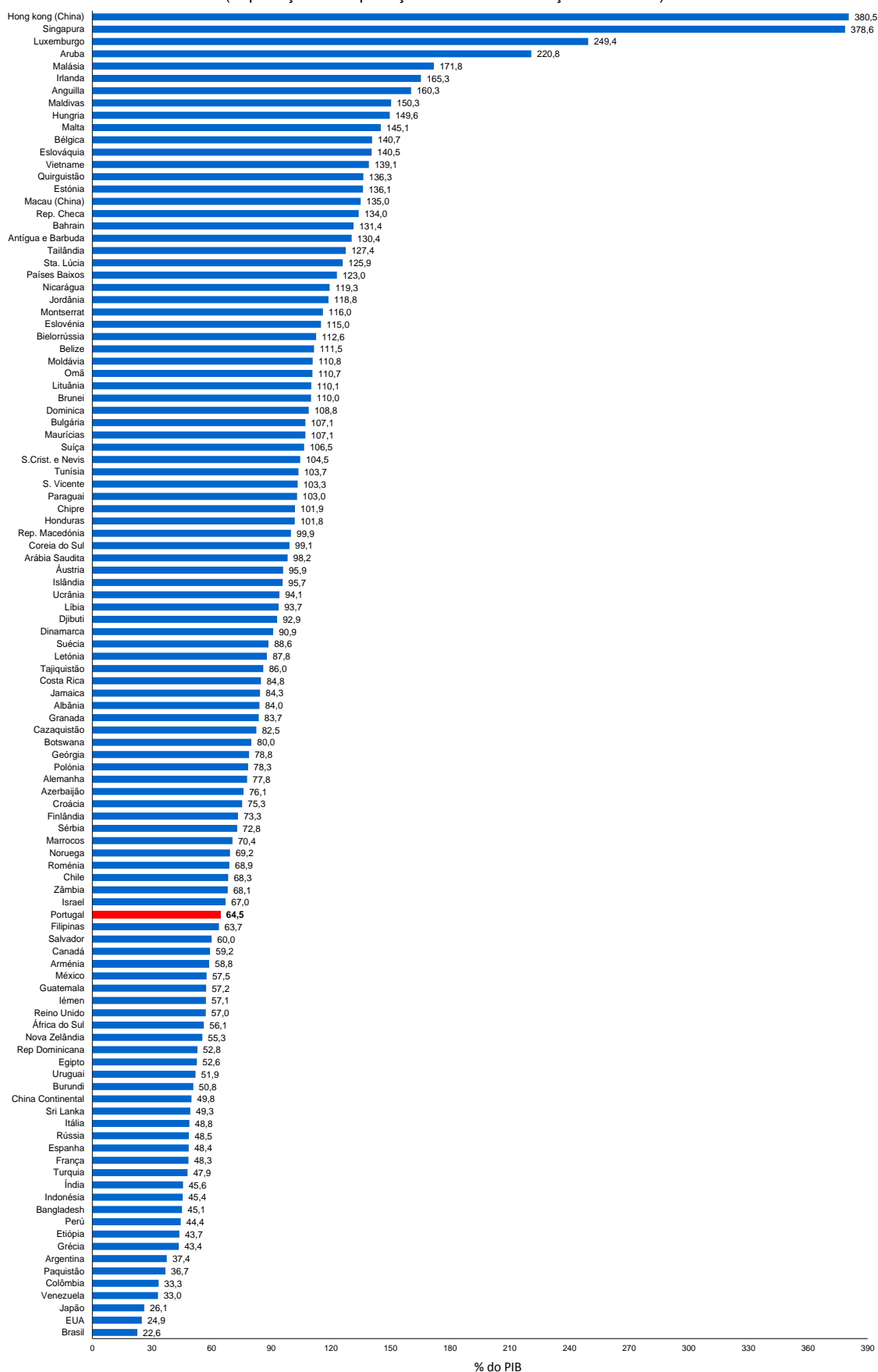
-Ordenados por 2010 -



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado no Eurostat.

Nota: e-estimado.

**Figura 5. As economias mais abertas do mundo, ordenação global de países para 2009**  
(Importações e Exportações de Bens e Serviços em % PIB)



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em *Balance of Payment Statistics*, Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com os dados do FMI para os bens e serviços (Figuras 5 e 6), Portugal é a 74ª economia mais aberta do mundo em 2009, entre os 108 países para os quais existem dados (87ª entre 133 países em 2008). A Eslováquia (12º no *ranking* em 2009) que exibiu entre 2000 e 2008 uma variação da abertura comercial das mais impressionantes entre os países da UE e da OCDE (26,9 p.p. segundo o FMI) apresenta uma retração considerável entre 2008 e 2009 (-27,4 p.p.), voltando praticamente para os níveis de 2000. A República Checa é um dos poucos países europeus (a par da Polónia, Alemanha e Áustria), que apresenta um aumento do grau de abertura em 2009 face a 2000 (+4,5 p.p.). No caso destes dois países, esta boa performance deve-se ao fundamentalmente bom comportamento das exportações (nestes casos também acompanhadas de diminuição das importações). Por outro lado, a Estónia<sup>6</sup> (15ª no *ranking*), uma economia de pequena dimensão apresenta uma das maiores quebras da taxa de penetração de importações e exportações dos países do alargamento da UE, performance apenas superada pela Irlanda (Figura 6). Espanha ocupa a 93ª posição com uma exposição de 48,4% do PIB.

Nas Figuras 6, 7 e 8, que ilustram a variação do grau de abertura entre 2000 e 2009, para os bens e serviços, de forma agregada e desagregada, estão desenhados quatro “triângulos” demarcados com letras A a D. Nas áreas triangulares A e B estão representados países cuja evolução do grau de abertura foi positiva e nas restantes, países que evidenciaram uma redução da abertura entre 2000 e 2009. Na zona A estão posicionados países que para além de terem aumentado o seu grau de abertura, melhoraram a sua Balança Comercial e na B países que sofreram uma deterioração, apesar do aumento da exposição ao comércio externo. Na zona C estão países que sofreram diminuições em ambas as dimensões, abertura e balança comercial (em % PIB), e na D países onde apesar da redução da abertura, se conseguiu melhorar a posição comercial externa.

Considerando o total de bens e serviços, destacam-se, com aumento do grau de abertura e melhoria da Balança Comercial, países em desenvolvimento como a Coreia do Sul, a Turquia, o Brasil, a China, o Chile e a Argentina, mas também países desenvolvidos como a Polónia, a Áustria, a Alemanha, a Lituânia e os EUA. Ainda no âmbito do aumento da abertura comercial mas com défices comerciais entre 2000 e 2009 temos a Índia, a Dinamarca e a África do Sul. Portugal encontra-se entre os países que apesar de terem reduzido a abertura entre 2009 e 2000, conseguiram melhorar o seu saldo comercial em % do PIB. Está acompanhado por vários países da Europa de Leste como a Hungria, a Letónia, a Croácia e a Estónia, bem como por outros como os Países Baixos, Irlanda e Malásia. Com uma redução em ambas as dimensões, encontram-se a Grécia, a Itália, a França, a Finlândia, a Bulgária, a Noruega e o Canadá (Figura 6).

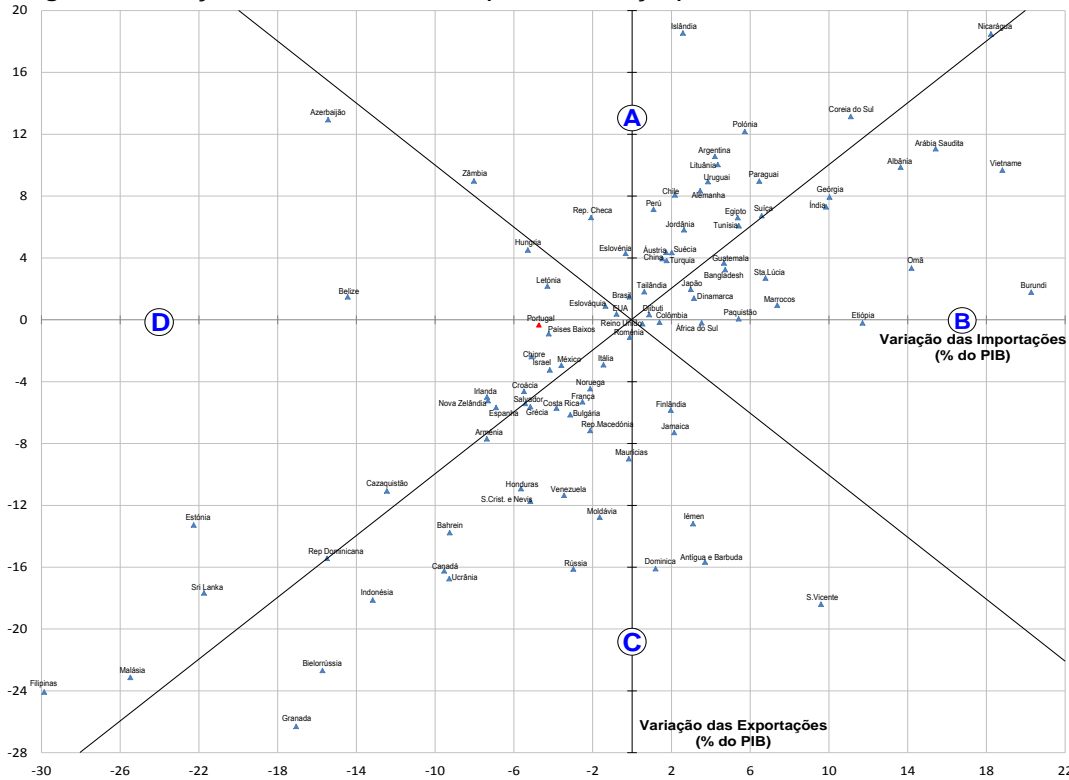
No caso dos bens (Figura 7), entre os países que registaram, para além de maior abertura comercial, uma melhoria na Balança Comercial no período considerado estão a Polónia, a Alemanha, a República Checa, a Áustria, mas também alguns dos BRICS, como a China e o Brasil. Dos países que registaram maior abertura mas uma variação menos favorável na sua balança comercial, vários são países em vias de desenvolvimento como a Líbia, o Vietname, a Índia e Marrocos, mas também países como a Suíça e a África do Sul. Por outro lado, os países onde, apesar da melhoria na Balança Comercial, se registou uma diminuição do grau de abertura são, entre outros, a Hungria, a Letónia, a Eslovénia, os Países Baixos, a Eslováquia, os EUA, Portugal, a Grécia, a Espanha e a Estónia. Entre os países que não beneficiariam em nenhuma destas dimensões encontram-se vários europeus, tais como a Dinamarca, o Reino Unido, a Suécia, a Itália, a Bulgária, a Finlândia e a Irlanda.

No caso dos serviços, temos um panorama diferente. Dos países que acusaram uma maior abertura comercial conjuntamente com uma melhoria da Balança encontram-se vários países europeus, como a Finlândia, a Suécia, a Eslovénia, a Suíça, a Alemanha, o Reino Unido, a Áustria, Portugal, a Roménia e a Letónia, bem como outros países desenvolvidos como o Japão e os EUA, mas também países com elevados níveis de crescimento económico como Marrocos e a Índia. Por outro lado, o grupo de países onde a Balança Comercial se degrada e é acompanhada por um aumento da abertura é constituído pela Dinamarca, Hungria, Lituânia e Noruega e países como a Coreia do Sul, o Brasil e a China. Verifica-se uma quebra no grau de abertura mas melhoria da Balança de serviços nos Países Baixos e na Rússia e

<sup>6</sup> Países como a China, a Índia, a Rússia, a Estónia e a Eslovénia revelam taxas de crescimento do comércio externo acima da média dos países membros da OCDE (OECD, 2010).

uma degradação na Balança Comercial na Estónia, Bulgária, França e Espanha e igualmente na Turquia e no Canadá.

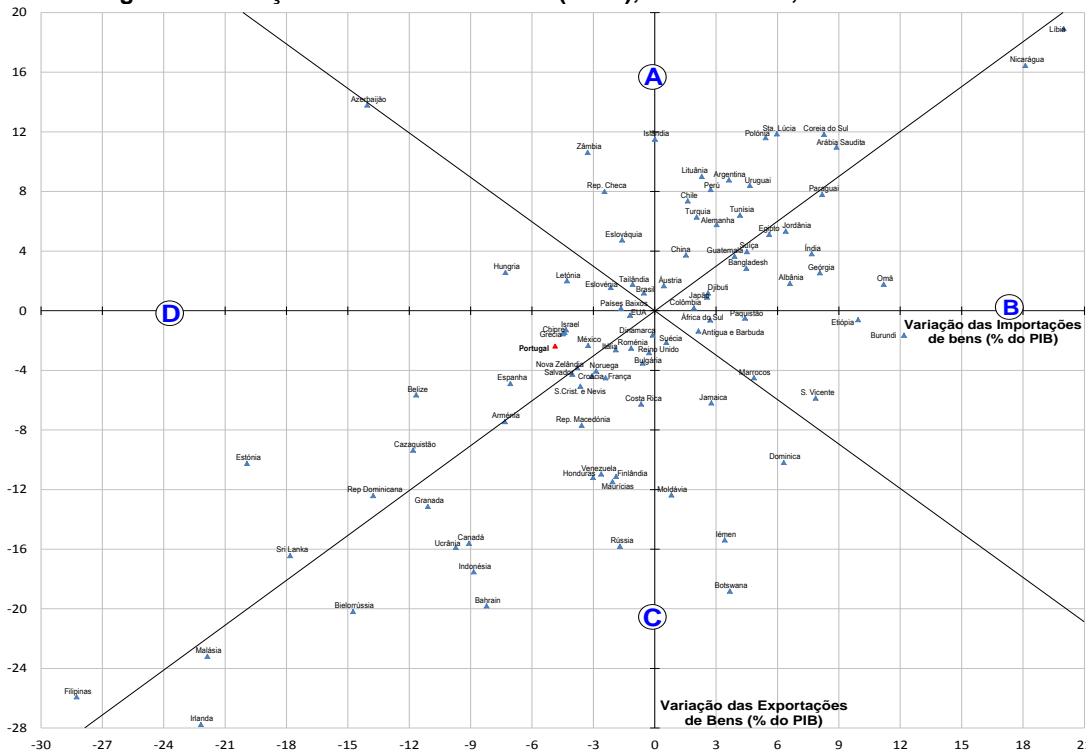
**Figura 6. Evolução do Grau de Abertura (Bens e Serviços), em % do PIB, entre 2000 e 2009**



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em *Balance of Payment Statistics*, Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nota: Excluíram-se por razões de representação gráfica 7 países com elevados ritmos de crescimento, pois ultrapassavam a escala pretendida para o gráfico (Aruba, Hong-Kong, Luxemburgo, Maldivas, Montserrat, Quirguistão, Singapura e Irlanda).

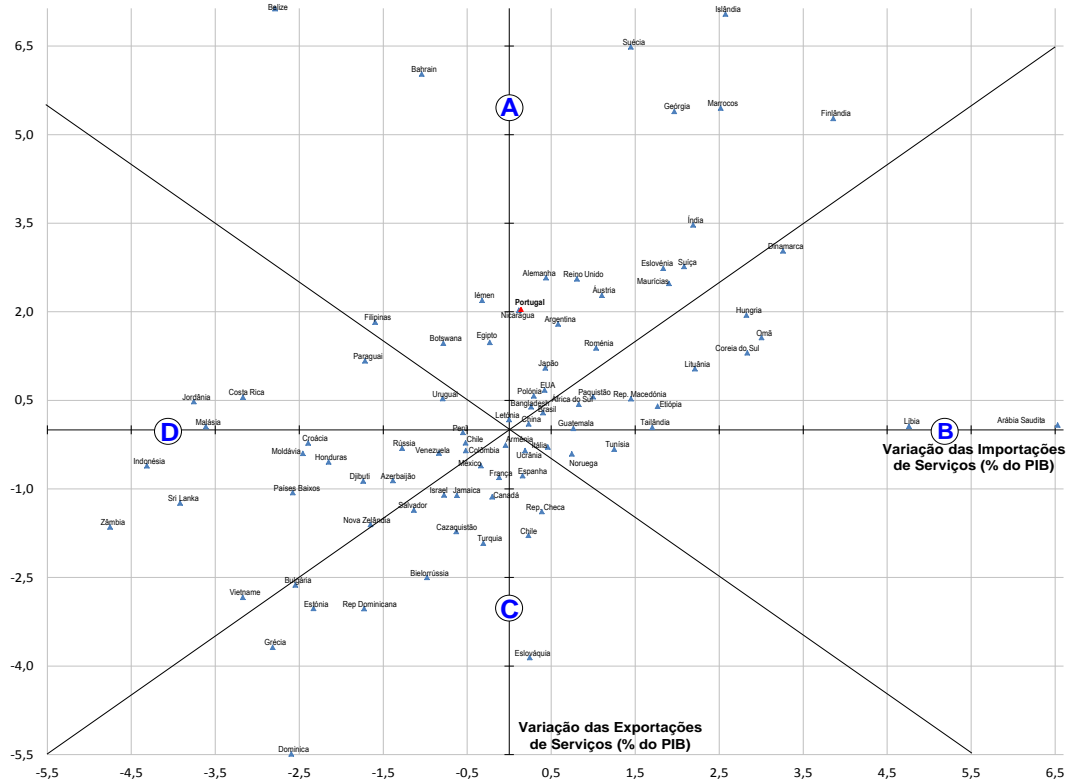
**Figura 7. Evolução do Grau de Abertura (Bens), em % do PIB, entre 2000 e 2009**



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em *Balance of Payment Statistics*, Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nota: Excluíram-se por razões de representação gráfica 9 países com elevados ritmos de crescimento, pois ultrapassavam a escala pretendida para o gráfico (Aruba, Hong-Kong, Maldivas, Montserrat, Quirguistão, Singapura, Malta e Vietname).

**Figura 8. Evolução do Grau de Abertura (Serviços), em % do PIB, entre 2000 e 2009**



Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em Balance of Payment Statistics, Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nota: Excluíram-se por razões de representação gráfica 15 países com elevados ritmos de crescimento, pois ultrapassavam a escala pretendida para o gráfico (Aruba, Hong-Kong, Maldivas, Montserrat, Quirguistão, Singapura, Antígua e Barbuda, Granada, Burundi, S. Vicente, Sta Lúcia, Malta, Albânia, St. Crist. e Nevis).

## Bibliografia

Marques, Walter (2011), “Evolução das exportações portuguesas nos primeiros onze meses de 2010. Principais produtos transacionados e mercados de destino”, Em Análise, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, fevereiro de 2010, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

OECD (2010), “Measuring globalisation, OECD Economic Globalisation indicators 2010”, Paris.

Yanikkaya, H. (2003), “Trade Openness and Economic Growth: A Cross-Country Empirical Investigation”, *Journal of Development Economics*, No. 72, 2003.

## ANEXO

Quadro A.1. Importações e Exportações de Bens e Serviços (% PIB)

Países	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
África do Sul	41,9	52,7	56,5	62,5	54,3	54,1	55,2	62,2	65,6	74,7	56,1
Albânia	49,0	60,5	64,3	67,3	65,9	66,5	69,6	75,6	83,5	85,8	84,0
Alemanha	45,6	66,0	67,3	66,6	67,3	72,1	77,3	85,5	87,6	89,9	77,8
Angola	59,3	152,5	150,3	136,6	132,6	123,5	128,7	109,9	119,8	126,4	
Anguilla	171,5	179,1	164,8	150,6	159,8	148,1	167,4	194,4	169,6	156,6	160,3
Antígua e Barbuda	171,5	145,3	133,8	126,5	132,4	138,1	141,7	135,5	132,8	131,7	130,4
Árabiá Saudita	63,8	71,7	66,0	67,5	71,6	79,3	88,7	95,1	102,7	105,1	98,2
Argentina	18,1	22,6	21,9	41,7	41,1	44,3	44,7	44,7	45,6	45,4	37,4
Arménia	102,4	73,9	71,6	75,9	82,3	75,5	72,2	63,4	58,3	55,8	58,8
Aruba		360,9	333,2	263,8	308,0	349,3	394,3	403,9	307,5	384,3	220,8
Austrália	35,9	43,0	42,5	40,7	37,4	37,8	39,2	41,5	40,3	45,9	
Áustria	72,2	90,4	93,9	92,6	92,9	99,2	103,5	107,6	112,1	112,3	95,9
Azerbaijão		78,5	78,8	92,8	107,6	121,5	115,8	105,3	96,6	89,2	76,1
Bahrain	153,7	154,4	143,8	148,2	145,5	164,7	176,0	171,7	162,1	171,2	131,4
Bangladesh	26,4	37,1	36,3	34,2	37,3	39,9	43,8	49,2	49,0	53,6	45,1
Barbados	106,7	96,4	92,7	90,0	95,8	100,7	102,8	104,9	110,8	111,0	
Bélgica				159,5	156,4	161,7	166,4	168,1	161,7	168,7	140,7
Belize	102,9	124,5	118,6	119,3	120,5	110,9	120,4	128,1	128,0	134,3	111,5
Benim	73,4	52,4	50,6	50,2	48,5	44,0	41,1	46,7	58,5		
Bielorrússia		151,0	141,3	130,8	133,6	142,1	119,2	124,5	128,2	129,4	112,6
Bolívia	42,4	42,2	43,0	45,9	49,6	55,8	64,4	68,2	69,4	76,8	
Bósnia-Herzegovina		113,7	112,9	103,5	98,2	94,8	98,9	92,4	93,8	94,9	
Botswana	87,9	94,5	79,1	81,9	79,7	80,7	86,1	77,7	83,8	83,6	80,0
Brasil	17,6	21,3	25,3	26,0	26,6	28,5	26,3	25,5	25,0	27,4	22,6
Brunei			150,0	151,9	109,1	102,0	98,4	97,4	96,5	109,9	110,0
Bulgária	107,0	116,4	116,8	104,6	110,8	125,0	135,2	147,3	155,6	143,4	107,1
Burkina Faso	35,5	34,3	32,4	30,2	30,1	35,5	34,8	35,4	39,4		
Burundi	33,9	28,7	28,8	29,6	37,0	43,5	52,5	59,4	53,4	64,3	50,8
Butão								99,6	109,2	122,1	
Cabo Verde	71,1	87,5	91,9	98,9	98,9	99,0	96,9				
Camarões	46,2	54,0	58,4	54,5	48,2	49,3	51,7	53,1			
Camboja	51,2	111,5	113,8	119,2	123,0	134,5	136,5	145,2	138,9		
Canadá	66,5	85,2	81,2	78,4	72,3	72,5	72,0	70,1	67,9	69,1	59,2
Cazaquistão		106,0	96,5	100,5	94,6	96,2	97,2	91,5	94,2	92,9	82,5
Chade	51,0										
Chile	50,2	60,1	63,9	64,6	68,1	71,4	73,3	75,5	79,7	85,8	68,3
China Continental	39,6	44,2	43,1	47,7	56,9	65,4	69,3	72,0	70,3	65,0	49,8
Chipre	96,5	109,3	108,4	103,2	95,0	96,7	97,4	96,8	102,7	119,5	101,9
Colômbia	30,7	32,1	33,3	31,9	35,3	34,5	34,1	36,3	34,5	35,9	33,3
Comores	67,4										
Congo	148,9	118,7	133,6	134,8	126,9	127,6	128,3	144,4	163,8		
Coreia do Sul	53,9	74,9	69,7	65,5	69,3	78,9	76,8	79,3	83,5	110,7	99,1
Costa do Marfim	78,6	75,5	76,5	86,1	81,5	85,8	91,4	92,2	86,6		
Costa Rica	65,4	94,4	84,0	88,3	95,2	95,7	102,6	104,4	102,6	101,7	84,8
Croácia	97,2	85,4	89,5	89,4	94,7	92,7	91,3	94,0	93,1	93,2	75,3
Dinamarca	66,3	86,4	87,7	88,7	84,3	85,9	92,4	100,6	102,0	107,0	90,9
Djibuti	90,3	91,7				88,5	91,6	95,0	104,4	109,9	92,9
Dominica	103,9	120,8	107,8	109,6	104,9	106,8	108,8	108,8	111,6	117,4	108,8
Egipto	53,7	40,6	41,1	42,7	55,7	68,2	69,8	71,7	74,2	74,0	52,6
Equador	51,2	68,0	57,9	55,8	53,5	57,1	62,7	67,0	69,2	75,3	
Eslováquia	111,3	140,9		148,1	153,0	151,8	155,6	172,0	173,4	167,8	140,5
Eslovénia	118,0	111,0	111,4	109,4	108,2	117,0	124,5	133,9	140,7	138,5	115,0
Espanha	42,7	61,0	59,2	56,5	54,7	55,8	56,6	59,2	60,9	61,3	48,4
Estónia	154,7	171,6	161,5	149,4	146,0	152,9	166,2	172,0	156,9	156,4	136,1
Etiópia	36,7	32,2	38,9	39,9	45,2	53,9	55,5	49,4	49,8	50,7	43,7
EUA	21,2	25,3	23,1	22,3	22,7	24,7	25,9	27,4	28,4	30,5	24,9
Fiji	115,6	122,9	119,1	111,8	118,9	115,7	116,6				
Filipinas	72,2	117,6	108,6	108,3	107,1	107,1	99,9	95,7	86,6	76,4	63,7
Finlândia	64,8	77,1	72,7	71,9	70,8	73,7	79,8	86,5	87,0	90,9	73,3
França	43,0	56,2	54,8	52,7	50,5	51,6	53,0	55,1	55,2	56,4	48,3
Gabão	99,9	101,7	92,1	89,3	88,1	89,9	93,7				
Gambia	152,7				157,3	79,6	79,3	77,9	81,9	61,0	
Geórgia		60,8	65,3	72,7	79,0	80,8	85,9	89,9	89,4	87,5	78,8
Ghana	62,2										
Granada	109,8	127,1	113,0	101,7	102,2	110,1	98,4	100,0	102,9	95,1	83,7
Grécia	34,9	56,0	54,5	48,3	44,3	47,8	48,6	51,9	54,3	56,7	43,4
Guatemala	41,9	48,9	53,3	52,1	52,1	68,0	65,7	67,2	68,1	64,6	57,2
Guiana	229,0	198,6	195,3	189,0	183,3	195,9	195,2	194,9	196,5	216,3	
Guiné Equatorial	100,3										
Guiné-Bissau	18,9		80,1	73,8	37,1	40,3	42,3	42,2	54,5	54,1	
Haiti	14,7	51,1	50,2	52,0	66,8	56,8	59,2	57,1			
Honduras	87,6	118,7	114,9	119,6	119,9	133,6	135,5	131,5	133,3	136,0	101,8
Hong kong (China)		283,1	273,9	290,8	332,8	371,4	385,0	399,6	405,2	415,0	380,5
Hungria	60,4	150,4	144,2	128,8	128,2	131,7	136,5	155,3	159,0	164,5	149,6

Países	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Iémen	13,9	67,2	62,1	62,5	65,0	63,8	66,9	68,6	66,2	70,4	57,1
Ilhas Bahamas	109,7	96,4	86,8	86,4	86,2	94,7	98,9	103,3	105,9	107,1	
Ilhas Salomão	137,7	84,7	77,2	61,0							
Índia	21,5	28,4	27,6	29,0	30,1	34,6	40,1	44,3	43,5	53,2	45,6
Indonésia	50,2	76,7	70,7	60,6	53,8	60,1	67,0	57,7	55,5	58,7	45,4
Irão	47,9	14,4									
Iraque							115,3	104,5			
Irlanda	129,1	177,6	178,2	169,2	150,0	150,6	149,6	146,2	151,1	157,1	165,3
Islândia	65,5	74,6	79,1	73,8	71,7	73,9	75,4	81,8	79,4	94,2	95,7
Israel	70,5	74,5	68,4	72,8	74,3	82,1	85,6	85,1	86,3	81,9	67,0
Itália	43,0	53,1	52,8	50,5	48,5	49,9	51,9	56,2	58,2	58,5	48,8
Jamaica	112,0	89,5	87,1	82,7	89,8	90,4	89,2	99,7	105,7	111,4	84,3
Japão	16,6	21,2	21,2	22,2	23,2	25,6	28,2	32,2	35,0	36,3	26,1
Jordânia	118,4	110,3	109,3	114,0	115,7	134,8	146,9	145,8	146,9	149,2	118,8
Kosovo						20,9	22,0	28,3	30,1	29,6	
Kuwait	95,9	86,6	86,9	81,2	86,5	88,6	91,4	90,4	91,7	92,3	
Laos	68,9	62,6	58,5	52,1	49,6	51,2	58,4	63,2	56,5		
Lesoto	126,9	135,2	150,8	187,8	168,7	180,1	159,6	155,6	164,3	169,4	
Letónia	81,6	89,9	92,3	91,3	96,4	103,0	108,8	110,5	103,5	98,0	87,8
Libano				80,7	124,2	135,4	140,2	146,6	154,5	175,6	
Líbia	53,2	50,0	55,8	94,2	76,5	77,3	84,3	89,3	91,9	92,5	93,7
Lituânia	116,2	95,7	104,8	111,2	108,3	111,2	121,7	128,6	121,8	132,2	110,1
Luxemburgo				239,1	226,1	250,8	260,7	277,0	281,4	274,0	249,4
Macau (China)				168,0	164,6	161,7	152,9	147,1	141,7	140,0	135,0
Madagáscar	51,4	69,8	60,6	68,8	53,1	79,7	67,0				
Malásia	179,4	220,4	203,4	198,3	195,5	210,4	211,7	210,5	199,6	184,1	171,8
Malawi	81,7	61,2	65,0	47,5							
Maldivas	149,1	145,6	147,3	148,5	161,5	181,7	180,5	199,2	200,2	206,7	150,3
Mali	56,3	59,2	67,4	67,2	62,1	57,0	58,5	65,6	63,8	72,2	
Malta	202,8	194,5	168,4	166,9	163,6	161,0	159,5	179,5	182,3	169,3	145,1
Marrocos	55,7	62,1	62,2	63,1	60,7	64,1	69,8	72,9	82,5	90,3	70,4
Maurícias	121,7	116,3	121,4	121,0	111,4	110,3	125,6	134,1	128,5	120,5	107,1
Mauritânia	72,9										
México	38,9	64,0	57,4	55,5	52,3	55,2	56,0	57,4	58,2	59,2	57,5
Moçambique	71,7	50,6	63,6	76,2	76,5	72,7	75,7	87,0	80,6		
Moldávia		125,2	123,2	130,6	140,2	131,9	141,2	136,7	143,6	135,3	110,8
Mongólia	84,5	120,4	119,8	123,1	124,8	138,1	130,8	122,1	121,9	145,9	
Montserrat	117,2	169,6	157,3	143,6	152,7	171,4	159,2	133,9	135,9	149,6	116,0
Myanmar (Birmânia)	3,4	1,2	1,1	0,6	0,4	0,4					
Namíbia	106,2	91,2	94,8	91,3	82,2	84,6					
Nepal	59,6	57,6	48,1	45,8	49,8	54,0	57,5	59,5	64,7		
Nicarágua	49,3	82,6	79,7	83,2	90,6	101,3	110,2	121,2	131,4	132,8	119,3
Níger	47,8	44,9	42,9	39,8	41,5	47,7	47,9	45,9	47,3	55,8	
Nigéria	46,5	67,3	80,9	57,4	72,9	67,3	79,8	64,6	69,1	74,3	
Noruega	69,7	75,8	74,1	68,9	67,3	70,3	72,3	74,5	76,0	77,9	69,2
Nova Zelândia	57,7	66,1	66,3	63,7	56,8	57,5	56,3	57,9	56,3	64,0	55,3
Omã	78,6	93,2	97,4	96,2	97,4	101,9	99,7	99,6	109,3	109,7	110,7
Países Baixos	99,0	128,1	122,8	117,4	115,3	119,6	124,5	131,6	135,0	138,5	123,0
Panamá	174,8	137,3	133,6	124,3	117,4	126,6	138,1	142,3	148,5		
Papuásia Nova-Guiné	88,1	117,4	120,4	124,1	126,3	125,4					
Paquistão	40,6	31,2	33,3	33,4	35,7	39,3	44,3	44,0	41,7	50,5	36,7
Paraguai	115,0	87,5	82,8	96,6	99,4	99,2	109,3	114,3	108,5	109,4	103,0
Perú	27,9	34,2	33,6	33,6	35,6	39,2	43,9	48,5	51,2	54,3	44,4
Polónia	45,9	60,4	57,6	60,6	69,1	77,6	74,8	82,7	84,9	84,8	78,3
<b>Portugal</b>	<b>65,7</b>	<b>69,5</b>	<b>67,5</b>	<b>64,6</b>	<b>63,2</b>	<b>65,8</b>	<b>65,7</b>	<b>71,5</b>	<b>73,5</b>	<b>76,3</b>	<b>64,5</b>
Quénia	138,4	51,5	54,4	53,9	52,5	58,9	63,1	62,0	63,1	68,7	
Quirguistão	78,5	89,6	74,4	84,6	84,9	93,5	95,2	124,8	137,8	146,2	136,3
Reino Unido	52,9	56,8	56,1	54,4	52,7	52,6	55,4	59,2	55,3	60,3	57,0
Rep. Dominicana	80,4	83,8	75,3	73,8	88,7	85,9	63,9	69,9	66,7	65,2	52,8
Rep. Centro-Africana	49,7										
Rep. Checa	105,1	129,4	133,5	123,2	125,9	140,3	140,8	149,6	155,6	150,7	134,0
Rep. Macedónia		109,2	97,3	93,8	93,8	101,5	106,8	113,9	126,5	131,6	99,9
Roménia	49,8	70,1	73,7	76,2	76,9	80,6	76,3	76,3	72,7	74,6	68,9
Ruanda	53,0	31,8	35,4	33,2	31,0	34,3	35,5	32,4	34,0	44,0	
Rússia	50,8	67,6	61,2	59,4	59,2	56,6	56,7	54,9	52,0	53,4	48,5
S. Vicente	117,2	112,1	110,3	106,2	107,1	108,6	110,4	108,0	110,8	111,6	103,3
S. Crist. e Nevis	124,0	121,1	115,3	116,7	116,2	109,0	115,5	114,2	111,4	111,9	104,5
Salvador	55,5	70,8	67,9	67,9	70,4	73,3	70,7	74,6	75,7	77,5	60,0
Samoa Ocidental	72,8					83,7					
Senegal	70,8	65,1	66,6	67,5	65,3	67,0	69,5	68,8	73,5	79,4	
Sérbia									84,7	84,6	72,8
Serra Leoa	56,2	47,9	44,3	46,4	58,7	54,3	61,5				
Seychelles e Dep.	117,5	159,1	187,0	164,1	172,5	184,8	229,8				
Singapura	327,8	378,1	369,4	370,3	398,7	425,1	430,2	440,3	406,9	438,2	378,6
Síria	25,3	15,2	15,5	16,1	14,0	16,9	17,0	16,6			
Sri Lanka	79,4	88,7	84,5	76,3	75,4	79,3	73,6	71,2	68,6	63,4	49,3
Sta. Lúcia	132,2	116,5	106,4	103,0	120,5	120,7	130,5	123,2	125,8	136,9	125,9

Países	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Suazilândia	137,2	176,9	188,5	202,8	206,5	174,6	161,4	152,1			
Sudão	32,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	
Suécia	64,0	82,2	80,7	79,6	77,7	81,6	87,0	91,8	94,0	98,1	88,6
Suíça	73,1	93,2	91,7	88,9	87,4	92,0	99,9	105,0	111,8	116,1	106,5
Suriname	184,8	106,9	126,7	94,1	117,6	174,7					
Tailândia	83,0	125,0	125,7	122,3	125,2	136,9	148,7	144,7	139,4	151,5	127,4
Tajiquistão				138,9	137,7	128,4	127,0	141,2	145,5	114,5	86,0
Tanzânia	61,0	37,6	42,1	41,4	46,9	53,5	56,8				
Togo	90,6	77,2	82,5	88,7	93,8	87,5	91,5	90,0	87,6		
Tonga			90,4	103,1	102,2	95,8					
Trinidad e Tobago	72,3	104,9	100,1	95,6	90,6	94,3	105,6	113,3	103,0	122,3	
Tunísia	92,6	92,2	99,9	94,9	91,6	96,9	101,2	105,0	114,9	126,4	103,7
Turquia	42,5	41,8	48,0	46,5	47,5	49,2	47,2	50,1	49,8	53,1	47,9
Ucrânia	94,3	119,9	109,3	105,8	112,9	119,6	102,3	96,1	95,4	103,1	94,1
Uganda	32,5	36,1	36,9	37,9	37,9	36,1	38,8	42,7	48,2	53,4	
Uruguai	38,5	39,1	37,6	42,2	51,7	60,8	56,3	58,9	57,2	63,0	51,9
Vanuatu	98,6	124,3	123,4	103,8	105,1	106,9	115,0				
Venezuela	52,2	47,8	42,3	48,5	50,4	55,4	59,5	58,1	55,4	50,6	33,0
Vietname		110,6	109,4	117,2	126,9	140,6	143,6	152,1	169,5	168,1	139,1
Zâmbia		67,1	73,2	72,3	70,2	78,1	71,8	69,0	80,7	72,9	68,1
Zimbábwe	70,5										

Fonte: Base de Dados do Grau de Abertura da Economia ao Exterior, GEE, baseado em *Balance of Payment Statistics*, Fundo Monetário Internacional.

## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>15 de fevereiro de 2011</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 15 de fevereiro de 2011 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Propostas legislativas em matéria de governação económica:</b> Tendo em vista o reforço do atual sistema de governação económica, o Conselho debateu um pacote de propostas legislativas que visam reforçar a disciplina orçamental dos estados-membros e alargar a supervisão das suas políticas económicas. Este é constituído por: (i) uma proposta de Diretiva sobre quadros orçamentais nacionais; (ii) duas propostas de regulamento que reforçam o atual Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) nas suas vertentes preventiva e corretiva; (iii) uma proposta de regulamento sobre desequilíbrios macroeconómicos, que estabelece um mecanismo de deteção e correção, incluindo um procedimento por desequilíbrios excessivos; (iv) duas propostas de regulamento sobre sanções, uma para o PEC e outra para o procedimento por desequilíbrios excessivos. De acordo com os prazos estabelecidos pelo Conselho Europeu, o Ecofin deverá chegar a acordo sobre as seis propostas na sua reunião de Março, com vista a um acordo com o Parlamento Europeu até final da Presidência húngara.</li> <li>▪ <b>Preparação do Conselho Europeu (24-25 de março de 2011)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) <b>Europa 2020: orientações macroeconómicas e orçamentais:</b> A apresentação pela Comissão Europeia do Relatório Anual sobre o Crescimento marcou o início do primeiro Semestre Europeu (que faz parte de uma mais ampla reforma da governação económica da UE), no qual se procedeu à avaliação da situação económica da União e das ações prioritárias que os estados-membros devem implementar a fim de assegurar o crescimento sustentável da economia europeia. Neste contexto, o Conselho adoptou conclusões com orientações políticas para que os estados-membros possam finalizar os seus PEC e PNR com o objetivo de ultrapassar os desafios macroeconómicos e orçamentais.</li> <li>b) <b>Nomeação de um membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu:</b> Os Ministros aprovaram uma recomendação relativa à nomeação de Peter Praet, de nacionalidade belga, como futuro membro da Comissão Executiva do BCE, para suceder à Sra. Gertrude Tumpel-Gugerell, cujo mandato expira em 31 de maio. A recomendação do Conselho será submetida ao Conselho Europeu de 24 e 25 de março, após consulta do Parlamento Europeu e do Conselho de Governadores do BCE.</li> </ul> </li> <li>▪ <b>Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento:</b> O Conselho partilhou a opinião da Comissão Europeia segundo a qual, com base na informação atual, Bulgária, Dinamarca, Chipre e Finlândia têm vindo a tomar medidas que representam um progresso adequado na correção dos seus défices excessivos nos prazos estabelecidos nas recomendações do Conselho. Recorde-se que estes países foram submetidos a procedimentos por défice excessivo em julho de 2010, tendo o Conselho apelado à Bulgária e Finlândia para reduzir os seus défices abaixo do limiar de 3% do PIB em 2011, Chipre em 2012 e Dinamarca em 2013.</li> <li>▪ <b>Preparação da reunião de Ministros das Finanças e Governadores dos membros do G20 (18-19 de fevereiro de 2011):</b> Os Ministros aprovaram os termos de referência que definiam a posição europeia para a reunião do G20,</li> </ul>

## Iniciativa

## Sumário

de 18-19 de fevereiro e que incluíam como questões fundamentais as prioridades definidas pela França, nomeadamente os desequilíbrios globais, a reforma do sistema monetário internacional e a volatilidade dos preços das *commodities*, bem como os trabalhos relativos à iniciativa para um crescimento forte, sustentado e equilibrado.

- **Processo de quitação da execução do orçamento de 2009 e orientações orçamentais para 2012:** O Conselho aprovou uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão Europeia pela execução do orçamento da UE para 2009 e aprovou conclusões que estabelecem as prioridades para o orçamento da UE para 2012.

De destacar também, no domínio fiscal, (i) a adoção da Diretiva relativa à cooperação administrativa, a qual tem por objetivo fortalecer a cooperação administrativa entre os estados-membros, mediante o alargamento do sistema de troca de informações entre as administrações fiscais, com vista a tornar mais eficaz o combate à fraude e à evasão fiscal na UE, e (ii) a adoção de conclusões relativamente à clarificação do âmbito de aplicação do código de conduta sobre a tributação das empresas, o qual tem por objetivo a eliminação de situações de concorrência fiscal prejudicial.

#### Agenda para a Competitividade e Modernização

Novas medidas para o reforço da competitividade e da modernização da Economia:

1. Reforço em 50% (mais 140 milhões de euros) da dotação atribuída aos concursos no âmbito do Sistema de Incentivos para as empresas exportadoras;
2. Reforço da linha de crédito QREN Invest, atualmente fixada em 850 milhões de euros;
3. Aumento do limite máximo da taxa de apoio ao investimento elegível das empresas para os 75%;
4. Lançamento de novos concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos (QREN), com um orçamento previsto de 780 milhões de euros;
5. Lançamento de concursos especificamente dirigidos a setores inovadores (por exemplo mobilidade elétrica);
6. Disponibilização de empréstimo no quadro do BEI, no valor de 1 500 milhões de euros, destinado a apoiar a contrapartida pública nacional dos projetos QREN;
7. Renovação e reforço dos estímulos ao investimento autárquico, em três áreas essenciais: centros escolares, águas e saneamento, e regeneração urbana.

#### Exportações

O Conselho de Ministros de 10 de fevereiro aprovou, no seguimento do Congresso das Exportações, um conjunto de medidas no âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego:

1. Linha de seguro de crédito à exportação operacional no valor de 3 milhões de euros para países da OCDE e fora da OCDE;
2. Linha mista crédito-seguro no valor de 275 milhões de euros, destinada a garantir recebimento antecipado às empresas com ciclos longos de produção e faturação;
3. Majoração em IRC de 120% dos custos das empresas exportadoras com recursos humanos deslocados no estrangeiro (nos anos de 2011 a 2013);
4. Programa Simplex Exportações:

Iniciativa	Sumário
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Emissão eletrónica do Certificado Comprovativo de Exportação;</li> <li>b) Simplificação de procedimentos pela criação de um documento administrativo único para o pedido de isenção ou redução do IVA pelas empresas exportadoras</li> <li>c) Simplificação do procedimento de emissão da Declaração de Exportação para efeitos do Imposto Especial sobre o Consumo.</li> </ul>
Licenciamento Zero	<p>O Conselho de Ministros de 27 de janeiro aprovou o decreto-lei que simplifica o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero». Pretende-se reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, mediante a eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações e registos, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas atividades.</p>
Linha de Crédito à Agricultura, Pecuária e Pescas	<p>O Conselho de Ministros de 3 de fevereiro aprovou o decreto-lei do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas que reforça a linha de crédito com juros bonificados destinada às empresas do setor agrícola e pecuário em 50 milhões de euros. Esta linha permite dois anos de carência de capital e amortização em seis anos. As normas técnicas são definidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).</p>
Tratado e Acordo com a República de Cabo Verde	<p>O Conselho de Ministros de 3 de fevereiro aprovou o Tratado de Amizade e Cooperação bem como o Acordo no domínio do Turismo entre Portugal e a República de Cabo Verde, assinados em Lisboa, a 9 de junho de 2010. O primeiro visa a cooperação aos níveis da política, economia, educação, tecnologia, ciência, comunicação e língua portuguesa. O segundo visa a cooperação institucional e empresarial no domínio do turismo.</p>
Código das Sociedades Comerciais	<p>O Conselho de Ministros de 24 de fevereiro aprovou o decreto-lei que altera o Código das Sociedades Comerciais quanto à informação exigível em caso de fusão e cisão, no que respeita aos requisitos em matéria de relatórios e documentação em caso de fusões e cisões, no sentido da simplificação e para o cumprimento dos objetivos do Simplex.</p>
Acordos em Matéria Fiscal	<p>O Conselho de Ministros de 24 de fevereiro aprovou as seguintes propostas de resolução:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Convenção entre a República Portuguesa e a República do Panamá para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre rendimento e respetivo protocolo, assinados, na cidade do Panamá, em 27 de agosto de 2010.</li> <li>2. Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Turcas e Caicos sobre a troca de informações em matéria fiscal, assinado, em Londres, a 21 de dezembro de 2010.</li> <li>3. Protocolo que altera a Convenção entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado, em Lisboa, a 7 de setembro de 2010.</li> </ol>

## 2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Estratégia Nacional para a Energia 2020</i> Decreto-Lei n.º12/2011 – Série I n.º16, de 24/01</p>	<p>No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, estabelece os requisitos para a conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia e transpõe a Diretiva n.º 2009/125/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro</p>
<p><i>Transferências a efetuar pelas autarquias locais</i> Decreto-Lei n.º 13/2011 – Série I n.º17, de 25/01</p>	<p>Regula as transferências a efetuar pelas autarquias locais a instituições culturais, recreativas e desportivas constituídas por trabalhadores municipais ou que visem a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores municipais e aos seus familiares, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 43.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril</p>
<p><i>Taxas sobre veículos tributáveis usados no território nacional</i> Portaria n.º 44/2011 – Série I n.º18, de 26/01</p>	<p>Fixa as taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos tributáveis usados no território nacional</p>
<p><i>Banco Africano de Desenvolvimento</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º9/2011, de 27/01</p>	<p>Autoriza o Ministro de Estado e das Finanças a praticar todos os atos necessários à participação da República Portuguesa no sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)</p>
<p><i>Informação Predial Simplificada</i> Portaria n.º54/2011 – Série I n.º20, de 28/01</p>	<p>No âmbito do Programa SIMPLEX, a presente portaria estabelece a disponibilização de um novo serviço, a informação predial simplificada. Consiste na disponibilização <i>online</i> de uma informação não certificada, permanentemente atualizada, que conterá a descrição do prédio e a identificação do proprietário, permitindo identificar a existência de hipotecas, penhoras ou outros ónus ou encargos.</p>
<p><i>MICROINVEST</i> Portaria n.º58/2011 – Série I n.º20, de 28/01</p>	<p>Altera o diploma que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), visando reforçar os apoios a conceder no seu âmbito, colocando ao serviço do Programa Nacional de Microcrédito a linha de crédito MICROINVEST. Procede a um aumento do valor global desta linha de crédito, e aumenta-se para € 20.000 os patamares relativos ao montante de financiamento elegíveis por esta linha de crédito.</p>
<p><i>Sociedades de Microcrédito</i> Portaria n.º59/2011 – Série I n.º21, de 31/01</p>	<p>Define o montante do capital social mínimo para as sociedades de microcrédito em 1 milhão de euros.</p>
<p><i>Modelo de informação empresarial simplificada</i> Portaria n.º 64-A/2011 – Série I Suplemento n.º24, de 03/02</p>	<p>Aprova os novos modelos de impressos relativos a anexos que fazem parte integrante do modelo de informação empresarial simplificada (IES)</p>
<p><i>Emissão de dívida pública</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2011 – Série I Suplemento n.º30, de 11/02</p>	<p>Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado, aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e do Regime Geral da Emissão e Gestão da Dívida Pública, aprovado pela Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro</p>
<p><i>Rectificação da Lei do Orçamento do Estado para 2011</i> Declaração de Rectificação n.º 3/2011 – Série I n.º33, de 16/02</p>	<p>Rectifica a Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, «Orçamento do Estado»</p>

## **Abreviaturas Utilizadas**



